

Editar, publicar y financiar ciencia en América Latina

**Perspectivas, experiencias y distopías en las dinámicas de la comunicación
científica en la región**

Gimena del Rio Riande

Patricio Iván Pantaleo

2025-05-30

Tabla de contenidos

Introducción	1
O papel da Rede Ibero-Americana de Editores Científicos de Educação (RIE-CE) no fortalecimento da comunicação científica em periódicos da área de Educação	3
Introdução	5
Metodologia	6
Resultados e discussão	8
Considerações finais	20
Preservación digital y sostenibilidad de la comunicación científica en América Latina: experiencias, retos y perspectivas futuras	21
Introducción	22
Preservación digital y sostenibilidad de la comunicación científica en América Latina: experiencias, retos y perspectivas futuras	23
Retos de la preservación digital en América Latina	24
Perspectivas futuras de la preservación digital	30
Conclusiones y recomendaciones	31
La ciencia abierta mexicana: monitor de prácticas adoptadas por las revistas	33
Introducción	35
Acercamientos a la medición de la Ciencia Abierta	35
Antecedentes y conceptos nominales	39
Delimitando los objetivos	43
Metodología	44
Resultados	46
Discusión	51
Problematización e implicaciones de los resultados	54
Conclusiones, recomendaciones y perspectivas	55
De la evaluación global en la realidad local. El papel de los índices internacionales en la organización de la ciencia en Chile y América Latina	57
Introducción	58
Breve historia de los índices académicos	59
Del porqué usar (o no) índices para evaluar calidad	61
El financiamiento para el fortalecimiento de publicaciones científicas en Chile	63

Tabla de contenidos

La evaluación de los currículums académicos para la postulación a fondos de investigación en Chile	64
Conclusión	67
Produção editorial em bibliotecas universitárias brasileiras: engajamentos criativos com publicações científicas abertas	69
Introdução	70
Metodologia	70
Library Publishing: origens, institucionalização e internacionalização	71
Library Publishing no Sul Global	76
Análises e Resultados	80
Considerações Finais	87
Referencias	89

Listado de Figuras

1	Logomarca e selo	13
2	QR Code para juntar-se à RIECE	19
1	Distribución según indización en DOAJ	46
2	Distribución licencias CC	47
3	Políticas básicas de Ciencia Abierta	48
4	CRedit o declaración de autoría	49
5	Publicación Continua	49
6	Cumplimiento de políticas básicas de Ciencia Abierta	50
7	Políticas editoriales ampliadas conforme a las Líneas prioritarias de acción SciELO 2024–2028	51
8	Tendencia políticas básicas ciencias abiertas 2023-2024	52
1	Porcentaje de disciplinas que incorporan distintos índices académicos para la evaluación curricular en el concurso Fondecyt regular según áreas disciplinares (2008-2020)	65
1	Logo da Library Publishing Coalition. Fonte: Library Publishing Coalition (c2024).	72
2	Edições do Library Publishing Directory (2014-2023). Fonte: Library Publishing Coalition (c2024).	73
3	Logo do IFLA Library Publishing Special Interest Group. Fonte: O'Neill et al. (2022).	74
4	Plataforma IFLA Global Library Publishing Map. Fonte: IFLA LibPub SIG (c2025).	75
5	Países/regiões dos projetos mapeados pelo IFLA LibPub SIG. Fonte: Liu et al. (2024).	76
6	Competências do bibliotecário para atuar na editoração. Fonte: Farias et al. (2018).	78
7	Conhecimentos, habilidades e atitudes para o bibliotecário atuar na edi- toração. Fonte: Farias et al. (2018), adaptado de Calarco et al. (2016). . .	79

Listado de Tablas

1	Instituições envolvidas no projeto	8
2	Membros da equipe com a indicação das revistas científicas e grupos de pesquisa a que estão vinculados	9
3	Quantitativo de bolsas financiadas	12
4	Tempo de existência das revistas	14
5	Periodicidade da publicação	15
6	Preservação digital das revistas	15
7	Bases e indexadores das revistas	15
8	Utilização de programas para identificação de similaridade	16
9	Normas que fundamentam a política editorial	17
10	Editores já cadastrados para missão de internacionalização	18
1	Iniciativas Library Publishing em Bibliotecas Universitárias Federais Brasileiras	80
2	Portais de Periódicos vinculados a Bibliotecas Universitárias Federais Brasileiras	81
3	Repositórios e Bibliotecas Digitais vinculados a Bibliotecas Universitárias Federais Brasileiras	84

Introducción

O papel da Rede Ibero-Americana de Editores Científicos de Educação (RIECE) no fortalecimento da comunicação científica em periódicos da área de Educação

O capítulo trata acerca da fundação da Rede Ibero-americana de Editores Científicos de Educação (RIECE) e do seu desenvolvimento de atividades no âmbito da articulação internacional para o fortalecimento da comunicação científica nos países latino-americanos, caribenhos e africanos. O objetivo é apresentar à comunidade internacional como se deu a articulação entre os editores dos países integrantes da rede para a criação da RIECE destacando as experiências colaborativas exitosas para majorar a internacionalização, indexação e aderência à ciência aberta nos periódicos envolvidos. Metodologicamente, adota-se uma pesquisa qualitativa, do tipo documental, que utiliza como fonte o projeto da RIECE, o documento diagnóstico, as atas das reuniões e os relatórios de atividades. Os resultados mostram que a RIECE se iniciou com a articulação de 11 países - Brasil, Colômbia, México, Venezuela, Costa Rica, Angola, Uruguai, Espanha, Portugal, Paraguai e Equador – e o apoio de importantes entidades que apoiam a editoria de revistas científica, a exemplo do Redalyc, do Latindex, do EDUC@, da AURA e da ABEC Brasil. Essa iniciativa foi aprovada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), entidade ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações para incentivo à pesquisa no Brasil, que concedeu apoio financeiro mediante verba de custeio e 15 bolsas internacionais, o que estimulou os participantes do projeto. O trabalho inicial da RIECE amparou-se na pesquisa-ação, partindo de um minucioso diagnóstico das revistas científicas, para, em seguida, mediante questionário, grupo focal e relato textual elaborar um plano de desenvolvimento colaborativo dos periódicos. Conclui-se que a RIECE vem colaborando para qualificar científica e tecnologicamente os periódicos de Educação a partir da articulação dos conhecimentos editoriais da equipe compartilhados voluntariamente, consoante a ciência aberta, entre os seus integrantes. Sua principal meta é ampliar o número de países da rede e aumentar os editores de educação comprometidos com a proposta.

DOI: 10.62059/editorial.l001.c1

Lia Machado Fiuza Fialho¹, Karla Angélica Nascimento¹, Maria Aparecida Alves da Costa²

O papel da Rede Ibero-Americana de Editores Científicos de Educação (RIECE) no fortalecimento da comunicação científica em periódicos da área de Educação

¹Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, BR

²Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Fortaleza, CE, BR

Introdução

O capítulo trata acerca da fundação da Rede Ibero-Americana de Editores Científicos de Educação (RIECE) e do desenvolvimento de atividades no âmbito da articulação internacional proporcionada pela RIECE para o fortalecimento da comunicação científica nos países latino-americanos, caribenhos e africanos.

A principal área coberta pela RIECE é a Educação, pois a articulação centra-se em periódicos desse campo do conhecimento, com o mote de qualificação contínua dos editores científicos considerando as especificidades da área e a necessária articulação do sul global para o fortalecimento da ciência nos países em desenvolvimento (Fialho et al., 2024). Ademais, a troca de saberes e conhecimentos editoriais entre os editores tem sido fundamental para a formação profissional dos editores científicos, já que, em quase a totalidade dos países latino-americanos, caribenhos e africanos, não há uma habilitação específica em nível de graduação ou pós-graduação para a formação de editores científicos, inclusive, constata-se ausência de regulamentação para o exercício dessa atividade laboral em diversos países (Morais et al., 2022).

Majoritariamente, os editores de revistas científicas na Iberoamérica são professores doutores, vinculados a instituições de ensino superior públicas ou privadas, que assumem essa função como parte de suas atividades laborais de pesquisa e gestão (Fontes, 2021). Destaca-se, inclusive, que em diversos casos é realizado de maneira voluntária, sem atribuição de carga horária ou benefício financeiro extra, em condições precarizadas, pela ausência de uma política institucional adequada de apoio e financiamento às necessidades da publicação científica (Werlang et al., 2021).

Considerando o exposto, o objetivo deste texto é apresentar à comunidade internacional como se deu a articulação entre os editores de diversos países para a criação da RIECE, destacando as experiências colaborativas exitosas para majorar a internacionalização, indexação e aderência à ciência aberta nos periódicos envolvidos, bem como a maneira pela qual outros editores da área de Educação podem se juntar à Rede, somando esforços para fortalecer as revistas científicas, no seu papel fundamental de divulgar o conhecimento produzido por meio de pesquisas qualificadas.

O Brasil, neste caso, partiu como idealizador do projeto em rede e, inicialmente, coordenador central na articulação dos editores da área de Educação, com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), mediante aprovação de projeto denominado “Qualificação de periódicos científicos de Educação: articular para internacionalizar”, submetido sob a coordenação da pesquisadora brasileira Lia Machado Fiuza Fialho, na chamada do edital publicizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) e CNPq, de número 14/2023. Outro apoio institucional importante foi o da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap), que também aprovou financiamento público para o projeto de criação da RIECE mediante chamamento via edital público de número 06/2023. De tal modo, a iniciativa já começou com a aprovação e o suporte financeiro de duas conceituadas instituições, respectivamente em nível federal e estadual.

Consoante o edital MCTI/CNPq número 14/2023 e Funcap número 06/2023, o projeto buscou atender ao objetivo de “incentivar a participação de pesquisadores brasileiros em projetos de cooperação com grupos e/ou redes de pesquisa de países latino-americanos, caribenhos e africanos”; bem como o objetivo de “encorajar a participação em projetos internacionais de pesquisadores brasileiros vinculados a instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste”. Dessa maneira, inicialmente, para a constituição da Rede, foram priorizados editores de países latino-americanos e das regiões brasileiras supramencionadas que apresentam maior dificuldade de desenvolvimento científico, todavia sem se olvidar de incluir países europeus com

O papel da Rede Ibero-Americana de Editores Científicos de Educação (RIECE) no fortalecimento da comunicação científica em periódicos da área de Educação

periódicos mais consolidados que se sensibilizaram para ajudar na internacionalização dos demais. Acrescenta-se ainda que, dentre os países mais desenvolvidos, priorizaram-se os que falam os mesmos idiomas – espanhol e português – dos países latinos, com o objetivo de evitar barreiras linguísticas, já que muitos editores não dominavam outros idiomas, a exemplo do francês e do inglês.

Justamente por reconhecer a importância da RIECE para a articulação no campo editorial ibero-americano e, em especial do sul global, considerou-se relevante divulgar essa Rede para a comunidade internacional, já que a propagação dessa iniciativa não apenas dar a ver o trabalho previamente executado, mas possibilita a sua divulgação e o seu fortalecimento mediante a união de outros editores da área de Educação, o que permite à RIECE crescimento em número de adeptos e fortalecimento para continuar atuando no fomento ao intercâmbio de saberes e conhecimentos e à consolidação das revistas científicas.

Metodologia

Minayo (2008), ao debater sobre o conceito e a função da metodologia nas pesquisas científicas, sinaliza para um enfoque plural, pois “a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade e também o potencial criativo do pesquisador” (p. 22). Dessa maneira, é a partir do objetivo da pesquisa que são determinadas as escolhas metodológicas do pesquisar com vistas a eleger o melhor percurso científico para investigar a questão proposta.

Para este estudo, adota-se uma pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso único, que se utiliza de fonte documental, mais especificamente, aquelas que dizem respeito ao projeto que resultou na criação RIECE, aprovado pelo CNPq e pela Funcap, além do documento diagnóstico das revistas inicialmente incluídas no projeto, das atas das reuniões e dos relatórios de atividades. Essa escolha metodológica decorreu do fato de que os documentos foram considerados as principais fontes para narrar a história da fundação da RIECE.

A pesquisa é de abordagem qualitativa porque não está preocupada em interpretar dados quantitativos e tecer generalizações (Lüdke & André, 1986), ao contrário, busca compreender nuances subjetivas e condições socioeconômicas e culturais que permitiram a articulação entre editores da área de Educação para a criação da RIECE e o início do seu desenvolvimento. Nessa direção, por tratar de uma Rede específica, a investigação é do tipo estudo de caso único, já que centra ênfase na análise de um caso particular e específico, o da RIECE (Yin, 2005).

As fontes documentais primárias foram eleitas para subsidiar a pesquisa por serem consideradas importantes para compreender a história da RIECE. De acordo Oliveira (2020), “na pesquisa documental, o trabalho do(a) pesquisador(a) requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico” (p. 70). A análise documental em tela, ao se utilizar de fontes primárias, trabalhou com dados e informações que ainda não haviam sido tratados cientificamente, possibilitando uma compreensão analítica subjetiva e georreferenciada (Sá-Silva et al., 2009).

Pimentel (2001) ressalta que no método de análise documental:

[...] São descritos os instrumentos e meios de realização da análise de conteúdo, apontando o percurso em que as decisões foram sendo tomadas quanto às técnicas

de manuseio de documentos: desde a organização e classificação do material até a elaboração das categorias de análise. (p. 179)

Nessa direção, cabe informar que todos os documentos localizados que diziam respeito à criação da RIECE foram considerados no estudo, sem excluir nenhuma fonte. Projetos, atas e trabalhos apresentados e publicados foram catalogados por data de confecção e analisados a partir do tipo de fonte, ou seja, primeiro discutiu-se sobre o projeto inicial e seu financiamento, que permitiu a criação da RIECE; em seguida, as atas que registraram o desenvolvimento da Rede; e, por fim, as atividades de divulgação e consolidação. Especificamente, as fontes analisadas estão descritas adiante:

- Projeto submetido e aprovado pelo CNPq;
- Projeto submetido e aprovado pela Funcap;
- Termos de adesão assinados pelos integrantes do projeto;
- Ata da reunião prévia para elaboração do projeto;
- Ata da primeira reunião após aprovação do projeto;
- Ata da segunda reunião do grupo com a criação da RIECE;
- Material em Power Point de apresentação do projeto;
- Anais de eventos com publicações sobre a RIECE;
- Relatório diagnóstico das revistas envolvidas na RIECE;
- Plataforma Carlos Chagas, onde se executa o projeto.

Todo o material consultado foi disponibilizado pela coordenadora do projeto, que não apenas autorizou sua divulgação pública, por acreditar que a ampla divulgação das pesquisas em todas as suas fases pode trazer mais transparência ao processo investigativo, como também participou ativamente da coleta de material e elaboração da redação do texto, com a crença de que a possibilidade da divulgar a RIECE internacionalmente pode ampliar e fortalecer essa iniciativa.

Cabe esclarecer que o projeto “Qualificação de periódicos científicos de Educação: articular para internacionalizar”, metodologicamente, para alcançar os objetivos propostos, propôs-se a utilizar a pesquisa-ação (Tripp, 2005), composta por cinco fases: 1) diagnóstica, com um questionário misto para sondar os conhecimentos dos editores e identificar as fortalezas e deficiências de cada periódico; 2) planejamento da ação, com a elaboração do plano com atividades a serem desenvolvidas para ampliar a internacionalização, indexação e aderência à ciência aberta e minimizar as fragilidades identificadas; 3) tomada da ação, com atividades práticas para a implementação de mudanças com vistas a atender aos critérios dos principais indexadores, qualificar a política editorial, alinhando-a à ciência aberta, e internacionalizar o corpo científico de avaliadores e de autores; 4) avaliação, com grupo focal, a partir da socialização das ações implementadas e sua discussão circular; e 5) aprendizado em rede, com registro textual dos possíveis benefícios e limites do trabalho cooperativo em rede internacional. Inclusive, previa-se que as narrativas do grupo focal transcritas e dos registros textuais seriam processadas no programa Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (IRaMuTeQ) (Camargo & Justo, 2018) com a análise de categoria para posterior discussão. Todos os dados oriundos da pesquisa – questionário, planejamento estratégico, relatório de mudanças realizadas e registro textual – também seriam depositados em acesso aberto no LattesData. Por fim, o esperado é que os resultados possibilitem amparar uma análise propositiva na elaboração de políticas públicas viáveis de implementação pelas Instituições de Ensino Superior, Fundações de Amparo à Pesquisa ou Ministérios de Educação dos países envolvidos.

Todavia, cabe salientar que o referido projeto ainda está em desenvolvimento, de modo que o foco deste capítulo não são os resultados do projeto “Qualificação de periódicos científicos de

Educação: articular para internacionalizar”, e sim a criação da RIECE, um dos produtos já alcançados pelo referido projeto, bem como as ações já desenvolvidas pela Rede. Dessa maneira, após a análise documental, a discussão será centrada na constituição da articulação inicial que compôs a RIECE, ou seja, na sua fundação, bem como nas primeiras ações da Rede em termos de diagnóstico das revistas participantes, da participação em eventos e produções, e demais atividades desenvolvidas.

Resultados e discussão

Os resultados, a partir da análise das fontes e termos de adesão assinados pelos integrantes do projeto, mostraram que a RIECE se iniciou com a articulação de 11 países – Brasil, Colômbia, México, Venezuela, Costa Rica, Angola, Uruguai, Espanha, Portugal, Paraguai e Equador – e o apoio de importantes entidades que dão suporte à editoria de revistas científicas, a exemplo do Redalyc, do Latindex, do EDUC@, da Associação Uruguaia de Revistas Científicas (AURA) e da ABEC Brasil.

Já a análise dos projetos interinstitucionais aprovados mostrou que essa composição de 16 pesquisadores nacionais, dos quais seis são bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq, com reconhecida experiência no Brasil, e 16 pesquisadores internacionais, além de cinco representantes de entidades do campo editorial (Redalyc, Latindex, EDUC@, AURA, ABEC), foi impulsionada pelos critérios do edital de fomento, que priorizava a participação do Brasil, de outros países do sul global, caribenhos e africanos. De tal modo, o grupo envolveu 32 instituições, das quais 16 são nacionais e 16 são internacionais, com representação de todas as cinco regiões do Brasil – Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste - e o envolvimento de mais 11 países.

As instituições de vínculo dos pesquisadores integrantes deste projeto estão apresentadas na Tabla 1, com a indicação da região geográfica para as brasileiras e do país, no caso das internacionais.

Tabla 1: Instituições envolvidas no projeto

Instituições brasileiras	Região geográfica
Universidade Federal de Roraima	Norte
Universidade Federal de Rondônia	Norte
Universidade Federal do Oeste do Pará	Norte
Universidade Federal do Amazonas	Norte
Universidade Federal de Goiás	Centro-Oeste
Universidade Estadual de Goiás	Centro-Oeste
Universidade Federal de Catalão	Centro-Oeste
Universidade Federal do Vale do São Francisco	Nordeste
Universidade Federal da Paraíba	Nordeste
Universidade Federal do Ceará	Nordeste
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Nordeste
Centro Universitário UniChristus	Nordeste
Universidade Estadual do Ceará	Nordeste
Universidade Estadual de Ponta Grossa	Sul
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Sudeste
Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho	Sudeste

Instituições brasileiras	Região geográfica
Instituições estrangeiras	País
Universidad de Costa Rica	Costa Rica
Universidad de la República	Uruguai
Universidad Nacional Autónoma de México	México
Corporación Universitaria Minuto de Dios	Colômbia
Universidad Politécnica Salesiana	Equador
Universidad Central de Venezuela	Venezuela
Universidad Tecnológica Intercontinental	Paraguai
Universidad de Cádiz	Espanha
Universidad de Luanda Óscar Riba	Angola
Universidade de Coimbra	Portugal
Universidad de Valladolid	Espanha
Universidad Libre	Colômbia
Universidad Andina Simón Bolívar	Equador
Universidad Nacional Abierta	Venezuela
Universidad Católica del Uruguay	Uruguai
Universidad de Los Andes	Venezuela

A articulação dos editores decorreu do objetivo comum de aumentar a qualificação dos periódicos em desenvolvimento, na área da Educação, a partir da articulação internacional de editores científicos. Para isso, buscava-se qualificar, científica e tecnologicamente, os periódicos brasileiros e de outros países latino-americanos, caribenhos e africanos a partir da articulação dos conhecimentos editoriais da equipe com foco na internacionalização, na indexação e na aderência à ciência aberta.

Como no Tabla 1, já foram apontadas as instituições envolvidas no projeto, com suas respectivas regiões geográficas, no caso das brasileiras, e dos países, no caso das estrangeiras, especificam-se agora os membros da equipe com as revistas nas quais atuam como editores, bem como seus respectivos grupos de pesquisas implicados no projeto.

Tabla 2: Membros da equipe com a indicação das revistas científicas e grupos de pesquisa a que estão vinculados

Pesquisadores Internacionais	Revistas	Grupos de Pesquisa
Christian Andrés Torres Hurtado	Arista Crítica	Ágora Latinoamericana
Benjamín Barón Velandia	Praxis Pedagógica	Laboratorio de Formación Docente en Investigación
Cristina Maria Coimbra Vieira	Ex Aequo	Centro de Investigación em Educação de Adultos e Intervenção Comunitária
Eva Álvarez Ramos	Ogigia	Literatura Española Contemporánea. Siglos XX y XXI

O papel da Rede Ibero-Americana de Editores Científicos de Educação (RIECE) no fortalecimento da comunicação científica em periódicos da área de Educação

Pesquisadores Internacionais	Revistas	Grupos de Pesquisa
Hugo Heredia Ponce	Hachetetepé. Revista Científica de Educación y Comunicación	Investigación e Innovación Educativa en Didáctica de la Lengua y la Literatura
Manuel Francisco Romero Oliva	Tavira	Investigación e Innovación Educativa en Didáctica de la Lengua y la Literatura
Mariana Lacayo Campos	Educación	Publicaciones de la Revista Educación
Tulio Ramírez	Areté	Problemas Educativos Venezolanos
Miguel Ángel Herrera Pavo	Revista Andina de Educación	Ciencia Abierta Ecuador
Jaime Padilla Verdugo	Revista Científica Alteridad	Grupo de Investigación en Ciencias de la Educación (GICCEE)
Eurico Wongo Gungula	Sapientiae	Grupo de Investigadores Multidisciplinares sobre Ciencia Abierta
Rebeca Estefano de Salazar	Educ@ción en Contexto	Grupo de Investigación de Educación
Héctor Magaña Vargas	Revista Mexicana de Orientación Educativa	Orientación Educativa y Vocacional
Abelardo Juvenal Montiel Benítez	Tembikuaaty Rekávo	Grupo de Investigación de la Universidad Tecnológica Intercontinental
María Alejandra Balbi	Páginas de Educación	Evaluación Formativa
Pedro José Rivas	Revista Venezolana en Educación	Grupo de Investigación de Análisis Sociopolítico de Venezuela
Pesquisadores nacionais	Revistas	Grupos de pesquisa
Lia Machado Fiuza Fialho	Educação & Formação	Práticas Educativas, Memórias e Oralidades
Charliton José dos Santos Machado	Ensino em Perspectivas	Grupo de Estudos e Pesquisas História da Educação da Paraíba
Jefferson Mainardes	Práxis Educativa	Políticas Educacionais e Práticas Educativas
Maria Lília Imbiriba Sousa Colares	Revista Exitu	História, Sociedade e Educação no Brasil
Olivia Morais de Medeiros Neta	History of Education in Latin America	Grupos de Pesquisa G-TRES
Cláudio Pinto Nunes	Revista Práxis Educacional	Grupo de Pesquisas sobre Didática, Formação e Trabalho Docente
Alfrancio Ferreira Dias	Revista Tempos e Espaços em Educação	Grupo de Estudos e Pesquisas Queer e Outras Epistemologias Feministas

Pesquisadores Internacionais	Revistas	Grupos de Pesquisa
Gilson Xavier Azevedo	Revista de Estudos em Educação	Educação e Questões de Aprendizagem
José Gerardo Vasconcelos	Educação em Debates	História e Memória da Educação
Marcelo Silva de Souza Ribeiro	Revista de Educação do Vale do São Francisco	Educação e Desenvolvimento
Karla Angélica Silva do Nascimento	Educação & Formação	Práticas Educativas, Memórias e Oralidades
Fabiane Maia Garcia	Amazonida	Gênero, Trabalho e Educação
Rafael Fonseca de Castro	Práxis Pedagógica	Educação, Psicologia Educacional e Processos Formativos
Karla Colares Vasconcelos	Revista Educação Pesquisa e Educação	Formação de Professores Práticas Pedagógicas e Epistemologia do Professor do Campo
Cristine Brandenburg	Práticas Educativas, Memórias e Oralidades	Práticas Educativas, Memórias e Oralidades
Cláudia Tavares do Amaral	Poiésis Pedagógica	Centro de Investigação e Estudos em Educação
Miriam Fábila Alves	Interações	Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais e Juventude
Francisca Genifer Andrade de Sousa	Práticas Educativas, Memórias e Oralidades	Práticas Educativas, Memórias e Oralidades
Pesquisador Eduardo Aguado-López	Associação/Indexador Redalyc	Grupos de pesquisa Difusión y Divulgación del Conocimiento
Ana María Cetto	Latindex	Grupo de Investigación Latindex
Nelson Antonio Simão Gímenes	EDUC@	Avaliação Educacional
Sylvia Laura Piovesan Suárez	AURA	Investigación CSIC Uruguay
Sigmar de Mello Rode	ABEC Brasil	Diagnóstico em Patologia Bucal

Importa salientar que os editores com periódicos mais qualificados se dispuseram a ajudar na qualificação dos periódicos emergentes, especialmente no tocante à indexação, à internacionalização e à adequação à ciência aberta. Somando-se a essa articulação prévia que mobiliza 11 países e 34 editores científicos da área de Educação, a ideia do projeto foi previamente aprovada e apoiada por cinco representantes de entidades muito importantes no campo editorial: duas das mais consolidadas associações científicas de editores dos países latino-americanos, a AURA e a ABEC Brasil; bem como pelos indexadores Redalyc, Latindex e EDUC@, de modo que essas entidades assumiram o compromisso de colaborar com o projeto seja no âmbito da sua divulgação, da formação dos editores ou da assessoria para qualificação, internacionalização e indexação dos periódicos.

O projeto já se iniciou robusto em colaborações concretas de internacionalização, com a proposta coletiva entre os membros envolvidos de iniciar uma rede permanente de colaboração envolvendo

O papel da Rede Ibero-Americana de Editores Científicos de Educação (RIECE) no fortalecimento da comunicação científica em periódicos da área de Educação

países latino-americanos que se amplie e se perpetue mesmo após a finalização do projeto. Nesse sentido, a rede colaborativa aqui descrita, a RIECE, apresentou forte potencial de se converter em uma consolidada rede de editores da área de Educação na Iberoamérica.

Previam-se alguns objetivos específicos: 1) fortalecer o desenvolvimento tecnológico de periódicos científicos em Educação desde o fortalecimento da participação de pesquisadores brasileiros e estrangeiros em projeto de cooperação em rede internacional; 2) incentivar a participação de pesquisadores nacionais e internacionais, editores de revistas científicas, vinculados às instituições localizadas geograficamente nas regiões menos favorecidas, em projetos internacionais com países latino-americanos e caribenhos que enfrentam problemas semelhantes para o aprimoramento das revistas científicas; 3) desenvolver projeto de extensão, envolvendo jovens doutores, para a promoção de ações de formação no campo editorial (para editores e autores) com vistas a ampliar também a articulação com a comunidade, alcançando também o público leigo; 4) promover maior internacionalização, divulgação científica qualificada, aderência à ciência aberta, indexação e boas práticas editoriais nas revistas científicas nacionais e internacionais, em especial, nas envolvidas diretamente com o projeto; e 5) constituir uma rede internacional de editores científicos parceiros com o objetivo comum de aprimorar o trabalho editorial e a qualificação dos periódicos em Educação do sul global.

Observou-se que, mesmo ainda em fase quase embrionária, com menos de um ano do seu início formal, já se conseguia alcançar todos os objetivos propostos, afinal foi possível articular editores de diversos países, constituindo uma rede de cooperação internacional, a RIECE, que envolvia em projeto internacional países latino-americanos e caribenhos. Ademais, já se desenvolviam iniciativas de promoção de ações de formação no campo editorial, inclusive fortalecendo a cultura da ciência aberta e a aproximação com a comunidade na perspectiva da ciência cidadã, bem como já havia se realizado um sério diagnóstico das revistas envolvidas na Rede para melhorar a internacionalização, aderência à ciência aberta, boas práticas editoriais e indexação das revistas.

A ata da reunião prévia para a elaboração do projeto mostrou que a iniciativa partiu de uma articulação de editores brasileiros em Educação, os quais se reuniram para discutir o edital do CNPq, informar da impossibilidade legal de estar concorrendo em mais de uma proposta, assumir o compromisso com as atividades da pesquisa-ação previstas para o desenvolvimento dos periódicos e elaborar coletivamente o orçamento, especialmente no que dizia respeito às bolsas para missões de internacionalização nos países parceiros, já que era necessário constar no corpo do texto da proposta o nome dos brasileiros interessados em trocar saberes e experiências com editores de outros periódicos de Educação de países distintos.

As bolsas foram divididas equitativamente entre todos os membros brasileiros que manifestaram interesse, de modo que restou uma bolsa para Pós-Doutorado Junior no Exterior (PDE), 13 bolsas de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação no Exterior na categoria Sênior (DES) e uma bolsa de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação no Exterior na categoria Junior (DEJ).

Tabla 3: Quantitativo de bolsas financiadas

Tipo de bolsa	Descrição	Quantidade
PDE	6 meses	1
DEJ	1 mês	1
DES	1 mês	13

A maioria das bolsas eram de categoria Sênior em decorrência de a equipe possuir apenas um jovem doutor com menos de cinco anos da conclusão de seu curso de doutorado e todos os demais já serem pesquisadores experientes. Esse perfil era esperado, tendo em vista que, para assumir a função de editor de revista científica, geralmente são eleitos pesquisadores com maior visibilidade, inserção e maturidade com a produção e divulgação do conhecimento (Anna, 2019; Gomes, 2010).

A ata referente à primeira reunião após aprovação do projeto mostra que o objetivo geral do encontro foi apresentar: os membros da equipe inicialmente mobilizada, já que alguns ainda não se conheciam; o projeto, com as atividades a serem desenvolvidas; o cronograma de execução das ações de qualificação dos periódicos; e o orçamento aprovado. Este último sofreu corte na verba de custeio, todavia preservou todas as bolsas solicitadas, não prejudicando a execução do projeto e consecutivamente da RIECE.

Contudo, foi na ata da segunda reunião do grupo que foi registrada a criação oficial da RIECE, em 9 de julho de 2024. Na ocasião, o referido encontro virtual foi coordenado por Lia Machado Fiuza Fialho, da Universidade Estadual do Ceará (UECE), e contou com a presença de: Ana Maria Cetto – México (Latindex), Nelson Antonio Simão Gimenès – PUC/SP (EDUC@), Sylvia Laura Piovesan Suárez – Uruguai (AURA), Benjamín Barón Velandia – Colômbia, Eva Álvarez Ramos – Espanha, Christian Andrés Torres Hurtado – Colômbia, María Alejandra Balbi – Uruguai, Eurico Wongo Gungula – Angola, Jefferson Mainardes – UEPG, Charliton José dos Santos Machado – UFPB, Fabiane Maia Garcia – UFAM, Olivia Moraes de Medeiros Neta – UFRN, Karla Angélica Silva do Nascimento – UniChristus/UECE, Maria Lília Imbiriba Sousa Colares – Ufopa, Cláudia Tavares do Amaral – UFCAT, Karla Colares Vasconcelos – UFRR, Gilson Xavier Azevedo – UEG, Marcelo Silva de Souza Ribeiro – Univasf, Rafael Fonseca de Castro – UNIR, Claudio Nunes – UESB, Tulio Ramírez – Venezuela, Jaime Padilla Verdugo – Equador, Héctor Magaña Vargas – México, Miguel Ángel Herrera Pavo – Equador, Abelardo Juvenal Montiel Benítez – Paraguai, Pedro José Rivas – Venezuela e Mariana Lacaio – Costa Rica. José Ailton de Freitas Pontes Junior – UECE, Cristine Brandenburg – UECE, Alfrancio Dias – UFS, Rebeca Estefano de Salazar – Venezuela e Segundo Aguado (Redalici) justificaram ausência.

Como se registra em ata, “foi aprovada a logomarca da Rede Ibero-Americana de Editores em Educação (RIECE) e o selo de qualidade que será concedido às revistas da rede que cumprirem critérios de qualidade e ciência aberta” (Ata RIECE, 9 de julho de 2024).



(a) Logomarca da RIECE



(b) Selo de qualidade

Figura 1: Logomarca e selo

O papel da Rede Ibero-Americana de Editores Científicos de Educação (RIECE) no fortalecimento da comunicação científica em periódicos da área de Educação

A logomarca, de fácil visualização e leitura, destaca a letra “e”, correspondente à palavra “editores”, e está acompanhada de sua interpretação literal escrita em português e inglês, idiomas predominantemente utilizados nos países ibero-americanos envolvidos no projeto.

Importa salientar que a Rede valoriza a ciência aberta (Unesco, 2017, 2021) e a rota diamante, inclusive, pelo fato de que não se faz restrição aos editores de periódicos científicos quanto ao ingresso na RIECE, todavia, para a concessão do selo, já havia regras nítidas, tais como um tempo mínimo de 5 anos de existência do periódico, não possuir características predatórias e adotar a rota diamante. Essa rota é caracterizada pelo acesso aberto aos textos publicados, distribuídos e preservados pelos periódicos sem custos para o leitor ou para o autor (Appel & Albagli, 2019; V. Pereira & Furnival, 2020). Dessa maneira, apenas as revistas que não cobram o pagamento das taxas de processamento de artigo podem obter o selo, conhecido como Article Processing Charges (APCs).

Constatou-se, a partir da criação da RIECE, de maneira concreta, que houve três ações consideradas como as mais preponderantes em termos de importância: 1) o diagnóstico dos 32 periódicos envolvidos no projeto, destacando suas fortalezas e suas fraquezas, registrado no documento denominado “Relatório diagnóstico das revistas envolvidas na RIECE”; 2) as missões de internacionalização iniciadas, registradas na Plataforma Carlos Chagas, site do governo brasileiro onde registra a execução do projeto; 3) as atividades de participações em eventos e formações para a qualificação no campo editorial e para a divulgação e fortalecimento da RIECE, registradas a partir de publicação em anais de eventos com publicações sobre a RIECE ou com certificados, palestras, coordenação de mesas, minicursos ou oficinas. Tais ações serão descritas a seguir de maneira mais detalhada.

1. O relatório diagnóstico dos 32 periódicos envolvidos no projeto, destacando suas fortalezas e suas fraquezas

A partir da análise do relatório diagnóstico, foi possível perceber que 15 das revistas envolvidas na RIECE eram relativamente jovens, sendo criadas entre 2011 e 2020, todavia, existiam outras 15 que já possuíam mais de 15 anos de existência e apenas três possuíam menos de dois anos de criação.

Tabla 4: Tempo de existência das revistas

Ano	Brasil		Demais países		Total	
	n	%	n	%	n	%
1988-2000	3	19%	4	24%	7	21%
2001-2010	4	25%	4	24%	8	24%
2011-2020	7	44%	8	47%	15	45%
2021-2023	2	13%	1	6%	3	9%
Total	16	100%	17	100%	33	100%

No tocante à periodicidade da publicação, chamou a atenção o fato de que a maioria já adotava o fluxo contínuo, somando-se 20 periódicos. No entanto, ainda havia 13 revistas que optavam por publicação em números periódicos – semestrais, quadrimestrais ou trimestrais.

Tabla 5: Periodicidade da publicação

Periodicidade	Brasil		Demais países		Total geral	
	n	%	n	%	n	%
Contínuo	15	88%	5	31%	20	61%
Trimestral	0	0%	1	6%	1	3%
Quadrimestral	2	12%	1	6%	3	9%
Semestral	0	0%	9	56%	9	27%
Total	17	100%	16	100%	33	100%

Também foi dada importância à questão da preservação digital e chamou a atenção o fato de apenas 17 revistas cuidarem de preservar as publicações e demais informações relevantes, de modo que 16 revistas precisam urgentemente cuidar para assegurar a preservação digital. Vale ressaltar, inclusive, que no Brasil a preservação na Rede Cariniana é gratuita e os editores pareciam desconhecer essa informação, o que pode ser facilmente resolvido desde a troca de experiências e saberes em rede.

Tabla 6: Preservação digital das revistas

	Brasil		Demais países	Total geral
CLOCKSS	4	1		5
LOCKSS	4	4		8
Cariniana	4			4
Total	12	5		17

No que diz respeito às bases e indexadores, observa-se que há uma preocupação das revistas em buscar sua divulgação mediante bases e indexadores diversos.

Tabla 7: Bases e indexadores das revistas

Indexador	Brasil	Demais países
Latindex	16	12
DOAJ	8	11
Dialnet	5	8
Latinrev	5	7
BASE	7	5
ERIH-Plus	3	9
MIAR	3	8
Redalyc	3	7
Scielo	1	8
Road	7	1
Iresie	3	4
Researchbib	6	1
Sherpa Romeo	3	4
CIRC	1	6

O papel da Rede Ibero-Americana de Editores Científicos de Educação (RIECE) no fortalecimento da comunicação científica em periódicos da área de Educação

Indexador	Brasil	Demais países
Scilit	3	3
Open Aire	4	2
SIS	3	2
MLA	1	4
I2OR	4	1
Latino Americana	2	3
Scopus	1	3
Clase	3	1
Redalyc.org	1	0
IPIndexing	1	0
ESJI	4	0
Amelica	1	3
WoS	1	2
Educ@	3	0
ERA	1	2
Research4 Life	3	0
Science Gate	2	1
Root Indexing	2	1
FATCAT	3	0
Mir@bel	2	1
EZ3	1	1
InfoBasa Index	1	1
MAKTABA	2	0
JISC	2	0
ZDB	2	0
Scope Database	2	0
Biblat	0	2
Clacso	1	0
Jisc	1	0
ARDI	1	0
Advanced Sciences Index	1	0
Modern Language Association	1	0
IPN	1	0
Proquest	1	0

No quesito uso de programas específicos para a prevenção de similaridades, em especial, do tipo plágio, surpreendeu o fato de 18 das revistas não prestarem essa informação aos seus leitores e autores. Dentre as 15 que disponibilizavam essa informação, o programa mais utilizado foi o Turnitin.

Tabla 8: Utilização de programas para identificação de similaridade

	Brasil	Demais países	Total geral
Não informado	10	8	18
Turnitin		6	6

	Brasil	Demais países	Total geral
Copy Spider	3		3
Similarity Check	2	1	3
Copy Spider, Plagiarism	1		1
Grammarly, Plagium, Copionic, WriteCheck, PaperRater, Plagiarisma.net, Viper Plagiarism Scanner ou CrossCheck		1	1
iThenticate	1	0	1
Total	17	16	33

Consoante a ética na política editorial das revistas, observou-se que 24 revistas tomavam como base para a elaboração de diretrizes documentos nacionais ou internacionais amplamente divulgados, majoritariamente fundamentas no Committee on Publication Ethics (COPE). No entanto, havia ainda nove revistas que não explicitavam com clareza quais procedimentos éticos adotavam.

Tabla 9: Normas que fundamentam a política editorial

Norma	Brasil	Demais países	Total
Código de Ética da UTIC		1	1
COPE (Committee on Publication Ethics)	9	12	21
Manual da American Psychological Association - APA	1		1
SciELO e COPE (Committee on Publication Ethics)	1		1
Não possui	6	3	9
Total	17	16	33

Outras informações importantes também foram diagnósticas no relatório, a exemplo da cobrança de APC, exercida por apenas duas revistas, bem como na internacionalização no corpo editorial e de autores, que demonstrou que os periódicos que já trabalhavam nessa direção.

Dentre as dificuldades editoriais referentes aos periódicos estritamente relacionados à internacionalização, podem-se listar, dentre outras: a dificuldade de compor um comitê científico/editorial internacional com representação de vários países e continentes; conseguir pareceristas internacionais capacitados para emitir bons pareceres em tempo hábil; indexar em bases/diretórios/indexadores internacionais; publicar artigos produzidos por pesquisadores internacionais; divulgar os artigos publicados mundo afora e conseguir que a revista seja lida e citada internacionalmente.

Com o diagnóstico prévio, mostrando as possíveis fragilidades dos periódicos, o objetivo é investir para sanar essas lacunas com o mote de qualificar o periódico e o trabalho do editor. Inclusive, a partir de missões de internacionalização, há a possibilidade de editores de países distintos interagirem presencialmente, sendo tutorados por colegas mais experientes, para investir na melhoria da qualidade dos periódicos da RIECE.

2. As missões de internacionalização

O papel da Rede Ibero-Americana de Editores Científicos de Educação (RIECE) no fortalecimento da comunicação científica em periódicos da área de Educação

Na ata de criação da RIECE, de 9 de julho de 2024, destacou-se para os editores internacionais que os brasileiros seriam financiados para missões de internacionalização e que iriam entrar em contato para iniciar a organização das missões de internacionalização. Segundo registro na Plataforma Carlos Chagas, apenas uma missão já havia sido realizada; a maioria estava agendada para o primeiro semestre de 2025 e as demais seriam desenvolvidas no segundo semestre.

Tabla 10: Editores já cadastrados para missão de internacionalização

Bolsista/Editor	Processo	Vigência	Categoria da bolsa
Charliton José dos Santos Machado	201545/2024-1	01/01/2025 a 31/01/2025	DES
Fabiane Maia Garcia	201579/2024-3	01/02/2025 a 28/02/2025	DES
Lia Machado Fiuza Fialho	201538/2024-5	01/03/2025 a 31/03/2025	DES
Maria Aparecida Alves da Costa	201565/2024-2	01/01/2025 a 31/01/2025	DEJ
Maria Lília Imbiriba Sousa Colares	201646/2024-2	01/02/2025 a 28/02/2025	DES
Olivia Morais de Medeiros Neta	201578/2024-7	01/02/2025 a 28/02/2025	DES
Rafael Fonseca de Castro	201439/2024-7	01/10/2024 a 31/10/2024	DES

Apenas Rafael Fonseca de Castro já havia concluído a missão; outros seis editores já estavam com suas missões agendadas e os demais estavam em fase de negociação com as suas instituições de vínculo empregatício e com o colega que iria trabalhar conjuntamente para qualificar as suas revistas. Dessa maneira, ainda que o registro da atividade seja muito importante por ser uma iniciativa inovadora, ainda não havia resultados que pudessem ser devidamente analisados.

3. As atividades de participações em eventos e formações para a qualificação no campo editorial e para a divulgação e fortalecimento da RIECE

Mesmo com o tempo diminuto de criação da RIECE, menos de um ano, é possível observar uma profícua mobilização dos envolvidos no projeto para trabalhar em prol da articulação e divulgação da Rede. Dentre as atividades mais expressivas nessa direção, mencionam-se:

Participação na 15ª Conferência Lusófona de Ciência Aberta (ConfOA), com a temática “Acesso aberto e dados de investigação abertos: sistemas, políticas e práticas”, em que apresentaram trabalho denominado “Rede Ibero-Americana de Editores Científicos de Educação (RIECE): internacionalização, indexação e aderência à ciência aberta” e o trabalho “O descompasso da emergência da Ciência Aberta com os critérios Qualis Capes Educação”. Na ocasião, questionava-se a forma de avaliar a produção e os periódicos baseando-se majoritariamente em métricas e se divulgava a RIECE convidando editores da área de Educação a ingressarem na Rede e robustecer o debate (Fialho et al., 2024).

Sessão de comunicação oral realizada no congresso ABEC Meeting 2023, sobre “A importância e os desafios da avaliação aberta à luz da experiência da Revista Práticas Educativas, Memórias e Oralidades”, na qual os editores eram incentivados a adotarem a avaliação aberta consoante os princípios de transparência da ciência aberta (Nascimento & Fialho, 2023).

Palestra no Encontro do Fórum de Editores, com o título “Desafios e possibilidades na editoria de revistas científicas”, durante o XII Congresso ABRACE, realizado em junho de 2023 na Universidade Federal do Pará, com o mote de debater boas práticas editoriais, o alinhamento à ciência aberta e divulgar a RIECE. Apresentação de trabalho no “Eixo Temático Avaliação de Periódicos da Área de Educação”, no IV Congresso Nacional de Editores de Periódicos de Educação (Coneped) – Fepae/Anped, evento presencial realizado em maio de 2024 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ocasião em que se defendia uma avaliação que considerasse as especificidades do sul global e fortalecesse a ciência em países latino-americanos, africanos e caribenhos, bem como fortalecesse a RIECE. Participação da coordenadora na mesa-redonda “A consolidação e os desafios de periódicos científicos cearenses”, na condição de palestrante, promovida pela Revista Ensino em Debate em maio de 2024, com o objetivo de envolver os editores da Rede no debate acerca das problemáticas que precisam ser enfrentadas com vistas à qualificação e consolidação das revistas científicas de educação da Iberoamérica. Desenvolvimento de oficina para a indexação de revistas científicas, realizadas on-line, com o mote de preparar as revistas para atender aos critérios dos indexadores nacionais e internacionais. Minicurso sobre as ferramentas disponíveis no OJS, versão 3, e sua utilização qualificada para customizar, instalar plugins, preencher metadados e gerar relatórios com o mote de otimizar a exploração de recursos disponíveis na plataforma (Shintaku et al., 2014).

Cabe destacar que em todas as atividades era disponibilizado o QR Code que direcionava ao questionário on-line para que outros editores de Educação pudessem se cadastrar na RIECE, qual seja:



Figura 2: QR Code para juntar-se à RIECE

Desse modo, observa-se que o objetivo é ampliar a Rede inicialmente constituída e poder constituir uma ampla articulação internacional de editores da área de Educação que queiram investir esforços em qualificar sua atuação profissional e os periódicos em que atuam como editores.

Considerações finais

A relevância do projeto ganhou força ao se constatar que são escassas as revistas educacionais latino-americanas que conseguem compor o catálogo dos grandes sponsors e internacionalizarem-se como periódicos de referência para o mundo. Diante disso, elaborou-se o pressuposto de que a constituição de uma rede de cooperação poderia fomentar a internacionalização e o desenvolvimento científico e tecnológico no âmbito da divulgação científica, desde a socialização de conhecimentos e ajuda mútua, tutorados por editores de revistas mais consolidadas.

Essa articulação internacional permitiria discutir e implementar inovações no campo editorial, de modo que o avanço tecnológico possibilitará, além de ampliar a internacionalização, investir na qualificação das revistas científicas envolvidas no projeto, o que reflete no aumento da visibilidade e da credibilidade dos periódicos e na disseminação das pesquisas científicas com maior alinhamento à ciência aberta e às melhores práticas editoriais mundiais (Fialho, 2023). Afinal, a popularização do conhecimento, socializado amplamente de maneira democrática, em acesso aberto, e a disseminação qualificada do conhecimento repercutem no desenvolvimento científico e tecnológico do país e na almejada internacionalização (Kunsch, 2004).

Conclui-se que a RIECE vem colaborando para qualificar científica e tecnologicamente os periódicos de Educação a partir da articulação dos conhecimentos editoriais da equipe compartilhados voluntariamente, consoante a ciência aberta, entre os seus integrantes. Sua principal meta é ampliar o número de países da Rede e aumentar os editores de Educação comprometidos com a proposta.

A cooperação internacional proposta mediante a criação da RIECE tem se mostrado de suma relevância, porque permite, a partir da articulação entre os editores, a ampliação de membros internacionais atuando nos conselhos editoriais e científicos dos periódicos brasileiros, e vice-versa, a troca de indicação de pareceristas internacionais, a colaboração para a divulgação da revista em outros países, a captação de textos internacionais e a tutoria com editores mais experientes para buscar adequação à ciência aberta, aos critérios dos indexados para ampliar a indexação, dentre outros intercâmbios desde o estreitamento de relações com pesquisadores estrangeiros.

Preservación digital y sostenibilidad de la comunicación científica en América Latina: experiencias, retos y perspectivas futuras

Este capítulo examina la intersección crítica entre la preservación digital y la sostenibilidad de la comunicación científica en América Latina, un tema de creciente importancia en la era digital. A través de un análisis exhaustivo de casos de estudio regionales, se exploran los desafíos técnicos, económicos y políticos que enfrentan las instituciones académicas latinoamericanas en sus esfuerzos por garantizar la accesibilidad a largo plazo de las publicaciones científicas digitales. Se evalúan las estrategias actuales de preservación digital, considerando su eficacia y sostenibilidad en el contexto de las limitaciones presupuestarias y de infraestructura propias de la región. El capítulo también aborda cómo estas prácticas de preservación se integran con las iniciativas de Ciencia Abierta, analizando las sinergias y tensiones entre ambos objetivos. Se presentan experiencias innovadoras de colaboración interinstitucional y regional que han logrado avances significativos en la preservación digital, destacando las lecciones aprendidas y las mejores prácticas emergentes. Finalmente, se exploran las perspectivas futuras, incluyendo el potencial de nuevas tecnologías y modelos de financiamiento para fortalecer la preservación digital en la región. El capítulo concluye con recomendaciones prácticas para editores, instituciones académicas y formuladores de políticas, orientadas a mejorar la sostenibilidad y el impacto a largo plazo de la comunicación científica latinoamericana en el ecosistema global del conocimiento.

DOI: 10.62059/editorial.l001.c2

Miguel Ángel Márdero Arellano¹, Julio Santillan Aldana²

¹Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Brasília, DF, BR

²Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, BR

Introducción

La preservación digital constituye un cúmulo activo y continuo de procedimientos y actividades que abarca la planificación estratégica y selección de activos digitales, así como su almacenamiento prolongado, administración, accesibilidad y actualización periódica (Leija Roman & Márdero-Arellano, 2019). Su objetivo primordial es garantizar la accesibilidad, integridad, autenticidad y usabilidad de la información y del patrimonio digital en diversos contextos y para múltiples propósitos (Araujo & Souza, 2016; Day, 2009; Ferreira, 2006). En este sentido, la preservación digital también se orienta a la retención y perpetuación de datos científicos y al aseguramiento del acceso a las publicaciones, lo que resulta fundamental para controlar la pérdida de objetos digitales y mantener el acceso continuo a los materiales durante el tiempo requerido. La relación entre la comunicación científica y la preservación digital es estrecha y trasciende la mera participación en el sistema de origen de la investigación o en el ciclo de publicación académica (ACRL, 2016). La comunicación científica no depende únicamente de la disponibilidad permanente del conocimiento, sino que se beneficia significativamente del desarrollo de nuevas formas de interacción y difusión en un entorno digital cada vez más complejo. Este papel cobra especial relevancia ante el crecimiento exponencial de la literatura científica en medios electrónicos durante el presente siglo, puesto que garantizar la accesibilidad continua del contenido digital resulta fundamental para la acumulación del saber y el avance de la ciencia (Santos et al., 2024). No obstante, la preservación digital enfrenta desafíos significativos, entre los que destaca la obsolescencia tecnológica. La rápida evolución del hardware y el software provoca que sistemas, formatos y aplicaciones queden obsoletos, lo que pone en riesgo el acceso a largo plazo al contenido digital, ya que la información almacenada en medios desfasados puede volverse inaccesible (Ahmad & Rafiq, 2023; Balogun & Kalusopa, 2021; Day, 2009; Singh, 2024; Unesco, 2003). En América Latina, la preservación digital reviste una importancia crucial, pues garantiza la protección y el acceso continuo al patrimonio cultural, científico y documental de la región (Leija Roman & Márdero-Arellano, 2019). El desarrollo de la preservación digital en la región se caracteriza por una realidad compleja y dinámica en la que coexisten avances significativos y desafíos persistentes. Actualmente, este campo atraviesa una fase decisiva marcada por el creciente reconocimiento de su relevancia y la urgencia de implementar estrategias y políticas consistentes (Formenton & Gracioso, 2020; Santos et al., 2024). Aunque las iniciativas han aumentado, la falta de financiamiento sostenible y otros obstáculos impiden la consolidación de estrategias efectivas y duraderas. A pesar de la implementación desigual de estrategias en diversos países, se vislumbran requerimientos potenciales que pueden contribuir tanto a la protección de la producción científica institucional como al fortalecimiento de la democratización del acceso a la información. La preservación digital, entendida como una práctica dinámica de gestión de la información en formato digital, se interrelaciona con las decisiones sobre el uso de tecnologías y los modelos de financiación que perfilan la comunicación científica en la región. Por ello, es indispensable reconocer su papel en los canales de difusión y en la consolidación del conocimiento. Este capítulo analiza y reflexiona sobre las principales experiencias, desafíos y perspectivas futuras de la preservación digital, considerada un factor estratégico para la sostenibilidad del conocimiento científico y del patrimonio documental en América Latina. Asimismo, se argumenta que, más allá de los aspectos tecnológicos, uno de los principales obstáculos para su implementación reside en la falta de preparación, viabilidad y sostenibilidad institucional, elementos esenciales para definir una dirección coherente que garantice el acceso y la conservación a largo plazo de la información.

Preservación digital y sostenibilidad de la comunicación científica en América Latina: experiencias, retos y perspectivas futuras

En las últimas décadas, se han identificado en la región diversas experiencias en materia de preservación digital, abarcando tres dimensiones fundamentales: marcos normativos, estrategias de preservación y redes de colaboración y cooperación.

Marcos normativos

Países como Colombia, Perú, Chile, Brasil, México, Cuba y Argentina han desarrollado legislación archivística relacionada con la preservación digital. Por ejemplo, en Colombia, desde 2012 se inició la implementación de políticas específicas en archivos (Murillo & Yoon, 2021; Sáenz Giraldo, 2019). No obstante, a pesar de contar con normativas, en varios casos la legislación resulta insuficiente, obsoleta o fragmentada, lo que dificulta la aplicación de políticas efectivas (Velásquez Puerta & Garzón Bolaños, 2024).

Estrategias de preservación

En la región se promueven diversas estrategias o modelos para abordar los obstáculos de la preservación digital. Entre ellos destaca el modelo de referencia OAIS (Open Archival Information System), también conocido como Sistema Abierto para el Archivo de Información (SAAI), el cual constituye el documento conceptual más relevante para orientar las iniciativas de preservación digital y garantizar la confiabilidad y el acceso a largo plazo a la información (Araujo & Souza, 2016; Lira & Siebra, 2021). Por otro lado, el modelo de Preservación Digital Distribuida (PDD), combina elementos de asociación y redes federadas, facilitando la distribución de copias de seguridad en múltiples ubicaciones geográficas y la colaboración entre instituciones mediante protocolos estandarizados (Leija Roman & Márdero-Arellano, 2019). Además, se han desarrollado modelos adaptados a las realidades regionales, como el Modelo de Madurez para Preservación Digital, que evalúa la capacidad de las organizaciones en la gobernanza, operación y gestión de datos para alcanzar la preservación digital a largo plazo (Bodero Poveda & De Giusti, 2024).

Redes de colaboración y cooperación

La colaboración interinstitucional en América Latina puede generar resultados significativos mediante la adopción de herramientas de preservación digital, políticas y planes de gestión orientados a salvaguardar las colecciones digitales. En la región, diversos países participan en redes de preservación digital como parte de sus esfuerzos para garantizar el acceso a largo plazo a sus materiales digitales.

En Brasil, la Red Cariniana, gestionada por el Instituto Brasileiro de Informação (IBICT, 2025), se destaca como una iniciativa nacional de PDD. Esta red promueve el uso de herramientas específicas para salvaguardar los registros de la ciencia, la tecnología y el patrimonio cultural, ofreciendo alternativas para que las instituciones coleccionen, almacenen y faciliten el acceso a contenidos mediante copias autorizadas, paquetes de software, aplicaciones y entornos multimedia

para el desarrollo de documentos digitales preservables (IBICT, 2025). Desde 2010, los equipos del IBICT han desarrollado investigaciones y pruebas que culminaron en 2012 con la formulación de una política de preservación digital y la producción de un prototipo basado en el modelo OAIS. La adquisición, en 2014, de la licencia del sistema LOCKSS (Lots of Copies Keep Stuff Safe) permitió al IBICT integrarse a la Alianza Internacional LOCKSS, recibiendo apoyo técnico para la operación de una red nacional que, en sus primeras etapas, involucró a seis instituciones y universidades brasileñas e incorporó revistas científicas de acceso abierto. Este avance propició el desarrollo de una red de colecciones preservadas, que posibilita el libre acceso e integración de la memoria institucional de manera consorciada y federada entre universidades e instituciones de investigación.

El software LOCKSS continúa siendo fundamental en Brasil para establecer arquitecturas de subredes colaborativas destinadas al tratamiento y preservación de publicaciones técnico-científicas electrónicas. La adopción de esta solución, ya implementada en instituciones de investigación en Europa, Asia y América del Norte, responde a la necesidad de desarrollar redes colaborativas nacionales, que aseguren no solo la migración de formatos, sino también la conservación del contexto, la estructura y la accesibilidad de los documentos digitales, contribuyendo así a la salvaguarda del patrimonio nacional. Con la Red Cariniana, el IBICT ha asumido el rol de promotor e intermediario en la construcción de una infraestructura distribuida para el diagnóstico y la preservación de importantes acervos digitales de la memoria científica y tecnológica, en línea con las iniciativas internacionales desarrolladas en la última década.

Asimismo, existen otras redes y organizaciones en la región que se enfocan en compartir conocimiento y en intercambiar experiencias en este contexto. Un ejemplo es la Red Iberoamericana de Preservación Digital de Archivos Sonoros y Audiovisuales (RIPDASA), creada para identificar, analizar y difundir alternativas de preservación digital sustentables para colecciones sonoras y audiovisuales, y que vincula a investigadores y profesionales de países como Brasil, Chile, Colombia, Ecuador, España, México, Perú y Uruguay, bajo el auspicio del Programa Iberoamericano de Ciencia y Tecnología para el Desarrollo (CYTED) (Rodríguez Reséndiz, 2020). De igual forma, la Asociación Iberoamericana de Preservación Digital (APREDIG), con sede en Barcelona, tiene como objetivo difundir y apoyar la transferencia de conocimiento sobre las buenas prácticas, políticas y estrategias necesarias para la gestión integral de archivos digitales a largo plazo en instituciones iberoamericanas (Kusmann, 2023).

Estos antecedentes evidencian que, si bien existen múltiples iniciativas y modelos que abordan la preservación digital en América Latina, el éxito de estas experiencias dependerá en gran medida de la articulación entre marcos normativos, estrategias adaptadas a las realidades locales y redes de colaboración interinstitucional, que en conjunto fortalecen la capacidad regional para asegurar el acceso y la conservación del patrimonio digital.

Retos de la preservación digital en América Latina

De entre los diversos desafíos de la preservación digital en la región, destacan tres por su relevancia: la concientización sobre la fragilidad de los acervos, la creación de contenidos preservables, y la formación de redes de preservación digital distribuida.

Concientización sobre la fragilidad de los acervos

a) Importancia

La concientización sobre la fragilidad de los acervos digitales es clave debido a varios factores que amenazan su existencia a largo plazo. Los materiales digitales son inherentemente vulnerables y están en riesgo de pérdida permanente si no se toman medidas adecuadas (Formenton & Gracioso, 2020; M. Á. Márdero Arellano, 2008).

Algunas razones clave por las que es importante tomar conciencia de la fragilidad de los acervos digitales, son: la obsolescencia tecnológica, la debilidad de los soportes, y la vulnerabilidad de los datos. Por un lado, la rápida evolución de la tecnología, tanto de hardware como de software, hace que los objetos digitales se vuelvan inaccesibles con el tiempo. Los formatos de archivo y los sistemas utilizados para crearlos pueden volverse obsoletos, lo que dificulta su visualización y uso (Unesco, 2003). Se suma a ello que los soportes físicos en los que se almacenan los datos digitales, como discos duros, CD y cintas magnéticas, son susceptibles a daños y deterioro con el tiempo (Tavares, 2023). De igual forma, es importante recordar que los datos digitales son vulnerables a amenazas como virus informáticos, ataques cibernéticos y fallas de hardware; y no existe un método preciso de soporte y actualización de hardware y software o de nuevos soportes de información (Samiei, 2020).

b) Actores involucrados

Este proceso de concientización involucra a diversos actores, cada uno con un papel importante en la protección del patrimonio digital. Entre los principales actores involucrados, podemos considerar a: las instituciones de la memoria, los creadores y productores de contenido, y la industria a fin a los acervos digitales.

En el ámbito de las instituciones de memoria, las bibliotecas, archivos y museos son actores tradicionales en la preservación de recursos culturales e intelectuales. Estas instituciones deben liderar las iniciativas de concientización, selección y conservación digital, ya que cuentan con la experiencia y los recursos necesarios para preservar el patrimonio digital (Unesco, 2003).

Para el caso de aquellos actores que generan contenido digital, como autores, artistas y editores; básicamente tienen la responsabilidad inmediata de la preservación de sus creaciones. Motivo por el cual deben ser conscientes de las prácticas de preservación y colaborar con las instituciones para garantizar la disponibilidad a largo plazo de sus materiales (M. Á. Márdero Arellano et al., 2024).

De igual forma, las empresas del sector tecnológico, incluyendo fabricantes de hardware y software, también tienen un rol importante en la preservación digital, especialmente en el desarrollo de estándares, herramientas y tecnologías que faciliten la preservación a largo plazo (Choy et al., 2016).

Es necesario recordar que la concientización también implica educar a los usuarios y al público en general sobre la relevancia de la preservación digital y la fragilidad de los acervos. Todos estos actores necesitan comprender su papel en la salvaguarda del patrimonio digital, así como asumir el rol de promotores de la cultura de la preservación.

c) Estrategias

Desarrollar una concientización sobre la fragilidad de los acervos digitales requiere una combinación de estrategias dirigidas a diferentes actores y niveles de la sociedad. Estas estrategias buscan resaltar la vulnerabilidad de los materiales digitales y promover la acción para su preservación a largo plazo. Podemos considerar como estrategias mínimas al respecto: el desarrollo de políticas y estándares, la colaboración interinstitucional, la educación y capacitación.

Para el caso del desarrollo de políticas y estándares, es fundamental que los gobiernos a través de los organismos públicos correspondientes establezcan políticas y regulaciones claras para la preservación digital (Ahmad & Rafiq, 2023). En ese mismo sentido, la adopción y el cumplimiento de estándares abiertos para la creación y gestión de documentos digitales ayudará a reducir los efectos de la obsolescencia tecnológica. Por ejemplo, los repositorios digitales deben seguir los estándares y especificaciones de los formatos y metadatos de preservación para alcanzar ese objetivo.

Por otro lado, la colaboración interinstitucional, y de manera específica, la colaboración entre instituciones, comunidades y expertos es esencial para abordar los retos de la preservación digital. Esto incluye el intercambio de recursos, conocimientos y mejores prácticas. Recordemos que las redes de colaboración facilitan la comunicación y la coordinación entre los distintos actores. Por eso será importante establecer relaciones con otros actores cuyos intereses o responsabilidades sean similares, para explorar posibles colaboraciones, sobre todo con aquellos que tengan experiencia en preservación o gestión de materiales, para solicitar su consejo y apoyo (Srirahayu et al., 2020).

Con relación a la educación y capacitación, es fundamental educar y capacitar tanto a los principales actores como al público en general sobre la importancia de la preservación digital. Esto implica desarrollar habilidades y conocimientos sobre los riesgos que enfrentan los acervos digitales, así como las técnicas y mejores prácticas para su conservación. En ese contexto son necesarios programas de formación y talleres sobre la certificación y preservación digital para construir la capacidad necesaria para enfrentar los desafíos. De igual forma se debe fomentar la conciencia entre los productores, usuarios y quienes acceden a objetos digitales sobre la importancia del proceso de preservación (M'kulama et al., 2023).

Al implementar estas estrategias de manera integral y colaborativa, se puede fomentar una mayor conciencia sobre la fragilidad de los acervos digitales y promover acciones efectivas para su preservación a largo plazo. La participación de todos los actores involucrados es esencial para garantizar que el patrimonio digital esté disponible para las generaciones futuras.

Creación de contenidos preservables

a) Importancia

La creación de contenidos preservables es de suma importancia por varias razones, todas ellas relacionadas con la necesidad de asegurar el acceso a la información y al conocimiento a largo plazo. Los documentos digitales, a pesar de su flexibilidad y ventajas en términos de transmisión y replicación, presentan desafíos únicos para su preservación. Por lo tanto, es esencial que desde el momento de su creación se consideren los aspectos de la preservación.

Entre las principales razones por las cuales la creación de contenidos preservables es tan importante, tenemos: el garantizar el acceso a largo plazo, el preservar el patrimonio y la memoria. La preservación digital busca asegurar que los objetos digitales permanezcan accesibles y utilizables

a lo largo del tiempo. Esto implica mantener la capacidad de acceder al mensaje o propósito esencial y auténtico de un objeto digital. Sin la creación de contenidos preservables, existe el riesgo de perder información valiosa debido a la obsolescencia tecnológica, la corrupción de datos o la falta de estrategias adecuadas de gestión (M. Á. Márdero Arellano et al., 2024).

Los contenidos digitales son reflejo de la actividad humana y constituyen un patrimonio digno de protección y conservación, es por ello que la creación de contenidos preservables contribuye a resguardar la memoria informacional de un pueblo o nación, permitiendo que futuras generaciones puedan acceder a ella (Santos et al., 2022).

De igual manera, la información científica y académica tiene un valor duradero y debe ser preservada para garantizar la maximización de inversiones y la reutilización del conocimiento. Por esa razón, la creación de contenidos preservables debe asegurar que los resultados de investigaciones, estudios y descubrimientos estén disponibles para futuras generaciones de investigadores (Tavares, 2023). Mientras tanto, los repositorios digitales facilitan la circulación del conocimiento y fortalecen el compromiso institucional con el acceso abierto a la información.

Cuando hablamos de preservación digital no solo hablamos de mantener la accesibilidad, sino también de asegurar la autenticidad e integridad de los contenidos (Neves et al., 2024). Esto implica proteger los datos contra alteraciones y manipulaciones, garantizando que la información disponible sea confiable y veraz. En este proceso los metadatos de preservación juegan un papel importante.

Adicionalmente, al planificar la preservación desde la creación, se pueden reducir los costos asociados a la migración de formatos, la corrección de errores o la recuperación de información perdida. De esta forma, implementar buenas prácticas desde el inicio puede facilitar los procesos de gestión, la reutilización y el acceso a las colecciones.

Es necesario destacar que la creación de contenidos preservables conlleva al uso de metadatos, estándares y formatos adecuados, lo cual facilita la gestión y organización de grandes cantidades de información. Esto, a su vez, permite una mejor recuperación de los datos y una gestión más eficiente de los repositorios digitales. La tecnología evoluciona rápidamente, lo cual puede dejar obsoletos formatos de archivo y sistemas de software o hardware. Asimismo, implica adoptar estrategias que permitan migrar los datos a nuevos formatos y garantizar su acceso a pesar de los cambios tecnológicos. Por ejemplo, la encapsulación es una estrategia que permite preservar el formato original junto con la información necesaria para su interpretación futura.

Recapitulando, la creación de contenidos preservables es fundamental para garantizar el acceso al conocimiento, proteger el patrimonio cultural y promover el avance de la sociedad. Este proceso requiere un esfuerzo colaborativo entre creadores de contenido, instituciones de memoria, gobiernos, investigadores y otros actores clave, todos trabajando para asegurar que la información valiosa esté disponible para las generaciones futuras. La preservación digital no debe ser una acción posterior, sino un componente integral en el proceso de creación de cualquier objeto digital.

b) Estrategias

La creación de contenidos preservables requiere la adopción de estrategias y prácticas específicas desde el momento inicial de la creación del objeto digital. El propósito principal es asegurar que estos contenidos se mantengan accesibles, auténticos e íntegros a largo plazo, a pesar de la obsolescencia tecnológica y otros desafíos.

Las principales estrategias para la creación de contenidos preservables van desde la adopción de estándares abiertos, el uso de metadatos, planificación y documentación, hasta la colaboración con los productores.

Utilizar formatos de archivo y estándares de datos abiertos y ampliamente disponibles es fundamental. Esto facilita la migración y la emulación, y reduce la dependencia de tecnologías propietarias que podrían volverse obsoletas (Li, 2024; M. Á. Márdero Arellano et al., 2024). Los estándares deben ser ampliamente reconocidos para asegurar la estabilidad y la adhesión a largo plazo.

La incorporación de metadatos descriptivos, administrativos y de preservación es esencial para la gestión, la recuperación y la comprensión de los objetos digitales a lo largo del tiempo. Recordemos que los metadatos deben incluir información sobre la procedencia, el contexto, la estructura, los derechos de propiedad intelectual y la validación de la información. Para ello se pueden usar estándares como MODS, METS y PREMIS (Formenton & Gracioso, 2020; Li, 2024).

También es relevante documentar los procesos de creación y las características de los objetos digitales. Esto incluye la descripción de los requisitos, las prácticas utilizadas y los riesgos involucrados en la preservación digital. No olvidemos que la planificación anticipada facilita la gestión y la preservación a largo plazo (Unesco, 2003).

Además de estas estrategias específicas, también se sugiere crear múltiples copias de los archivos digitales y almacenarlas en diferentes ubicaciones y medios. Esto asegura la disponibilidad de los datos en caso de pérdida o daño de una de las copias (Formenton & Gracioso, 2020). El uso de sistemas de copia de seguridad remotos también es una buena práctica. Tomemos en cuenta que la migración implica la conversión de archivos a formatos más actuales para mantener la compatibilidad, mientras que la emulación busca recrear el entorno original en el que se creó el archivo para acceder a él. Estas estrategias son muy necesarias para lidiar con la obsolescencia tecnológica (Tavares, 2023).

Al implementar estas estrategias y principios, se puede garantizar que los contenidos digitales sean preservables desde su origen, contribuyendo a la construcción de un patrimonio digital robusto y accesible para las generaciones futuras.

Creación de redes de preservación digital distribuida

a) Importancia

La creación de redes de PDD es de suma importancia debido a la naturaleza efímera de los objetos digitales y la necesidad de afianzar su acceso a largo plazo (Choy et al., 2016). Estas redes ofrecen una solución robusta para proteger el patrimonio digital contra una variedad de amenazas, como la obsolescencia tecnológica, fallas de hardware, desastres naturales y la pérdida de acceso. Al distribuir la información en múltiples ubicaciones, las redes de preservación digital aseguran la disponibilidad y la integridad de los datos, incluso si un nodo o ubicación sufre una falla.

Los principales factores por los que la creación de redes de preservación digital distribuida es relevante, son: la resiliencia y seguridad, la accesibilidad continua, la colaboración y responsabilidad compartida, afrontar la obsolescencia tecnológica, el apoyo a la investigación, y la reducción de costos.

Almacenar los datos en múltiples ubicaciones geográficas reduce el riesgo de pérdida de información debido a eventos o fallos en una única ubicación (Lira & Siebra, 2021). Por esa razón, la redundancia que ofrecen estas redes es determinante para proteger el patrimonio digital. Además, no debemos olvidar, que la preservación digital no se trata solo de guardar los datos, sino también de garantizar que se puedan descubrir y acceder a ellos en el futuro. Las redes distribuidas facilitan este acceso al asegurar que los datos se mantengan disponibles en diferentes puntos de la red (Unesco, 2003).

La creación de estas redes implica la colaboración entre varias instituciones y profesionales (Formenton & Gracioso, 2020). Esta responsabilidad compartida aumenta la eficacia de la preservación, ya que cada miembro aporta recursos y experiencias. Por otra parte, los objetos digitales están sujetos a la obsolescencia tecnológica, ya que los formatos de archivo y los soportes de almacenamiento se vuelven obsoletos con el tiempo (M. Á. Márdero Arellano et al., 2024). Las redes de preservación digital, con sus estrategias de migración y emulación, pueden ayudar a garantizar que los datos permanezcan accesibles incluso cuando la tecnología evoluciona.

Al preservar y poner a disposición los datos de investigación, las redes de preservación digital facilitan la ciencia abierta y la colaboración entre investigadores (Santos et al., 2022). Esto promueve el avance del conocimiento y la innovación en diversas áreas. Si bien la creación de una infraestructura de preservación digital completa puede ser costosa para una sola institución, las redes de colaboración permiten compartir costos y recursos, lo que las convierte en una opción más viable y atractiva (Unesco, 2003).

En definitiva, la formación de redes de preservación digital distribuida es esencial para garantizar la seguridad, accesibilidad y autenticidad por mucho tiempo del patrimonio digital. Estas redes permiten afrontar los desafíos de la obsolescencia tecnológica, la pérdida de datos y la falta de colaboración, asegurando que la información y el conocimiento puedan ser preservados y utilizados por las generaciones futuras.

b) Estrategias

Si bien establecer una red completa puede ser complejo, existen estrategias mínimas que son esenciales para comenzar y mantener una red efectiva: colaboración y alianzas, replicación de datos, adopción de estándares abiertos, definición de políticas de preservación, implementación de metadatos de preservación, infraestructura básica

Es primordial establecer alianzas entre instituciones, profesionales y creadores de contenido. Esta colaboración implica compartir conocimientos, experiencias y recursos (financieros, humanos y tecnológicos) (Formenton & Gracioso, 2020). La colaboración también ayuda a crear un sentido de responsabilidad compartida en la preservación digital.

La redundancia mediante la creación y el almacenamiento de múltiples copias de los datos en diferentes ubicaciones físicas es una medida de seguridad elemental (Lira & Siebra, 2021). Esto protege la información contra pérdidas debido a fallas de hardware, desastres naturales o ataques cibernéticos. Se recomienda almacenar las copias tanto in situ como fuera de la institución, incluyendo el almacenamiento distribuido en la nube.

Es importante adoptar estándares y protocolos comunes para asegurar que los diferentes nodos de la red puedan comunicarse e intercambiar datos de manera eficiente. Esto incluye el uso de formatos de archivos abiertos, estándares de metadatos y protocolos de comunicación interoperables (Siebra & Borba, 2021). La interoperabilidad asegura que la información pueda ser accedida y utilizada por diferentes instituciones y usuarios a lo largo del tiempo. Igualmente, es básico

establecer políticas claras de preservación digital que guíen todas las actividades relacionadas con la gestión de la información digital en la red. Estas políticas deben incluir criterios para la selección de materiales, estándares de metadatos, estrategias de migración y emulación, así como planes de gestión de riesgos y responsabilidades claras para cada miembro de la red (Tavares, 2023).

Por otro lado, los metadatos son esenciales para identificar, describir y gestionar los objetos digitales. Se recomienda el uso de modelos de metadatos de preservación como PREMIS, METS y MODS para documentar la información técnica, administrativa y estructural de los objetos (Choy et al., 2016). Estos metadatos también facilitan el descubrimiento y acceso a los recursos preservados. Tampoco olvidemos que se requiere una infraestructura que incluya sistemas de almacenamiento confiables y herramientas básicas para la gestión de los datos. No es necesario comenzar con una infraestructura extremadamente sofisticada, pero se debe asegurar la integridad de los datos a través de copias de seguridad y almacenamiento seguro (Lira & Siebra, 2021).

Estas estrategias mínimas son un punto de partida para la creación de redes de preservación digital distribuidas. A medida que la red madura, se pueden incorporar estrategias más avanzadas, como el uso de sistemas de preservación distribuida (por ejemplo, LOCKSS, CLOCKSS), migración y emulación. La clave es comenzar con un enfoque colaborativo, establecer políticas claras y asegurar la redundancia de los datos. La preservación digital es un proceso continuo que requiere un compromiso a largo plazo.

Perspectivas futuras de la preservación digital

En el contexto de la comunicación científica, la preservación digital enfrenta dos grandes desafíos hacia el futuro: la influencia de las nuevas tecnologías en sus estrategias y su alineación con las prácticas de Ciencia Abierta.

Influencia de las nuevas tecnologías en las estrategias de preservación digital

Si bien la tecnología es un componente esencial en la preservación digital, su efectividad depende de su integración con otros elementos fundamentales, como la capacitación del personal, el establecimiento de políticas claras y una planificación estratégica adecuada (Ramírez Agudelo, 2024). La preservación digital no se limita a un problema tecnológico, sino que también involucra desafíos legales y dificultades económicas significativas (Corrado, 2022).

El desarrollo de nuevas tecnologías, como la inteligencia artificial, ofrece un gran potencial para mejorar la eficiencia y escalabilidad de los procesos de preservación. No obstante, su implementación debe realizarse de manera responsable, considerando los valores humanos y principios éticos, además de adaptarse a los contextos específicos de cada región y cultura (Sadler, 2024).

En este escenario, la adopción de tecnologías que faciliten el acceso a la información científica y mejoren la calidad de los contenidos generados en las instituciones es clave para garantizar un futuro de preservación digital colaborativa. La consolidación de redes y consorcios de bibliotecas, archivos, editores e investigadores puede fortalecer la sostenibilidad de estos procesos y asegurar la continuidad de la memoria científica y cultural.

Alineación de la preservación digital con las prácticas de Ciencia Abierta

Alinear la preservación digital con las prácticas de Ciencia Abierta implica que todas las iniciativas deben considerar el riesgo de pérdida parcial o total de contenido digital y establecer estrategias de mitigación. En este contexto, la preservación digital se vincula estrechamente con el acceso abierto, aunque ambas iniciativas tienen objetivos distintos (F. C. L. Márdero Arellano M. Á. M. & Leite, 2009).

Tanto la preservación digital como el acceso abierto buscan asegurar la disponibilidad y usabilidad de la información a largo plazo (Bodero Poveda & De Giusti, 2024; Corda et al., 2020). Sin una estrategia de preservación digital efectiva, el acceso abierto puede verse comprometido, ya que los objetos digitales podrían volverse inaccesibles o inutilizables con el tiempo. Por esta razón, las instituciones que promueven el acceso abierto a través de repositorios digitales deben priorizar la implementación de políticas y prácticas de preservación para asegurar que la información permanezca accesible y utilizable para las generaciones futuras (Ochoa-Gutiérrez et al., 2021).

El acceso abierto a los resultados de investigación, fortalecido por herramientas de descubrimiento avanzadas, permite acceder a una gran variedad de recursos en múltiples disciplinas y en diferentes contextos nacionales y lingüísticos. Esto favorece el intercambio de conocimiento y el avance de la ciencia, con claros beneficios para la comunidad académica. En este sentido, se espera que los formuladores de políticas públicas de acceso abierto y preservación a largo plazo sean capaces de negociar la inclusión de nuevas prácticas y estándares de acceso y preservación en acuerdos y proyectos que garanticen la sostenibilidad del trabajo científico y técnico en la región.

Conclusiones y recomendaciones

Conclusiones

La preservación digital emerge como un pilar estratégico para garantizar la sostenibilidad y el impacto a largo plazo de la comunicación científica en América Latina. Los hechos evidencian que, si bien la región ha avanzado en la implementación de iniciativas como la Red Cariniana en Brasil y otras redes colaborativas en la región, persisten desafíos estructurales que limitan su consolidación. Entre estos, destacan la obsolescencia tecnológica, la fragmentación normativa, la insuficiencia de financiamiento sostenible y la falta de concienciación sobre la fragilidad de los acervos digitales. La interdependencia entre preservación digital y comunicación científica se manifiesta en la necesidad de asegurar no solo la accesibilidad inmediata, sino también la integridad y autenticidad de los contenidos científicos frente a riesgos como la pérdida de datos o la dependencia de tecnologías propietarias. Asimismo, la alineación con prácticas de Ciencia Abierta subraya la urgencia de integrar estrategias de preservación en los repositorios institucionales, garantizando que el acceso abierto no se vea comprometido por la degradación o inaccesibilidad futura de los materiales digitales.

Recomendaciones

Para los editores científicos, se recomienda adoptar estándares abiertos y formatos preservables desde la creación de contenidos, incorporando metadatos descriptivos y administrativos conforme

Preservación digital y sostenibilidad de la comunicación científica en América Latina: experiencias, retos y perspectivas futuras

a los estándares vigentes. Además, es prioritario colaborar con instituciones de memoria en la integración de repositorios certificados, asegurando que las publicaciones cumplan con criterios técnicos para su preservación a largo plazo.

Las instituciones académicas deben priorizar la inversión en infraestructuras tecnológicas resilientes, como sistemas de almacenamiento distribuido, y fomentar la capacitación continua de profesionales en preservación digital. La creación de consorcios interuniversitarios, siguiendo modelos como LOCKSS o CLOCKSS, permitiría compartir recursos y reducir costos operativos. Asimismo, es esencial desarrollar programas de concienciación dirigidos a investigadores, incentivando la adopción de prácticas de gestión de datos desde las etapas iniciales de producción científica.

Para los formuladores de políticas, resulta imperativo diseñar marcos normativos integrales que articulen preservación digital, acceso abierto y ciencia abierta, asignando recursos financieros específicos y estableciendo mecanismos de evaluación periódica. La cooperación regional, mediante organismos locales y regionales, debe fortalecerse para homologar estándares y facilitar la interoperabilidad entre repositorios nacionales. Finalmente, la incorporación de tecnologías emergentes, como inteligencia artificial, para la automatización de procesos de preservación, debe acompañarse de lineamientos éticos que prioricen la transparencia y la equidad en el acceso al conocimiento.

En conjunto, estas acciones contribuirán a posicionar a América Latina como un actor relevante en el ecosistema global del conocimiento, asegurando que su producción científica no solo sea accesible, sino también perdurable y resiliente ante los desafíos tecnológicos y sociales del presente siglo.

La ciencia abierta mexicana: monitor de prácticas adoptadas por las revistas

Este capítulo presenta los resultados de la segunda edición del Monitor Nacional de Ciencia Abierta – SciELObservatorio México, un ejercicio de evaluación de la adopción de prácticas editoriales asociadas a la Ciencia Abierta en las revistas académicas que conforman la colección SciELO México. El estudio analiza tanto políticas básicas —preprints, depósito abierto de datos y revisión por pares abierta— como prácticas ampliadas alineadas con las Líneas prioritarias de acción SciELO 2024–2028: uso de la taxonomía CRediT, publicación continua, licencias Creative Commons permisivas e indización en DOAJ. Con un universo ampliado a 256 revistas, se evalúa la existencia explícita y pública de estas políticas en los sitios web oficiales de cada publicación. Los resultados evidencian una adopción aún limitada y desigual, con algunos avances moderados en la publicación continua y uso de CRediT, pero una resistencia a licencias abiertas permisivas, obligatoriedad en el depósito de datos y revisión por pares abierta. El capítulo analiza los hallazgos en el contexto de la cultura científica mexicana, la profesionalización editorial y el papel de los sistemas de información curados como agentes de cambio. A partir de un enfoque crítico y contextualizado, se emiten recomendaciones orientadas a fortalecer la institucionalización de la Ciencia Abierta como política editorial, proponiendo, además, la continuidad del monitoreo como herramienta de evaluación nacional.

DOI: 10.62059/editorial.l001.c3

Julio Zetter Patiño¹, Flor Janet Rivera Pulido¹, Patricia Garrido Villegas¹, Juan Carlos Díaz Mauricio¹, Martha Rosa Gallegos Ramírez¹

¹Universidad Nacional Autónoma de México, Ciudad de México, México

Contribuciones de autoría (CRediT):

Julio Zetter Patiño: Conceptualización, Investigación, Metodología, Escritura

Flor Janet Rivera Pulido: Investigación

Patricia Garrido Villegas: Investigación

Juan Carlos Díaz Mauricio: Investigación

Martha Rosa Gallegos Ramírez: Investigación

Taxonomía CRediT (Contributor Roles Taxonomy):

- Versión original (inglés): <https://credit.niso.org/>
- Traducción al español: <https://terminologias.filo.uba.ar/vocabs/1007>

Declaración de disponibilidad de datos

Los datos que respaldan los resultados de este estudio están disponibles públicamente en el sitio web del **SciELOObservatorio México**, alojado en SciELO México: <https://www.scielo.org.mx/documentos/?pag=observatorio>.

Los datos son de acceso abierto, pueden ser consultados directamente en línea y también descargados en formato .csv mediante el botón “Descargar .csv” disponible en la plataforma.

Introducción

La consolidación de una verdadera ciencia abierta mexicana se encuentra en una etapa crítica, marcada por profundos desafíos. Pese a su trayectoria e importancia regional, el ámbito editorial nacional de publicaciones académicas y científicas continúa siendo limitado e irregular. En esta segunda edición del monitor nacional de prácticas enfocadas a la ciencia abierta —el proyecto SciELObservatorio México—, se busca evaluar y visualizar de forma sistemática el grado en que las revistas académicas incluidas en la colección SciELO México adoptan prácticas relacionadas con la ciencia abierta.

En un contexto influido por recomendaciones internacionales como la Recomendación de la UNESCO sobre la Ciencia Abierta (UNESCO, 2021) y las Líneas prioritarias de acción 2024-2028 de SciELO, resulta indispensable contar con diagnósticos precisos que identifiquen avances y obstáculos concretos. México enfrenta retos particulares derivados de su infraestructura y apoyo limitados, barreras institucionales y una cultura científica que aún se resiste a cambios profundos en sus prácticas.

Este estudio no solo mide cuantitativamente la adopción de prácticas como la publicación de preprints, el depósito abierto de datos y la revisión abierta por pares, sino que también explora dimensiones emergentes, como el uso de la taxonomía CRediT, la publicación continua, la indexación en el DOAJ (Directory of Open Access Journals) y el uso de licencias Creative Commons. El objetivo es ofrecer un panorama actualizado, identificar áreas prioritarias para el desarrollo de políticas editoriales abiertas y emitir recomendaciones estratégicas que impulsen la adopción efectiva y equitativa de estas prácticas, integrando también a los sistemas de información en este paradigma de comunicación científica.

Así, esta edición del SciELObservatorio México se presenta como un recurso clave para comprender la realidad del ecosistema editorial científico mexicano y proporcionar evidencia sólida que contribuya a la construcción de políticas públicas más efectivas y sostenibles en materia de ciencia abierta.

Acercamientos a la medición de la Ciencia Abierta

La necesidad de evaluar y sistematizar las prácticas de Ciencia Abierta ha propiciado el surgimiento de diversas iniciativas globales orientadas a comprender sus efectos académicos, sociales y económicos. En Europa, un modelo destacado es la Open Science Career Assessment Matrix (OS-CAM), promovida por la Comisión Europea, que propone una evaluación científica más allá de la producción convencional, integrando prácticas como el acceso abierto, la gestión de datos bajo principios FAIR, el uso de herramientas abiertas y la participación ciudadana en la investigación (European Commission et al., 2017). Su enfoque holístico responde a una lógica de reconocimiento e incentivos, buscando consolidar la apertura científica como práctica transversal en las trayectorias académicas, superando las limitaciones de modelos centrados en indicadores bibliométricos como el Journal Impact Factor.

De forma complementaria, investigaciones recientes —como la revisión sistemática de (Klebel et al., 2025)— han subrayado la necesidad de evaluar dimensiones como citación, calidad, eficiencia, equidad y reproducibilidad en relación con prácticas abiertas específicas. Aunque se destacan beneficios como mayor visibilidad y reutilización, también se advierte sobre efectos adversos en términos de equidad e inclusión, especialmente en modelos basados en cargos por procesamiento

de artículos (APC), que podrían agudizar desigualdades entre investigadores de contextos con distintos niveles de recursos.

Desde América Latina, iniciativas como las de la Open and Collaborative Science in Development Network (OCSDeNet) aportan una mirada crítica, cuestionando la adopción acrítica de modelos foráneos y advirtiéndolo sobre los riesgos de explotación económica de los datos abiertos. En consecuencia, se propone una concepción más amplia de apertura científica, centrada en la justicia social y cognitiva como principios rectores.

Estas experiencias ofrecen referencias útiles para abordar el estudio de un marco tan variado como el de la Ciencia Abierta. En este sentido, la evaluación de prácticas abiertas en revistas científicas mexicanas se inscribe en un ecosistema que adopta nociones de transparencia, calidad y reproducibilidad, sin dejar de lado dimensiones éticas y sociales.

Una apropiación crítica y situada de estas experiencias permitiría no solo establecer indicadores precisos para medir avances, sino también propiciar que las políticas editoriales los adopten de manera adecuada y contextualizada. En este marco, la segunda edición del monitor reafirma su objetivo de sistematizar y monitorear la adopción de prácticas de Ciencia Abierta en un universo representativo de revistas científicas mexicanas. La colección SciELO México, por su diversidad disciplinaria y sus lineamientos editoriales alineados con estándares de calidad científica, constituye un escenario idóneo para la aplicación de estudios de evaluación comparativa.

Las buenas prácticas, la profesionalización editorial y la cultura científica

Las buenas prácticas editoriales constituyen un conjunto sistematizado de procesos, criterios y recomendaciones ampliamente aceptados en el ámbito académico, orientados a garantizar legitimidad, calidad y transparencia en los procesos editoriales. Manuales y guías regionales —como los de CLACSO (Aparicio et al., 2016) y la PUCV (Ascorra et al., 2018)— destacan elementos clave, como la conformación transparente del comité editorial, el uso de licencias abiertas, la adopción de sistemas abiertos de gestión editorial como OJS y la evaluación por pares como eje central para asegurar la calidad científica y prevenir prácticas cuestionables (Baiget, 2020; Flórez, 2017).

Estas buenas prácticas son fundamentales para que las revistas alineadas con la Ciencia Abierta mantengan estándares aceptables de integridad científica, calidad editorial y visibilidad internacional, reforzando al mismo tiempo la confianza en la producción científica. Aunque muchas revistas de SciELO México han respondido favorablemente a estos criterios, otras aún muestran rezagos, como la falta de claridad en el uso de licencias abiertas.

Este panorama refleja que la profesionalización editorial¹ —donde se insertan las buenas prácticas— es solo una dimensión dentro de un ecosistema más amplio, compuesto por investigadores, evaluadores, universidades, financiadores, tecnologías, políticas públicas y sistemas de información. Este entramado configura lo que puede entenderse como una “cultura científica

¹La profesionalización editorial “orienta la adecuación de las revistas al estado del arte de la comunicación, de la investigación. Las revistas implementan la profesionalización a través de sus políticas editoriales, estructuras y prácticas de gestión editorial y planes de desarrollo editorial.” (SciELO, 2023)

de publicación”, donde las prácticas formalizadas conviven con aspectos implícitos del *ethos* científico².

Esta cultura está marcada por tensiones entre la tradición académica y las dinámicas contemporáneas centradas en la meritocracia, la visibilidad y la lógica del mercado del conocimiento. Comprender esta complejidad permite explicar ciertas resistencias a las políticas editoriales abiertas, en un contexto donde persisten limitaciones en infraestructura, formación y criterios de evaluación científica (Hill, 2016; Khanna et al., 2022; Paz Enrique, 2018).

En este entramado, los sistemas de información con criterios de indización actúan no solo como canales de visibilización, sino también como agentes que reflejan tensiones y avances propios de la cultura científica regional. Su papel articulador permite observar cómo convergen o se contraponen las distintas esferas que configuran el ecosistema académico y científico.

Segunda edición del monitor de ciencia abierta mexicana

La primera edición del monitor (Zetter Patiño et al., 2024) partió del reconocimiento de la necesidad de establecer mecanismos sistemáticos para medir prácticas de Ciencia Abierta, a través del análisis de las políticas editoriales de las revistas en SciELO México. Este ejercicio permitió delimitar qué debe entenderse por Ciencia Abierta en el contexto de la profesionalización editorial, identificar sus principios internacionales y definir un marco operativo centrado en prácticas como la publicación de preprints, el depósito abierto de datos y la revisión abierta por pares.

Los resultados de esa primera edición revelaron una adopción aún incipiente de estas prácticas. A partir de ello, esta segunda edición busca refinar y ampliar los indicadores, asumiendo que ha habido una mayor aceptación de las políticas de Ciencia Abierta en el entorno editorial. El nuevo diseño metodológico apunta a evitar la dispersión de datos observada previamente e incorporar prácticas emergentes con mayor potencial diagnóstico.

El estudio se propone, así, una selección más pertinente de rubros de análisis, alineados tanto con recomendaciones internacionales como con lineamientos regionales. Estas mejoras metodológicas permiten valorar con mayor amplitud el grado de actualización de las revistas frente a los principios de Ciencia Abierta y estimar la participación activa de las comunidades editoriales y científicas en fundamentos como la transparencia, equidad y congruencia.

Se responde entonces a preguntas clave: ¿qué se evalúa en esta segunda edición?, ¿cuál es el universo analizado?, ¿por qué SciELO México puede considerarse representativo de la cultura científica de publicación en el país? A partir de estos ejes, la segunda edición del SciELO Observatorio México ofrece una visión renovada, con mayor profundidad y alcance comparativo respecto al panorama inicial.

²Este concepto fue originalmente desarrollado por Robert K. Merton, quien identificó principios como el **comunalismo**, el **universalismo**, el **desinterés** y el **escepticismo organizado** como pilares del *ethos* de la ciencia moderna. El *ethos* científico alude a los valores culturales subyacentes que moldean cómo se percibe, produce y valida el conocimiento en una comunidad académica. (Merton, 1973a).

El universo de revistas del monitor

En esta segunda edición se retoman los indicadores evaluados previamente —políticas sobre preprints, datos abiertos y revisión por pares abierta— e incorpora nuevos: el uso de la taxonomía CRediT, la inclusión en el DOAJ, el tipo de licencia Creative Commons adoptada y la modalidad de publicación continua.

Mientras que en la primera edición se analizaron 161 revistas vigentes (aquellas con publicación actualizada en la plataforma), en esta edición se amplía el universo a 256 títulos, incluyendo también revistas no vigentes. Esta ampliación permite obtener un panorama más representativo de la cultura editorial nacional.

Tal como en la primera edición se expuso, y que aquí se amplía, el universo de revistas indizadas en esta colección nacional puede considerarse representativo por dos razones:

1. SciELO México es un sistema de información curado³, el cual implementa criterios cualitativos y cuantitativos para establecer un marco de evaluación, y que cuenta con un comité consultivo para su valoración, en donde se le da especial atención a la calidad, a la transparencia y a la congruencia editorial presentada por las revistas.
2. Sistemas de información similares que igualmente implementan criterios de evaluación de acuerdo a sus fundamentos, poseen una cantidad de revistas similares a la indizada en SciELO México. Al momento de este estudio, el **Catálogo 2.0 de Latindex** tiene indizadas 291 revistas (Latindex, 2025) mexicanas que cumplen con al menos 30 de las 38 características de la calidad editorial más exigentes que las presentadas en el Directorio Latindex (Grupo de trabajo Latindex, 2024); el **Núcleo Central BIBLAT** contempla 146 revistas mexicanas (Biblat, 2025), las cuales cumplen con al menos 40 de 48 criterios de indización, estar actualizadas en la base de datos BIBLAT durante los últimos 5 años, satisfacen los criterios del validador de metadatos Metametrics, el cual se basa en el Manual de indización en OJS: Buenas prácticas para la región latinoamericana (Biblat, 2024); el sistema de información Redalyc cuenta con 276 revistas mexicanas indizadas, el cual cuenta con 7 criterios básicos de admisión, 9 criterios cualitativos y 43 criterios que denominan “de alto valor en los procesos editoriales” (Redalyc, 2025); el reporte bibliométrico **SciELOMetrics**, el cual es un trabajo que agrupa 233 revistas mexicanas, las cuales se encuentran indizadas en las bases de datos curadas como Web of Science, Scopus y SCImago (México, 2023); y, finalmente, el Directory of Open Access Journals (DOAJ) que cuenta con 220 revistas mexicanas indizadas (Directory of Open Access Journals (DOAJ), 2025) y que cumplen con criterios de calidad dirigidos principalmente a garantizar las buenas prácticas de publicación científica alineadas al movimiento de Acceso Abierto (DOAJ,

³Se entiende por base de datos o sistema de información curado aquel que incorpora en su estructura organizativa un consejo o comité consultivo responsable de evaluar, con base en criterios previamente definidos, tanto la calidad editorial como la pertinencia temática de las revistas que aspiran a su indización. Este enfoque garantiza que las publicaciones incluidas hayan sido sometidas a un proceso relativamente riguroso de selección. El concepto de “curaduría” proviene, en este contexto, de herramientas como *Compass to Publish* (Université de Liège, s. f.), que advierten sobre el uso estratégico que hacen ciertas revistas depredadoras al exhibir su inclusión en múltiples índices o plataformas que carecen de procesos de evaluación editorial formalizados —como Crossref, Academia.edu o Google Scholar— con el objetivo de aparentar legitimidad. A diferencia de estas herramientas no curadas, sistemas como SciELO, Latindex, Redalyc o Biblat operan bajo esquemas de evaluación estructurados, transparentes y sustentados en comités consultivos, lo cual les confiere mayor confiabilidad y relevancia en el ámbito de la comunicación científica.

2024). El promedio de revistas indizadas en estos sistemas, incluido SciELO México, es de **237 revistas por colección**.

Con este estudio, se propone continuar ofreciendo una visión detallada del estado actual en la adopción de políticas de ciencia abierta en México, su evolución y comparación con respecto al estudio pasado en indicadores equivalentes y, finalmente, aportar un referente nacional que ayude a trazar un camino viable para su valoración como un indicador positivo de prácticas académicas y científicas dentro del marco de evaluación de las prácticas presentes en la ciencia mexicana. Así, además de cuantificar el grado de cumplimiento de criterios establecidos, se busca emitir recomendaciones para alentar a las revistas a adoptar, mantener o reforzar aspectos clave de la apertura.

Antecedentes y conceptos nominales

Este estudio parte de una concepción de Ciencia Abierta entendida como el ejercicio abierto de prácticas académicas y de investigación, conforme a la formulación de (Bezjak et al., 2018). Esta visión, centrada en la profesionalización editorial, se articula con la definición de la Recomendación de la UNESCO sobre la Ciencia Abierta (UNESCO, 2021), que distingue entre valores y principios estructurales. Los valores incluyen aspectos éticos, epistemológicos, jurídicos, sociales y tecnológicos, tales como la equidad, la integridad, la diversidad y la inclusión. Los principios, por su parte, orientan la creación de condiciones que garanticen su realización, como la transparencia, la reproducibilidad, la colaboración y la sostenibilidad (UNESCO, 2021).

En este marco, las prácticas seleccionadas para el análisis se fundamentan en las Líneas prioritarias de acción 2024–2028 del Programa SciELO, alineadas con la Recomendación de la UNESCO. Estas prácticas editoriales se definen como indicadores operativos de adopción institucional de la Ciencia Abierta y reflejan una apropiación concreta de sus principios.

Para esta segunda edición del SciELObservatorio México, se evaluaron las siguientes prácticas:

- **Licencias abiertas:** Publicación bajo licencias Creative Commons permisivas (CC BY o CC0).
- **Rapidez en la comunicación:** Uso de preprints o modalidad de publicación continua.
- **Disponibilidad de datos de investigación:** Declaración explícita sobre el depósito abierto.
- **Revisión por pares abierta:** Opción de revelar identidades de autores y revisores.
- **Transparencia en autoría:** Uso de la taxonomía CRediT para detallar contribuciones específicas.
- **Indización en DOAJ:** Como evidencia de alineación con buenas prácticas internacionales.

Estas prácticas deben estar formalmente plasmadas en las políticas editoriales, generalmente ubicadas en secciones como “Instrucciones para autores”, “Política editorial” o “Acerca de la revista”. Es en estos apartados donde se hace explícito el compromiso institucional con la Ciencia Abierta, lo que constituye el eje central de análisis de este estudio.

Así, el estudio no solo verifica la existencia de estas prácticas, sino también su claridad, ubicación y consistencia, entendiendo que su implementación supone una institucionalización progresiva del paradigma abierto desde el núcleo normativo de las revistas.

Políticas editoriales

En la edición anterior del estudio se estableció un marco analítico preliminar para examinar la existencia y aplicación de políticas editoriales orientadas a formalizar prácticas de Ciencia Abierta. Las políticas editoriales se definen como “el conjunto de directrices que deben regir la vida de la publicación en todos sus aspectos” (Aparicio et al., 2016), y deben incluir elementos como la definición institucional de acceso abierto, el modelo de revisión por pares, la transparencia de los procesos y la adhesión a estándares éticos internacionales.

Estas políticas suelen localizarse en secciones como “Directrices para autores” o “Instrucciones para el envío de manuscritos”, donde las revistas detallan aspectos como el tipo de licencia Creative Commons utilizada, la aceptación de preprints, el depósito de datos, el modelo de revisión por pares, y la exigencia de detallar las contribuciones autorales mediante CRediT u otro sistema.

La política de publicación continua, por su parte, se identifica generalmente en la sección sobre periodicidad, mientras que la información sobre indización en DOAJ suele estar presente en apartados que informan sobre índices y bases de datos.

Analizar cómo estas políticas están articuladas permite evaluar no solo la incorporación de prácticas de Ciencia Abierta, sino también el valor agregado que aportan al ecosistema editorial. La comparación con la edición anterior permite diagnosticar su evolución normativa y plantear rutas de fortalecimiento que respondan tanto a los estándares internacionales como a las realidades regionales.

Este eje normativo constituye, así, un componente central para medir la institucionalización de la Ciencia Abierta en las revistas científicas mexicanas.

Políticas básicas de Ciencia Abierta

Para esta segunda edición del estudio se refinó la selección de rubros respecto a la anterior, concentrándose en tres prácticas clave: preprints, datos abiertos y revisión por pares abierta. El objetivo fue obtener indicadores más específicos y operativos que permitieran una mejor interpretación de los datos y, con ello, una evaluación más precisa del grado de adopción de prácticas de Ciencia Abierta por parte de las revistas.

Este ajuste metodológico implicó eliminar ciertos indicadores que mostraron baja representatividad o escasa conexión con las prácticas priorizadas por la Ciencia Abierta en el ámbito editorial. Por ejemplo, en el caso de **preprints**, se descartó el indicador “Recomienda el depósito en repositorios seleccionados”, ya que ninguna revista cumplía con él. Se conservó únicamente el indicador que evalúa si la revista acepta manuscritos publicados previamente como preprints.

Respecto a **datos abiertos**, se excluyó el indicador “Política básica de datos”, que se centraba en lineamientos éticos sobre el uso de datos sin requerir su apertura. Aunque relevante, se consideró poco operativo frente al enfoque normativo del estudio, que prioriza prácticas verificables de apertura.

En cuanto a la **revisión por pares abierta**, se optó por concentrar el análisis en la opción ofrecida a autores y revisores para revelar sus identidades, eliminando el indicador “Publica los informes de revisión”, por considerarse complementario pero no esencial.

Además de esta depuración, se incorporaron nuevos indicadores que permiten observar dimensiones no abordadas en la edición anterior, pero que resultan cada vez más relevantes en el ecosistema editorial internacional. Estas adiciones enriquecen el marco evaluativo y amplían su capacidad diagnóstica.

Con esta reorganización, el estudio busca proporcionar datos más útiles y comparables, facilitar el seguimiento de avances en futuras ediciones, y ofrecer una herramienta más precisa para el diseño de políticas públicas editoriales alineadas con los principios de la Ciencia Abierta.

Políticas ampliadas a analizar y su importancia

Además de las políticas básicas, esta edición incorpora indicadores ampliados que permiten observar prácticas clave recomendadas por las Líneas prioritarias de SciELO (SciELO, 2023), con el fin de fortalecer la transparencia, equidad y sostenibilidad en el ecosistema editorial.

Uso de CRediT o declaración de contribuciones de autoría

La taxonomía CRediT (Contributor Roles Taxonomy), formalizada como estándar ANSI/NISO (National Information Standards Organization (NISO), 2022), permite identificar con claridad el rol de cada autor en una investigación. Su adopción en las políticas editoriales fomenta la transparencia y previene disputas sobre autoría. Además, visibiliza el trabajo colaborativo, especialmente en proyectos multidisciplinarios. La inclusión de CRediT refleja el compromiso con la equidad y la integridad, en línea con los principios de la Recomendación de la UNESCO sobre la Ciencia Abierta.

Incluir CRediT como indicador en esta edición del monitor permite evaluar el nivel de actualización de las revistas respecto a la transparencia en la autoría. Una política editorial que contemple explícitamente esta taxonomía —o alguna declaración equivalente— demuestra un compromiso activo con los principios de equidad, integridad y responsabilidad en la comunicación científica.

Publicación continua

La publicación continua es otra práctica alineada con el paradigma de Ciencia Abierta y representa un indicador clave de modernización editorial. Esta modalidad consiste en publicar los artículos de forma inmediata una vez que han sido aceptados y editados, sin esperar a que se complete un número o volumen periódico. Desde 2024, esta práctica es obligatoria para todas las revistas de la colección SciELO Brasil (Brasil, 2024), lo que evidencia su consolidación como estándar emergente.

En contraste, la adopción de esta modalidad a la colección nacional es aún incipiente. Por ello, integrarla como indicador en esta edición del estudio resulta pertinente, ya que permite diagnosticar el grado de implementación y los desafíos asociados a su posible estandarización futura. La adopción de la publicación continua requiere ajustes técnicos y editoriales, como la eliminación de la paginación secuencial tradicional en los archivos PDF y la adopción del identificador electrónico e-location-id (Ferraz de Campos, 2018). Además, es fundamental que se indiquen con precisión las fechas de “Recibido”, “Aceptado” y “Publicado”, en aras de reforzar la trazabilidad del proceso editorial.

Apertura en la elección de licencias Creative Commons

El tipo de licencia con que se publica una investigación determina el grado de apertura. Las licencias CC BY (Atribución) y CC BY-SA (Atribución-Compartir igual) son las más coherentes con la Ciencia Abierta, al permitir un alto nivel de reutilización. Este enfoque es respaldado por iniciativas clave como la BOAI (Budapest Open Access Initiative, 2012), la OASPA (Open Access Scholarly Publishing Association (OASPA), 2012) y las *Líneas prioritarias de acción* de SciELO (SciELO, 2023).

En contraste, licencias con restricciones —como CC BY-NC (Atribución-No comercial) o CC BY-ND (Atribución-No derivadas)— limitan el potencial de impacto académico y social. Si bien la UNESCO no prescribe una licencia específica, enfatiza la importancia de marcos legales que favorezcan la reutilización del conocimiento. La política editorial debe declarar claramente el tipo de licencia adoptada y mostrarla visiblemente en los artículos.

Indización en el DOAJ

El *Directorio de Revistas de Acceso Abierto* (DOAJ, por sus siglas en inglés) se ha consolidado como una referencia central para fomentar la coherencia, integridad y transparencia editorial en el ecosistema global de revistas que publican en acceso abierto. Fundado en 2003, el DOAJ proporciona un marco actualizado que permite a las publicaciones mejorar sus prácticas editoriales y alinearse con estándares internacionales de calidad.

En el contexto de este estudio, la presencia en DOAJ es considerada un indicador positivo y relevante. Su inclusión responde a la necesidad de contar con criterios objetivos y ampliamente reconocidos que permitan evaluar el compromiso de las revistas con la adopción de políticas editoriales abiertas, éticas y sostenibles.

Desde su creación, DOAJ ha experimentado una evolución significativa, alcanzando en 2023 más de 20,000 revistas indizadas. Su relevancia no se limita al número de publicaciones que alberga, sino también a su papel en la promoción de estándares éticos y en el fortalecimiento de un modelo de comunicación científica confiable. Recientemente, ha reforzado sus mecanismos de evaluación, para garantizar que las revistas indizadas cumplan con prácticas editoriales transparentes, contrarrestando así fenómenos como las publicaciones con prácticas cuestionables (DOAJ, 2023).

Criterios de integridad ética y transparencia editorial en DOAJ

Entre los aspectos clave que distinguen al DOAJ, destacan sus exigencias en materia de integridad y transparencia. Los criterios establecidos por el directorio incluyen:

- Declaración explícita de políticas de acceso abierto.
- Uso adecuado de licencias Creative Commons, coherentes con la política de derechos de autor de la revista, claramente indicadas en cada publicación.
- Transparencia del proceso de revisión por pares.
- Coherencia entre el alcance de la revista y su capacidad editorial.
- Divulgación de los costos de procesamiento de artículos (APCs), en los casos aplicables.
- Adhesión a principios éticos y buenas prácticas en la gestión editorial (DOAJ, 2023).

La verificación de estos criterios permite fortalecer un ecosistema editorial confiable y aumentar la visibilidad de las revistas comprometidas con el acceso abierto riguroso.

Relevancia de medir y sistematizar estas prácticas en colecciones de revistas académicas

Medir y sistematizar el nivel de adopción de prácticas de Ciencia Abierta en colecciones de revistas académicas locales permite articular metas institucionales con objetivos globales, generando evidencia útil para el diseño y ajuste de políticas públicas. Esta práctica fortalece la transparencia, la colaboración regional y la construcción de indicadores que permiten evaluar avances en visibilidad, impacto y calidad editorial.

Contar con un panorama verificable a lo largo del tiempo es fundamental para asegurar la estabilidad y homologación de estas prácticas. Una evaluación longitudinal capta la evolución del acceso abierto como modelo editorial, identificando tanto progresos como rezagos. Este tipo de estudios busca no solo cuantificar prácticas, sino también contribuir a su institucionalización en el sistema científico nacional.

En el caso de México, las políticas en materia de Ciencia Abierta se formalizaron en documentos clave como el Libro Blanco (Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología (CONACYT), 2018) y los Lineamientos Conacyt (Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología (CONACyT), 2017), que delinearon estrategias para promover repositorios institucionales y el uso de licencias abiertas. No obstante, su ejecución ha sido desigual y parcial, sin alcanzar el desarrollo observado en países como Argentina (Comité Asesor en Ciencia Abierta y Ciudadana, 2022), España (Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades, 2023) y Colombia (Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación (MinCiencias), 2022).

Este estudio cobra especial importancia porque las revistas científicas siguen siendo el canal principal para la evaluación y comunicación de la ciencia en México. Su diagnóstico permite retroalimentar tanto a los sistemas de información como a las autoridades responsables de la formulación de políticas editoriales y científicas.

En suma, la sistematización de estas prácticas en colecciones nacionales no solo fortalece el ecosistema editorial, sino que constituye un insumo estratégico para alinear la cultura de publicación con los principios de apertura, sostenibilidad y equidad, dentro y fuera del país.

Delimitando los objetivos

El objetivo central de esta segunda edición del estudio es profundizar en el diagnóstico sobre la adopción de prácticas específicas de Ciencia Abierta en las políticas editoriales de las revistas que integran la colección SciELO México. En esta ocasión, se amplía el universo de análisis para ofrecer un panorama más representativo del ecosistema editorial nacional.

En concordancia con las **Líneas prioritarias de acción 2024–2028** de SciELO, el propósito es avanzar en la medición y sistematización del nivel de adopción de prácticas abiertas específicas, aportando una base sólida para el diseño de estrategias que fortalezcan su implementación.

Los objetivos específicos incluyen el análisis detallado de políticas editoriales relativas a:

La ciencia abierta mexicana: monitor de prácticas adoptadas por las revistas

- La aceptación de manuscritos depositados previamente en repositorios de preprints.
- La existencia de lineamientos sobre el depósito abierto de datos de investigación.
- La posibilidad de revelar identidades en la revisión por pares.
- El uso de la taxonomía CRediT para explicitar las contribuciones autorales.
- La inclusión en el DOAJ, especialmente en lo relativo al uso de licencias Creative Commons.
- La adopción de la publicación continua como modalidad de comunicación inmediata.

Estas prácticas se han seleccionado por su relevancia en la consolidación de una cultura editorial basada en la transparencia, la equidad y la sostenibilidad, tanto a nivel nacional como regional.

A partir de estos ejes, el estudio se articula en torno a tres preguntas centrales:

- ¿Cuál es el nivel actual de adopción de estas prácticas en las políticas editoriales de SciELO México?
- ¿Qué avances o retrocesos se observan respecto a la primera edición del SciELObservatorio?
- ¿Cómo se relaciona esta adopción con la cultura científica nacional y los desafíos institucionales, culturales y económicos del sector editorial?

Responder a estas interrogantes permitirá construir un panorama actualizado, identificar áreas prioritarias de mejora y ofrecer insumos para una profesionalización editorial más coherente con los principios de la Ciencia Abierta.

Metodología

La metodología aquí empleada es medir cuantitativamente el grado de cumplimiento de las políticas editoriales asociadas a diversas prácticas, considerando especialmente los criterios de profesionalización enunciados en las **Líneas prioritarias de acción 2024–2028**, en el marco de la Ciencia Abierta. El análisis se centra específicamente en verificar la existencia y claridad en la formulación pública de dichas políticas en los sitios web oficiales de las revistas analizadas.

El universo de estudio comprende 256 revistas académicas que integran la colección SciELO México. Se han considerado tanto aquellas clasificadas como vigentes como las que se encuentran temporalmente no vigentes. Se excluyen explícitamente las revistas suspendidas o dadas de baja, por no ofrecer condiciones adecuadas para evaluar políticas editoriales actuales y efectivas.

Indicadores de análisis

Los indicadores se agrupan en dos categorías principales:

A. Políticas editoriales básicas de Ciencia Abierta (máximo 3 puntos):

1. Preprints: aceptación explícita de manuscritos previamente depositados en repositorios específicos para preprints.
2. Datos abiertos: política explícita que recomiende u obligue al depósito de datos de investigación en repositorios especializados.
3. Revisión por pares abierta: opción explícita ofrecida a autores y revisores para revelar sus identidades.

B. Políticas editoriales ampliadas a las Líneas prioritarias SciELO de Ciencia Abierta (máximo 4 puntos):

1. Uso de CRediT o declaración de contribuciones explícita.
2. Indización efectiva en el Directory of Open Access Journals (DOAJ).
3. Licencias Creative Commons permisivas (uso de CC BY o CC BY-SA).
4. Implementación efectiva de la publicación continua.

Escala de valoración

Cada revista recibe un punto por cada política cumplida de manera explícita y claramente observable en su sitio web oficial. El puntaje máximo posible por revista es de 7 puntos.

Indicadores positivos según rubro analizado

La búsqueda de políticas se realiza en las secciones donde habitualmente se localizan dentro del sitio web de cada revista. Dado que cada publicación organiza sus políticas de manera particular, en caso de no encontrarse en los apartados esperados, se efectúa una búsqueda adicional mediante palabras clave en el sitio general. Cabe destacar que algunas revistas ya comienzan a incorporar una sección específica dedicada a políticas de Ciencia Abierta.

- **Preprints:** declaración explícita de aceptación. *Localización posible:* instrucciones para autores; política de autoarchivo.
- **Datos abiertos:** recomendación o exigencia clara de depósito en repositorios abiertos. *Localización posible:* instrucciones para autores; política de depósito de datos.
- **Revisión por pares abierta:** mención clara de la opción de revelar las identidades de autores y/o revisores. *Localización posible:* instrucciones para autores; política de revisión por pares.
- **CRediT:** adopción de esta taxonomía o mención de un estándar equivalente para describir las contribuciones de los autores. *Localización posible:* instrucciones para autores; versión editorial publicada (PDF o visualización digital).
- **DOAJ:** presencia efectiva y verificada en el índice. *Localización posible:* sección de indización; sitio del DOAJ; *Monitor SciELO en DOAJ 2024* (Biblat, 2024).
- **Licencias Creative Commons:** declaración explícita del uso de licencias permisivas (CC BY o CC BY-SA). *Localización posible:* instrucciones para autores; política de derechos de autor; política de licencias; acceso abierto; versión editorial publicada (PDF o visualización digital).
- **Publicación continua:** adopción formal, efectiva y claramente descrita en las políticas editoriales. *Localización posible:* sección de periodicidad y frecuencia de publicación; “Acerca de la revista”.

Posibles limitaciones metodológicas

Entre las principales limitaciones metodológicas se identifican posibles sesgos derivados de la interpretación subjetiva en torno a la redacción y claridad de las políticas publicadas. Asimismo, la constante evolución en la adopción y actualización de dichas políticas puede implicar que los

datos recolectados reflejen únicamente un estado específico en el tiempo correspondiente a la realización del estudio.

Resultados

Como ya se mencionó, se evaluó un total de 256 revistas académicas y científicas. De este universo, 111 revistas se encuentran clasificadas como vigentes, mientras que 145 figuran como no vigentes de acuerdo a los estándares de la colección. Esta evaluación consideró tanto las políticas editoriales básicas sobre Ciencia Abierta —analizadas ya en la primera edición del estudio— como aquellas ampliadas particularmente para esta edición, en concordancia con las *Líneas prioritarias de acción SciELO 2024–2028*.

DOAJ e indización

Exactamente la mitad del conjunto analizado (128 revistas, 50%) está indizada en el *Directory of Open Access Journals* (DOAJ), indicador que refleja congruencia editorial y transparencia en sus políticas de acceso abierto. Las 128 revistas restantes (50%) no están incluidas en dicho directorio, lo cual representa una oportunidad clara de mejora en términos de alineación con estándares internacionales y compromiso con la Ciencia Abierta.

Distribución de revistas según indización en DOAJ

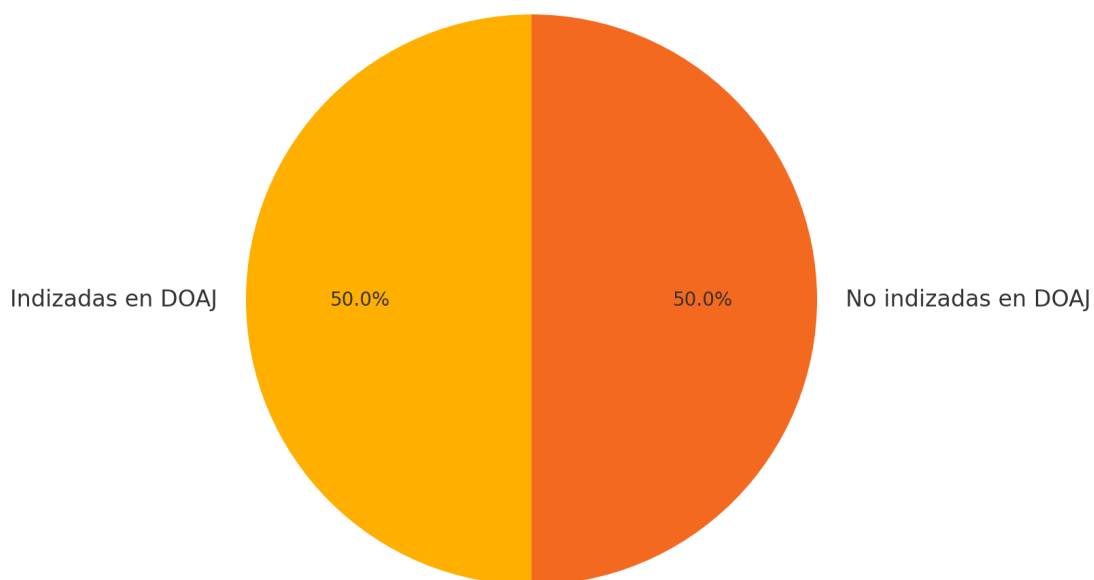


Figura 1: Distribución según indización en DOAJ

Licencias Creative Commons

De las 256 revistas analizadas, 219 (85.5%) informan claramente, en sus sitios web, el tipo de licencias Creative Commons bajo las cuales publican sus artículos. Las 37 restantes (14.5%) no ofrecen información visible al respecto, lo que evidencia una deficiencia relevante en materia de transparencia editorial.

En cuanto a los tipos de licencias utilizadas, predominan las de carácter más restrictivo:

- La licencia **CC BY-NC-ND 4.0** (Atribución-No Comercial-No Derivadas) es la más empleada, con 93 revistas (36.3% del total).
- Le siguen la **CC BY-NC 4.0**, con 67 revistas (26.2%), y la **CC BY-NC-SA 4.0**, utilizada por 45 revistas (17.6%).

En contraste, solo 14 revistas (5.5%) adoptan licencias consideradas plenamente permisivas y alineadas con los principios de Ciencia Abierta (CC BY 4.0 o CC BY-SA 4.0), esto sugiere que aún persiste una marcada resistencia hacia modelos de mayor apertura en el ecosistema editorial mexicano.

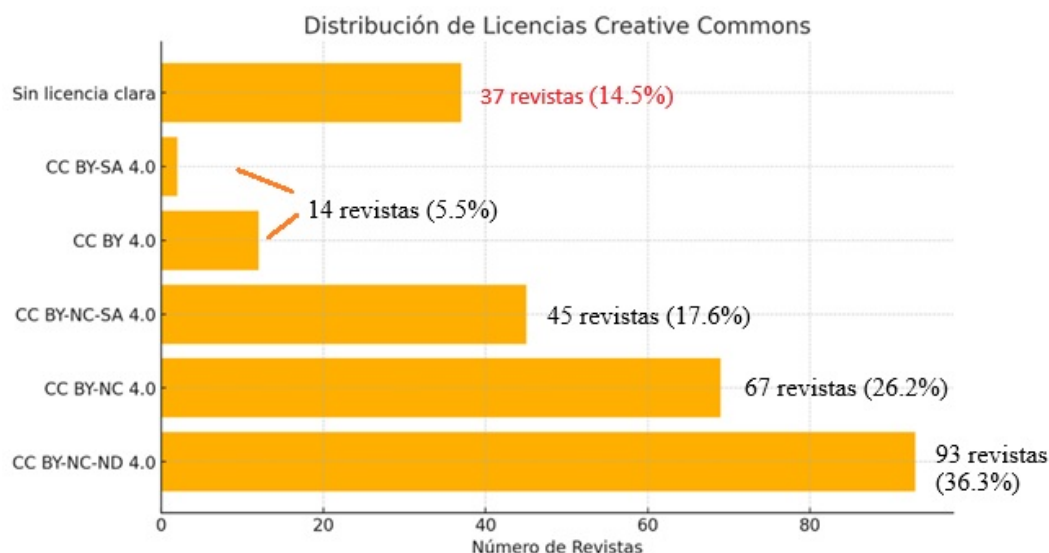


Figura 2: Distribución licencias CC

Políticas editoriales básicas

Respecto a las políticas editoriales básicas evaluadas:

- Únicamente 3 revistas (1.2%) aceptan explícitamente manuscritos previamente publicados en servidores de **preprints**.

- Sobre el depósito de datos abiertos, 13 revistas (5.1%) lo recomiendan, mientras que apenas 3 revistas (1.2%) lo establecen como obligatorio.
- En relación con la revisión por pares abierta, solo 3 revistas (1.2%) ofrecen de forma explícita la opción de revelar las identidades de autores y revisores.

Estas cifras reflejan un panorama en el que la adopción de políticas abiertas, incluso en sus formas más básicas, sigue siendo escasa.



Figura 3: Políticas básicas de Ciencia Abierta

Uso de la taxonomía CRediT o declaraciones equivalentes

Solo 33 revistas (12.9%) presentan una declaración explícita sobre los roles y contribuciones autorales, ya sea mediante la taxonomía CRediT o a través de algún mecanismo equivalente. Este resultado sugiere una oportunidad clara para fortalecer la transparencia y responsabilidad en la autoría científica.

Periodicidad y publicación continua

En términos de periodicidad, la mayoría de las revistas mantiene una frecuencia semestral (88 revistas, 34.4%), seguida por una periodicidad cuatrimestral (50 revistas, 19.5%), trimestral (41 revistas, 16%) y bimestral (22 revistas, 8.6%). La modalidad de publicación continua —estrategia clave para acelerar la comunicación científica— ha sido adoptada por 49 revistas (19.1%), presentando un avance destacable dentro del contexto editorial nacional. Otras frecuencias menos frecuentes incluyen la anual (2 revistas), sesquimensual (2 revistas), mensual (1 revista) e irregular (1 revista), confirmando una distribución predominantemente tradicional.

Uso de la taxonomía CRediT o declaraciones equivalentes

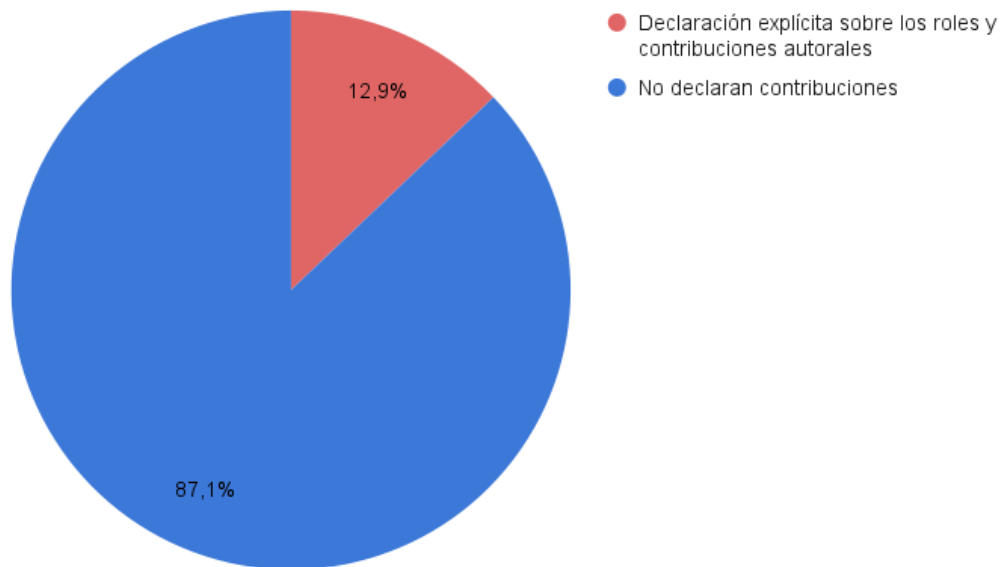


Figura 4: CRediT o declaración de autoría

Periodicidad y publicación continua

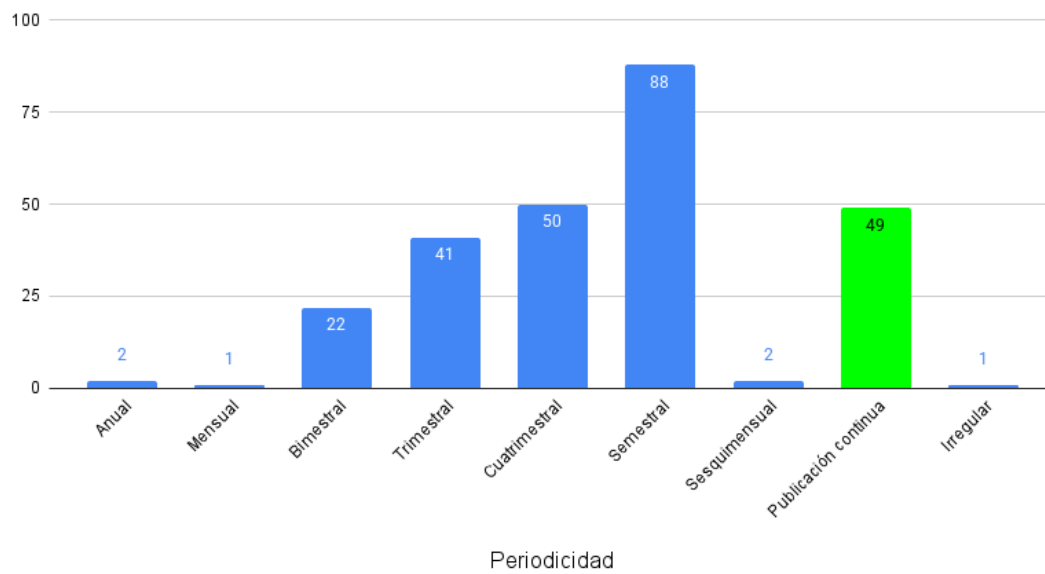


Figura 5: Publicación Continua

Resultados globales

Al considerar de manera global el nivel de adopción de las políticas básicas de Ciencia Abierta (preprints, datos abiertos, revisión por pares abierta), los resultados indican una implementación sumamente limitada:

- 235 revistas (91.8%) no adoptan ninguna de las prácticas básicas.
- 20 revistas (7.8%) cumplen al menos con una de estas prácticas.
- Solo una revista (0.4%) implementa dos de las prácticas básicas simultáneamente.

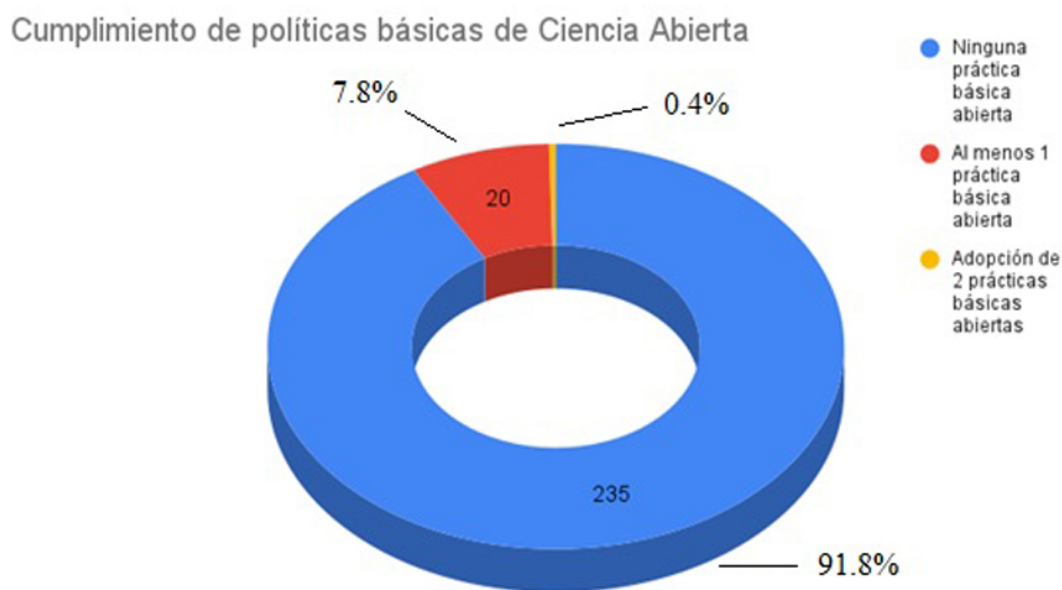


Figura 6: Cumplimiento de políticas básicas de Ciencia Abierta

Respecto a las políticas editoriales ampliadas conforme a las *Líneas prioritarias de acción SciELO 2024–2028* —es decir, el conjunto que incluye las políticas básicas junto con CRediT, DOAJ, licencias permisivas y publicación continua—, la distribución observada es la siguiente:

- 98 revistas (38.3%) no adoptan ninguna de estas políticas.
- 99 revistas (38.7%) adoptan al menos una.
- 39 revistas (15.2%) adoptan al menos dos.
- 14 revistas (5.5%) implementan al menos tres.
- Destacan 3 revistas (1.2%) que cumplen con cuatro políticas ampliadas y otras 3 revistas (1.2%) que adoptan cinco de las siete políticas posibles.

Estos resultados permiten concluir que, si bien existen avances puntuales, la adopción efectiva de políticas editoriales alineadas con la Ciencia Abierta sigue siendo limitada en la colección SciELO México. Persisten áreas críticas que requieren atención urgente —como el uso de licencias más permisivas, el depósito de datos abiertos y la apertura del proceso de revisión—, aunque también se identifican señales positivas en la adopción gradual de la publicación continua y el uso inicial

Políticas editoriales de las 'Líneas prioritarias SciELO' Ciencia Abierta

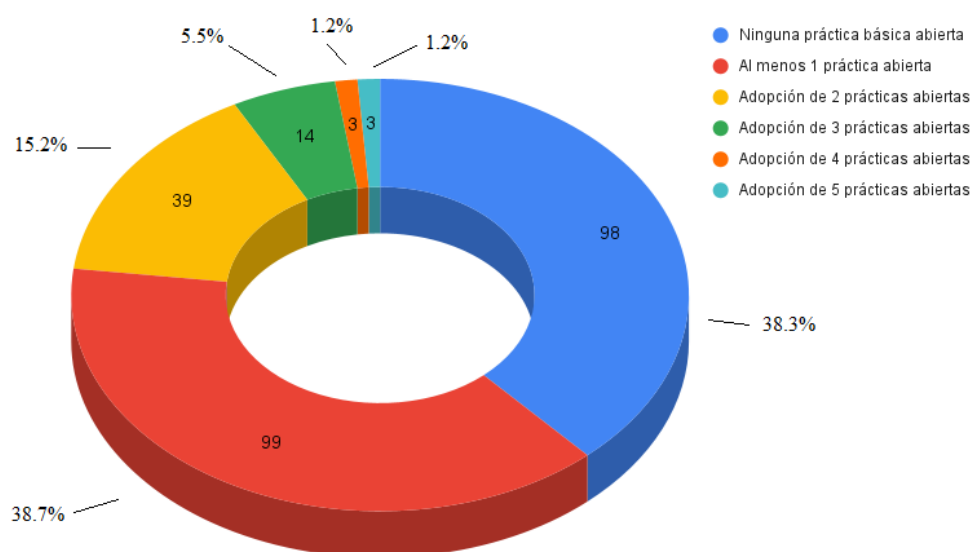


Figura 7: Políticas editoriales ampliadas conforme a las Líneas prioritarias de acción SciELO 2024–2028

de la taxonomía CRediT, lo cual abre un espacio importante para fortalecer la cultura científica de publicación en el país.

Discusión

Comparación de resultados entre la primera y segunda edición

El análisis comparativo entre los resultados de la primera y segunda edición de este monitor de revistas nacionales muestra un panorama mixto. Cabe precisar que la comparación directa de indicadores solo es posible en aquellos rubros equivalentes, comprendidos en esta segunda edición bajo la categoría de *políticas editoriales básicas de Ciencia Abierta*.

En conjunto, los resultados evidencian que, si bien se identifican mejoras moderadas en algunos indicadores, la adopción efectiva y generalizada de prácticas editoriales recomendadas por la Ciencia Abierta continúa siendo muy limitada. Esta situación subraya la necesidad de implementar acciones más decididas y coordinadas para avanzar hacia un modelo editorial más abierto, profesionalizado y transparente en México. En particular, se vuelve crucial el impulso de una política federal de amplio espectro que contemple su integración gradual —pero firme— en las distintas esferas del paradigma de comunicación científica.

En el rubro relativo a la aceptación explícita de manuscritos previamente depositados en repositorios de preprints, se observa un ligero retroceso, al pasar de 5 revistas en la primera edición a

únicamente 3 en la segunda. Este resultado contradice uno de los supuestos adoptados para este estudio, que se preveía un incremento sostenido en la adopción de esta y las demás prácticas. Si bien los datos disponibles no permiten esclarecer con certeza las causas de esta disminución, podrían estar relacionadas con factores institucionales, con cambios en las políticas editoriales derivados de la rotación de comités editoriales o con el hecho de que la implementación de la política abierta no cumplió con las expectativas.

En lo que respecta al depósito abierto de datos de investigación, se aprecia una leve mejora en cuanto a la recomendación explícita de esta práctica, con un aumento de 12 a 13 revistas entre ambas ediciones. Aunque el incremento es mínimo, representa un avance en términos de visibilización de esta política. Sin embargo, la exigencia obligatoria del depósito de datos sigue estancada en 3 revistas, lo que pone en relieve la necesidad de fortalecer esta dimensión mediante acciones más proactivas.

Finalmente, en relación con la revisión abierta por pares, se registra un incremento de 1 a 3 revistas que contemplan esta opción de forma explícita. Aunque el cambio es numéricamente modesto, desde la perspectiva de la cultura editorial constituye un avance significativo, dado que esta práctica es, históricamente, una de las que ha enfrentado mayor resistencia por parte de la comunidad científica, incluso más que los preprints o los datos abiertos. Este incremento, aunque incipiente, podría interpretarse como un signo de apertura progresiva hacia modelos más transparentes y colaborativos, en consonancia con el paradigma contemporáneo de la Ciencia Abierta.

Políticas editoriales básicas de Ciencia Abierta 2023-2024

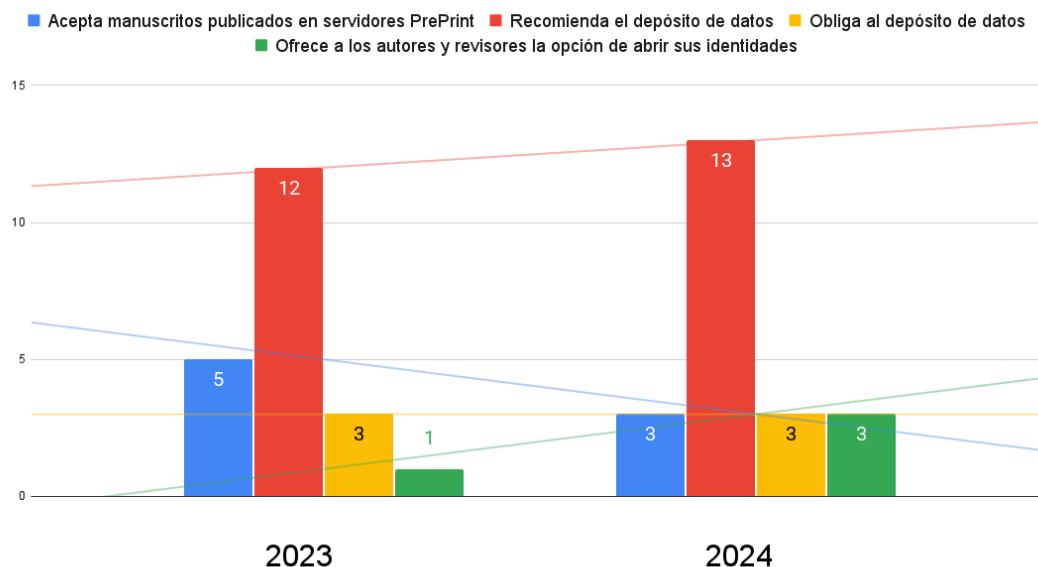


Figura 8: Tendencia políticas básicas ciencias abiertas 2023-2024

Análisis de los resultados en espectro amplio de políticas establecidas

El análisis cuantitativo realizado sobre los siete rubros derivados de las *Líneas prioritarias de acción 2024-2028* del programa SciELO ofrece un panorama complejo y desafiante para el ámbito editorial académico mexicano.

La inclusión en el DOAJ se reconoce, cada vez con mayor claridad, como una vía estratégica para fortalecer la legitimación, visibilidad y confiabilidad de las revistas científicas a nivel internacional. Esto se debe, como ya se ha argumentado en el marco teórico de este estudio, a los criterios rigurosos que el directorio exige en términos de transparencia editorial, uso de licencias abiertas y prácticas éticas de publicación. En este sentido, que 128 de las revistas analizadas se encuentren actualmente indizadas en el DOAJ representa una señal alentadora, sobre todo si se considera que estas conforman más de la mitad (58%) del total de revistas mexicanas registradas en dicho índice (220 en total). No obstante, al observar esta cifra en un marco comparativo regional, la perspectiva cambia. Brasil, por ejemplo, cuenta con 1,578 revistas; España con 983; Colombia con 448; y Argentina con 385 revistas indizadas en el DOAJ. Estos datos colocan a México en una posición todavía limitada, tanto en volumen como en proyección regional, lo cual indica que si bien la tendencia es positiva, queda un amplio margen para fortalecer esta línea de profesionalización editorial en el país.

En lo relativo a las licencias Creative Commons, se identifica una predominancia marcada de licencias restrictivas (principalmente CC BY-NC-ND y CC BY-NC), lo cual refleja una fuerte resistencia —cultural e institucional— hacia esquemas de apertura plena. Apenas un 5.5% de las revistas adopta licencias plenamente permisivas (CC BY y CC BY-SA), lo que subraya una barrera significativa en la diseminación amplia y equitativa del conocimiento científico generado en México. Este fenómeno puede tener múltiples matices: desde una comprensión limitada sobre el alcance y propósito de estas licencias, hasta una implementación inadecuada en un ecosistema editorial que aún no asimila plenamente los fundamentos del paradigma abierto. También puede observarse cierta resistencia ideológica, motivada por percepciones infundadas o temores poco sustentados sobre un posible uso inadecuado de los contenidos, en ausencia de estudios sólidos que respalden dichos riesgos. Aun así, el predominio de licencias restrictivas parece también derivar de patrones culturales más arraigados dentro de la tradición editorial científica nacional.

La declaración explícita de contribuciones autorales mediante la taxonomía CRediT, implementada por solo el 12.9% de las revistas, muestra un avance incipiente hacia mayores niveles de transparencia editorial. Esta práctica, surgida como respuesta a problemáticas crecientes en la gestión de autorías — particularmente prácticas cuestionables como la invención o atribución indebida de autorías, situaciones frecuentemente vinculadas con el fenómeno denominado “fábricas de artículos”—, representa un instrumento ético que puede adoptar cierta relevancia.

En cuanto a la transición hacia esquemas de publicación continua, se observa una tendencia positiva —aunque aún moderada— hacia modelos editoriales más dinámicos y eficientes. Esta modalidad, a diferencia de la publicación tradicional por fascículos periódicos, surge como una respuesta directa a las posibilidades que abre la digitalización de la información. Su implementación permite reducir los tiempos entre la aceptación y la publicación final de los artículos, facilitando una comunicación más ágil de los resultados científicos. En este contexto, representa no solo una innovación técnica, sino también un cambio de paradigma hacia una mentalidad editorial más acorde con las dinámicas contemporáneas de circulación del conocimiento. En la colección SciELO México, esta modalidad comenzó a adoptarse en 2018; sin embargo, a siete años de distancia, menos del 20% de las revistas han ajustado sus procesos para alinearse con esta lógica digital. Este dato revela tanto una lentitud en la transición hacia modelos abiertos de

publicación como una oportunidad clara para repensar las estrategias de actualización editorial desde una perspectiva estructural.

Problematización e implicaciones de los resultados

Este panorama pone de relieve una serie de cuestiones críticas y desafíos estructurales en torno a la implementación efectiva de la Ciencia Abierta en el ámbito editorial académico mexicano. Si bien se identifican tendencias entre moderadamente positivas y avances puntuales en ciertos rubros —como la adopción progresiva de la modalidad de publicación continua y el ligero aumento en la incorporación de mecanismos de revisión abierta por pares—, el panorama general revela una adopción aún muy limitada, heterogénea y desigual entre las revistas analizadas.

Ante este escenario, resulta necesario profundizar en la problematización de los hallazgos, planteando interrogantes y reflexiones críticas que permitan explorar las posibles razones subyacentes a las tendencias observadas. A la luz de los objetivos inicialmente planteados y de los resultados obtenidos, se propone un conjunto de preguntas sustantivas que, aunque no se respondan de forma concluyente en el presente estudio, permiten establecer un precedente interpretativo y analítico respecto a los desafíos estructurales que estos resultados implican para el desarrollo de una política científica nacional orientada al paradigma abierto.

Asimismo, se plantean algunas implicaciones prácticas y éticas que estos hallazgos entrañan para el contexto editorial, investigativo y de evaluación científica en México, poniendo en diálogo los resultados con los marcos conceptuales y normativos retomados a lo largo del estudio. El propósito central de esta problematización es construir un marco interpretativo crítico que trascienda el mero diagnóstico descriptivo, aportando elementos sustantivos para delinear estrategias viables y recomendaciones concretas que fortalezcan la integración de la Ciencia Abierta en las políticas editoriales académicas mexicanas.

A partir de lo expuesto en el marco teórico y los resultados, se derivan algunas preguntas que son pertinentes de realizar:

- ¿Qué se puede concluir, desde un enfoque cuantitativo, del análisis de los siete rubros evaluados, extraídos de las *Líneas prioritarias de acción 2024–2028*?
- ¿Cuál es el papel actual, los límites y el potencial transformador de las bases de datos y sistemas de información curados en la consolidación de una cultura científica de publicación?
- ¿Por qué la Ciencia Abierta ha tenido tan escaso impacto en la cultura científica mexicana, a pesar de los esfuerzos institucionales y normativos impulsados desde diversos frentes?
- En términos de profesionalización editorial, ¿cuentan actualmente las revistas con los recursos, capacidades y condiciones institucionales necesarias para implementar de manera efectiva las prácticas asociadas a la Ciencia Abierta?
- ¿Cómo puede articularse este diagnóstico con los esquemas tradicionales de medición bibliométrica y evaluación científica, aún predominantes en el sistema de ciencia y tecnología nacional?
- ¿Qué impacto pueden tener este tipo de estudios en una agenda nacional de investigación orientada por políticas gubernamentales, universidades, centros de investigación y, en particular, la recién conformada (noviembre de 2024) *Secretaría de Ciencia, Humanidades, Tecnología e Innovación (SECIHTI)*?

- Finalmente, ¿hasta qué punto puede la Ciencia Abierta, por sí sola, ofrecer soluciones estructurales a las múltiples crisis que enfrenta el ecosistema científico contemporáneo, tales como la reproducibilidad limitada, la desinformación, la desconexión con los problemas regionales, el escaso impacto en la toma de decisiones públicas o la actualización curricular de los programas universitarios?

Estas preguntas, que no se pretenden responder cabalmente en este espacio, no solo abren líneas de discusión relevantes, sino que también invitan a pensar críticamente el lugar que ocupa la Ciencia Abierta en el entramado institucional, epistémico y político de la ciencia mexicana actual.

De los sistemas de información y bases de datos curados

Las bases de datos o sistemas de información curados forman parte de una esfera más amplia dentro del paradigma de la comunicación científica, en la cual intervienen diversos actores como investigadores, estudiantes, profesores, instituciones evaluadoras, agencias financiadoras y de reconocimiento académico, editoriales, infraestructura tecnológica, universidades, centros de educación e investigación, así como programas de apoyo regionales y globales. Dentro de esta compleja red, los sistemas de información curados, como SciELO, Redalyc, Latindex, Biblat y DOAJ, juegan un rol crucial al constituirse como sistemas integrados de evaluación, cuya función es promover determinadas prácticas editoriales y, al mismo tiempo, desalentar aquellas que no cumplen con ciertos criterios específicos.

El papel fundamental de las bases de datos curadas es entonces mantenerse vigentes, actualizando continuamente sus criterios para reflejar las prácticas y políticas que el estado del arte científico va adoptando. La valoración y aplicación de estos criterios deben siempre considerar tanto su contexto como su alcance. Por ejemplo, un sistema de información de cobertura internacional tenderá naturalmente a promover criterios que refuercen su posicionamiento global, mientras que los sistemas regionales o nacionales deben enfocarse en mejorar primero las prácticas editoriales en sus contextos locales o regionales, adaptando de forma adecuada los estándares internacionales a la realidad específica y necesidades concretas de su comunidad académica.

También, es importante considerar que cada sistema de información posee una visión y objetivos particulares que, aunque puedan parecer meramente funcionales, contienen implícitamente ciertos posicionamientos, que en algunos casos pueden denotar posturas ideológicas y políticas dentro de la comunidad académica. Por ello, las revistas deben entender claramente qué implica integrarse o ser incluidas en alguno de estos sistemas, y conocer no solo sus criterios específicos, sino también el contexto y las razones que fundamentan estos criterios.

Conclusiones, recomendaciones y perspectivas

Pese a que el movimiento y prácticas propuestas por la ciencia abierta han ganado reconocimiento internacional, esta no se encuentra exenta de tensiones políticas e ideológicas que en algunos ámbitos cuestionan su viabilidad. Existen incluso posturas extremas que han intentado revertir políticas relacionadas con la diversidad, la equidad y la inclusión (Tzovarás, 2025), pilares también asociados al movimiento de apertura científica. Sin embargo, hay que tener en cuenta que asumir estos valores como parte de la práctica editorial no solo atiende a un ideal universal de ciencia,

sino que conlleva beneficios prácticos para las revistas, los investigadores y la sociedad en su conjunto.

Las prácticas propuestas por la Ciencia Abierta han ganado un amplio reconocimiento a nivel internacional, aunque no están exentas de tensiones políticas e ideológicas que cuestionan su implementación efectiva en algunos contextos específicos. Pese a estos desafíos, la Recomendación sobre Ciencia Abierta emitida por la UNESCO subraya la importancia de que estas prácticas prevalezcan, no solo por su relevancia ética y política, sino por su capacidad para garantizar la accesibilidad y calidad en la producción científica, promoviendo un intercambio libre, transparente y responsable de los resultados de investigación.

A partir del estudio realizado en esta segunda edición del monitor de prácticas adoptadas en el contexto de la ciencia abierta mexicana, el SciELObservatorio México, es posible sintetizar varias ideas clave. En general, la integración de prácticas abiertas muestra una tendencia estable, respecto a la edición pasada, con algunos avances moderados.

En este sentido, una conclusión fundamental del estudio es la relevancia de continuar con la medición periódica para reconocer los retos específicos en esta materia y exponer la evolución de un movimiento que ha encontrado un anclaje sólido dentro de la cultura abierta en el ecosistema científico internacional.

Las principales aportaciones de este estudio radican en la construcción de una visión crítica e informada sobre el estado actual de la Ciencia Abierta en México, aportando un diagnóstico actualizado que contribuye significativamente al debate académico, institucional y político sobre cómo integrar prácticas abiertas en los sistemas editoriales científicos.

Como perspectiva a futuro, se propone realizar este estudio de manera anual, generando un proceso sostenido de evaluación y monitoreo que permita medir no solo los avances o retrocesos específicos, sino también observar el nivel de aceptación de estas prácticas dentro del contexto cultural de publicación científica. Esto permitirá que las instancias pertinentes y los actores interesados cuenten con información periódica y actualizada que coadyuve a la toma de decisiones en cuanto a políticas de evaluación, planeación de apoyos económicos y de infraestructura, así como a planeación para una capacitación efectiva dentro de las prácticas enunciadas.

Agradecimientos

Los autores expresan su agradecimiento al Dr. Antonio Sánchez Pereyra, subdirector de la Subdirección de Servicios de Información Especializada de la Dirección General de Bibliotecas y Servicios Digitales de Información (DGBSDI) de la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), por su respaldo en la elaboración de este estudio y por sus observaciones valiosas respecto al enfoque del análisis.

De igual forma, se agradece al Lic. Manuel Alejandro Flores Chávez, jefe del Departamento de Bibliografía Latinoamericana de la DGBSDI-UNAM, por sus aportes conceptuales y opiniones que contribuyeron a enriquecer la perspectiva de este trabajo.

De la evaluación global en la realidad local. El papel de los índices internacionales en la organización de la ciencia en Chile y América Latina

Este capítulo tiene una doble finalidad. Por una parte, busca establecer una reflexión teórica fundada en la literatura disponible sobre la relevancia de los índices y bases de datos académicas internacionales (como WoS o Scopus) y sus efectos particulares sobre regiones comúnmente calificadas como semi-periféricas en el mundo de la ciencia, como es el caso de América Latina. Por otra parte, avanza un estudio de caso en Chile a partir de analizar algunos impactos de estas herramientas en la institucionalidad científica chilena, ejemplificando y tensionando algunos de los argumentos esgrimidos tanto por defensores/as como detractores/as de estas bases de datos e índices académicos.

El texto comienza presentando brevemente la trayectoria de estos índices internacionales en el norte global y su acelerado proceso de adopción global. Seguido, se analizan los principales argumentos a favor y en contra de su adopción como mecanismo de jerarquización de las publicaciones académicas tanto por parte del mundo académico como por los hacedores de política y los administradores/as científicos. A continuación, se presenta el estudio de caso, el cual analiza dos aspectos de la institucionalidad científica en los cuales se evidencia el impacto de los índices académicos internacionales: i) El financiamiento para el fortalecimiento de publicaciones científicas a través del Fondo de Iniciativas de publicaciones científicas, que entrega recursos para el mejoramiento de las publicaciones académicas a fin de ser incorporadas a índices y bases de datos académicas de corriente principal y ii) la cambiante valoración de las publicaciones indexadas internacionalmente en el proceso de valoración curricular de investigadores/as que postulan al principal fondo de investigación estatal, el Fondo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico (FONDECYT). El texto concluye remarcando algunas particularidades que implica la adopción de estos índices internacionales como mecanismo de jerarquización de las publicaciones académicas en países semi-periféricos al mundo de la ciencia como son los de América Latina.

DOI: 10.62059/editorial.l001.c4

Tomás Koch Ewertz¹, Paulina Peña Pallauta¹, Lu Puppato¹

¹Universidad de Playa Ancha, Valparaíso, Valparaíso, CL

Introducción

En nuestro interconectado mundo, la distinción entre lo local y lo global se vuelve cada vez más difusa. Mientras que fenómenos globales como las crisis financieras, la actual crisis ambiental o la reciente pandemia SarS-COV-2 nos recuerdan cómo los fenómenos globales tienen efectos en los distintos rincones del planeta, la evidencia nos muestra también que estos efectos no son homogéneos (Arezki et al., 2018; Kaya & Welfens, 2020). Si bien la localización geográfica ha tendido cada vez más a perder relevancia debido a los avances en las tecnologías de comunicación y transporte, las posiciones geográficas se corresponden en buena medida con determinados procesos históricos, políticos y económicos que han estructurado el mundo en torno a centros y periferias (Wallerstein, 1974).

Así, por ejemplo, la historia colonial de buena parte del mundo, y particularmente de América Latina, se correlaciona con la posición actual que tienen los países y territorios en el orden mundial (Mignolo, 2012). Si bien esta forma de comprensión de la organización del mundo en centros y periferias tiene matices y es hasta cierto punto móvil, igualmente resulta útil como modelo para argumentar los diferentes impactos locales de fenómenos globales, así como las capacidades locales de incidencia global (Choi, 2012; Torres & Ahumada, 2022; Zelnio, 2012).

En una sociedad multifocal y funcionalmente diferenciada, como es la sociedad moderna, la centralidad de ciertas áreas no necesariamente implica centralidad en otras (Luhmann, 1998). Así, mientras determinados territorios pueden resultar periféricos o semi-periféricos en algunas áreas, eso no significa necesariamente que lo sean respecto a otras (Gavroglu et al., 2008). Por ejemplo, el desarrollo económico de un país no se traduce automáticamente en desarrollo científico. Sin embargo, la evidencia empírica parece mostrar una alta correlación en el posicionamiento mundial en distintas esferas, incluida la científica (Kreimer, 2019; Matharan, 2017).

La historia de la actual formación mundial ha tendido a producir territorios periféricos respecto a centros hegemónicos (conformados por Europa Occidental y Estados Unidos). En el campo de la investigación científica, desde las misiones científicas de los siglos XVIII y XIX, hasta los actuales equipos transnacionales característicos de la llamada big-science, la producción ha estado marcada por su desarrollo en estos centros hegemónicos (Beigel, 2016; Kreimer, 2019; Mignolo, 2012). Pero ¿cómo evaluar la centralidad en el campo científico?

Existen varias formas de pensar la centralidad de los territorios respecto al campo de la ciencia, desde la obtención de premios internacionalmente reconocidos, como es el caso de los Nobel, hasta la presencia de instituciones, académicas y académicos de reconocido prestigio. Estas formas convencionales de pensar la centralidad científica guardan relación con el prestigio que las personas y centros de investigación gozan dentro de la comunidad científica mundial (Thomas et al., 2020). Si bien estas formas siguen siendo importantes, la necesidad de contar con escalas de prestigio tecnificadas que permitan rápida y “objetivamente” definir la centralidad de determinadas comunidades científicas -por ejemplo, para fines de adjudicación de becas de postgrado- ha producido que los rankings (que muchas veces combinan indicadores basados en el prestigio subjetivo de la comunidad académica con indicadores “objetivos”, como son los relativos a la productividad e impacto académico), sean hoy herramientas de jerarquización y clasificación de comunidades académicas, instituciones y países.

Entre estos “nuevos” mecanismos tecnificados destacan las bases de datos e índices académicos internacionales, como son Web of Science (WoS) o Scopus, los que funcionan como la base material para el cálculo de diversos indicadores. La influencia de estas bases de datos e índices en las últimas décadas ha llevado a que muchos países e instituciones académicas adopten la posición

en estos índices como un indicador de la centralidad -de investigadores/as, instituciones o países- para el mundo de la ciencia (Koch & Vanderstraeten, 2019; Thomas et al., 2020; Zelnio, 2012). Así, estos índices no solo aportan hoy visibilidad, sino que constituyen un espacio de observación del mundo de la ciencia, el que muchas veces es considerado suficiente por académicas, editores, hacedoras de política y administradores científicos (Koch & Vanderstraeten, 2019; Thomas et al., 2020).

Este capítulo se enfoca precisamente en el análisis de estos índices y se pregunta por el impacto que tiene esta forma de organización y jerarquización de los productos académicos en territorios tradicionalmente considerados como semi-periféricos en el mundo de la ciencia, como es el caso de los países latinoamericanos.

A continuación, presentamos brevemente la trayectoria de estos índices internacionales en el norte global y su acelerado proceso de adopción mundial, para luego analizar los principales argumentos a favor y en contra de su adopción como mecanismo de jerarquización de las publicaciones académicas. Posteriormente, presentamos un breve estudio de caso en donde analizamos el impacto de los índices académicos internacionales en Chile. El objetivo de este estudio de caso es presentar un análisis sobre el impacto que han tenido estas bases de datos e índices académicos en algunos elementos claves de la organización científica, como son la publicación de revistas y la adjudicación de fondos de investigación. En lo relativo a los materiales y métodos utilizados, para dar cuenta del impacto en la publicación de revistas científicas analizamos las transformaciones en las bases concursables del “Fondo de publicaciones científicas”, iniciativa financiada por la Agencia Nacional de Desarrollo o ANID (anteriormente denominada Comisión Nacional de Ciencia y Tecnología - CONICYT). Asimismo, revisamos los cambios en los criterios de incorporación a SciELO Chile. Por su parte, para conocer el impacto en la adjudicación de fondos de investigación analizamos la evolución de los criterios de evaluación curricular en los distintos grupos de estudio del Fondo Nacional de Ciencia y Tecnología (FONDECYT) en su concurso regular. Finalmente, el capítulo concluye remarcando algunas particularidades sobre las implicancias de adoptar estos índices internacionales como mecanismo de jerarquización de las publicaciones académicas en países semi-periféricos al mundo de la ciencia.

Breve historia de los índices académicos

La evaluación de la ciencia se ha transformado desde prácticas internas y colectivas hasta convertirse en un proceso institucionalizado y burocrático que estructura la distribución del capital científico (Gingras, 2015). Originalmente, el prestigio y la jerarquización se basaban en redes de socialización en sociedades científicas, mediante reuniones y publicaciones especializadas que, además de socializar, establecían mecanismos de estratificación y jerarquización (Kreimer, 2011; Sandoval, 2020).

Durante el siglo XX, con posterioridad a la Segunda Guerra Mundial, los países centrales comenzaron a implementar gradualmente políticas científicas orientadas a la jerarquización de comunicaciones científicas como aspecto clave de la competencia científica, promoviendo subsidios vía fondos concursables en reemplazo de las asignaciones directas otorgadas a las instituciones científicas (Gallison & Hevly, 1992). Este cambio incrementó los costos de la práctica científica y respaldó el surgimiento de los mecanismos de selección para fomentar la excelencia y la competitividad entre investigadores y sus iniciativas científicas.

Lo anterior vino acompañado de otro factor clave: la indexación de las revistas científicas, es decir, el posicionamiento de ciertas revistas que cumplen con determinados criterios en un selecto listado llamado publicaciones indexadas, también denominadas por los hacedores y administradores científicos como “de corriente principal”. Esto avaló que la evaluación científica diera un giro hacia la estandarización de datos sobre las publicaciones académicas. Estos criterios siguieron el paradigma del modelo lineal que asume que la ciencia debe producir directamente beneficios sociales y económicos, y por tanto, se hace necesario gestionarla a través de datos o indicadores “objetivos” (Gaudin, 2008). Estas transformaciones fueron en buena medida impulsadas por la fundación del Institute for Scientific Information (ISI) en 1955. Desde ese marco institucional, y durante los siguientes veinte años, se crearán tres índices, que dividen el conocimiento en tres grandes áreas: ciencias, ciencias sociales, y artes y humanidades. Según el propio creador de estas bases de datos (Eugene Garfield), esta división serviría para evaluar la calidad de las revistas científicas respecto a otras similares disciplinariamente, situando a la indexación de las publicaciones científicas como un instrumento idóneo para evaluar la productividad de la comunicación y, por ende, de la investigación en general. La primera versión del Science Citation Index (SCI) fue publicada en 1963 en formato impreso (Garfield, 1963). Luego, en 1972, se publica el Social Science Citation Index (SSCI) (Garfield, 1972) y, algunos años más tarde, en 1978, el Arts & Humanities Citation Index (AHCI) (Garfield, 1977).

La novedad de estos índices radicaría en la jerarquización en base a las citas recibidas por las revistas, permitiendo la generación de un espacio para la evaluación cuantitativa de la ciencia, orientada a gestionar recursos y a hacer medible la actividad científica. En este contexto surge la cienciometría, con métricas como el factor de impacto y el índice h , que buscan medir la influencia de las publicaciones y de investigadores e investigadoras mediante las citas recibidas. Sin embargo, esta aproximación ha sido criticada por priorizar la cantidad por sobre la calidad, sesgar hacia disciplinas más exactas, y promover un enfoque homogéneo que favorece a los países del Norte Global y excluye a regiones históricamente invisibilizadas como América Latina (Vélez Cuartas et al., 2019).

A principios de 1970, la situación de la ciencia y la producción científica latinoamericana estaba marcada por la falta de presencia internacional de las publicaciones que se estaban generando en la región, poniendo de manifiesto la necesidad de crear sistemas de información propios (Alperin et al., 2015; Beigel, 2013). Existía ya para entonces un antecedente concreto en el área de las ciencias médicas a partir de la creación del sistema BIREME en 1967, un centro especializado de la Organización Panamericana de la Salud (OPS) y la Organización Mundial de la Salud (OMS) dedicado a brindar cooperación técnica en información y comunicación en ciencias de la salud. Sin embargo, la mayor parte de la producción científica latinoamericana era considerada invisible, debido a su baja circulación no sólo internacional, sino que incluso al interior de la misma región (Cetto et al., 2015). Así, durante los años 70 surgieron los primeros esfuerzos por crear sistemas integrales de información que abarcaron una mayor cantidad de disciplinas científicas, surgiendo en México CLASE (1975), Periódica (1978), IRESIE (1979) y LILACS (1982), todas ellas con un impacto principalmente local (Alonso-Gamboa & Russell, 2012). Sin embargo, en los años 90, la región apostó por la creación de proyectos cooperativos de carácter científico consiguiendo implantar una infraestructura tecnológica más robusta, surgiendo así diversas bases de datos académicas de acceso abierto que visibilizan el trabajo desarrollado desde este continente, como son Latindex (1995), seguido de Scielo (1997), Redalyc (2002) y últimamente AmeliCA (2018).

Esta sistemática y relativamente rápida adopción de sistemas de citación e impacto científico, si bien resultó útil para medir la visibilidad del trabajo de investigación, presenta limitaciones. La

cantidad de citas no necesariamente refleja la calidad o innovación de un artículo, sino su accesibilidad y visibilidad y otros factores externos como las temáticas que emergen de un contexto específico y se convierten en tendencias. En este contexto surgen figuras altamente citadas que cobran una influencia significativa en sus campos de investigación, adquiriendo el reconocimiento de toda la comunidad científica por parte de una red internacional y una amplia diversidad de autores. Este sistema tiende a reproducir estructuras jerárquicas que favorecen a los mismos grupos y revistas de alto impacto -efecto Mateo (Merton, 1973b), que describe cómo quien ya posee alto prestigio académico tiende a recibir más prestigio aún- excluyendo investigaciones que no siguen las líneas de interés dominante. Esto es particularmente problemático en América Latina, donde la dependencia de criterios bibliométricos internacionales ha tendido muchas veces a desvincular la investigación de los problemas locales.

Las críticas recientes sugieren la necesidad de una evaluación que integre aspectos cualitativos, como la originalidad y el impacto social de las investigaciones. Propuestas como la Declaración de San Francisco (DORA)¹ o el Manifiesto de Leiden² enfatizan que la calidad de los resultados no debe depender únicamente del medio en que se publican. Asimismo, se destaca la urgencia de adaptar los sistemas de evaluación a los contextos locales y disciplinarios para fomentar un desarrollo científico más equitativo entre territorios y entre pares dentro de la comunidad científica.

En síntesis, la evolución de la evaluación científica y la adopción global de los sistemas de indexación reflejan tensiones y contradicciones en el impulso hacia la objetividad y la creciente burocratización de la ciencia. Si bien los indicadores actuales permiten comparaciones entre pares y disciplinas, su implementación generalizada corre el riesgo de consolidar prácticas homogéneas y conservadoras, limitando la innovación y desatendiendo necesidades regionales en países como los de América Latina.

Del porqué usar (o no) índices para evaluar calidad

Hoy en día existe consenso en la comunidad académica respecto al impacto que tiene la mencionada omnipresencia de las bases de datos e índices académicos en la producción científica (Cronin, 2013; Koch & Vanderstraeten, 2019; Thomas et al., 2020). Sin embargo, no hay completo acuerdo respecto al balance de los costos y beneficios de utilizar este mecanismo de observación y clasificación del mundo de la ciencia. Existen actualmente importantes argumentos tanto a favor como en contra de ellos. En esta sección, revisaremos algunos de los principales fundamentos de estos argumentos.

Ciertamente son muchas las ventajas de un mecanismo de clasificación y jerarquización de las publicaciones académicas. En un momento en donde las estimaciones hablan de más de 45.000 revistas académicas a nivel mundial (STM, 2021) se hace necesario algún mecanismo para observar, clasificar y jerarquizar estas publicaciones. Asimismo, el enorme volumen de artículos publicados, que se estima que superan los 3.5 millones anuales hace necesario un mecanismo para navegar por este mar de artículos. En este contexto es que adquieren relevancia estas bases de datos e índices académicos (Araújo et al., 2021; Koch et al., 2021).

¹<https://sfdora.org/read/read-the-declaration-espanol/>

²<https://www.leidenmanifesto.org/>

Tanto el pionero Garfield, como los posteriores defensores de estas bases de datos académicas han destacado como altamente valorable la posibilidad que entregan de distinguir la investigación de calidad dentro de un universo cada vez mayor de publicaciones disponibles. La diferenciación de la ciencia como una esfera autónoma se basa en buena medida en la adopción de mecanismos que permitan delimitar lo que se considera una comunicación válida de otra que no lo es, o en otras palabras, en delimitar sus criterios de inclusión/exclusión (Luhmann, 1996). Si bien estos criterios varían según el tiempo y la disciplina, ciertos elementos han tendido a estabilizarse y son hoy ampliamente aceptados como requisitos mínimos. Así, la estricta revisión de pares, la aceptación de ciertos estándares éticos, el control editorial y la adecuada referenciación, entre otros elementos, se han convertido en estándares compartidos por la comunidad científica (Baldwin, 2015; Bazerman, 1988). La incorporación de estos criterios como requisito de indexación, así como la continua observación de los mismos, ha situado a estas bases de datos como una suerte de custodios de la calidad y el rigor científico.

En línea con lo anterior, no sólo la inclusión en estos índices se ha vuelto relevante, sino que la ya mencionada forma de construcción de estos mismos en torno a las citaciones ha permitido la jerarquización de las fuentes, permitiendo la revisión rápida de los documentos con mayor impacto (los más citados) en determinada área del conocimiento o tema de interés (Garfield, 1998; Koch et al., 2021). Asimismo, la asociación de los artículos a partir de las citaciones en lugar de los temas o autorías permite también navegar por la red de citaciones, identificando rápidamente los artículos que referencian o son referenciados por algún texto en específico. Esto independiente de los motivos de los autores para citar los textos, los que pueden ir desde el genuino reconocimiento a la autoría de ideas, hasta la citación retórica de autores considerados centrales en determinado campo.

Por su parte, quienes se oponen al uso de estas bases de datos han denunciado los sesgos de las bases de datos internacionales o centrales hacia el idioma inglés y las disciplinas de ciencias naturales, lo que redundaría en la invisibilización de la producción que no está incluida dentro de estos índices (Archambault et al., 2006; Beigel & Bringel, 2020). En esta misma línea, aunque con un argumento diferente, se han planteado posibles impactos sobre la selección de artículos para la publicación por parte de las revistas, donde la incorporación de nuevos criterios en la decisión editorial como, por ejemplo, la posibilidad anticipada (o imaginada) respecto al potencial impacto de los artículos puede causar sesgos hacia la novedad o la publicación en temas de poca popularidad (Koch & Vanderstraeten, 2021; Wang et al., 2017). Este último punto es especialmente importante para América Latina, donde la investigación relevante en términos locales no necesariamente coincide con los temas o enfoques más relevantes a nivel global (Kreimer & Meyer, 2008).

Pero quizás la mayor fama (y crítica) de estas bases de datos viene de su uso como mecanismo de accountability científico (Aksnes et al., 2019). Vale decir, como una forma de medir el desempeño de académicas y académicos, revistas, disciplinas, instituciones, países, etc. Diversas instancias alrededor del globo han incorporado estos índices como mecanismo base para la evaluación de la trayectoria de investigadores e investigadoras (Thomas et al., 2020), así como el exigir la publicación en revistas de corriente principal (incluidas en estas bases de datos) como requisito para el cierre de determinado proyecto de investigación o incluso, como resultado de la participación en congresos académicos.

Quienes defienden estas formas han argumentado que permiten la rendición de cuentas de la ciencia con un mecanismo transparente que no depende de las valoraciones subjetivas y evita la creación de “círculos de amistades”. Por su parte, los detractores han sido vehementes en señalar que esto establece diferenciaciones en el cuerpo académico, a la vez que sus efectos constitutivos

(Dahler-Larsen, 2014) serían el enfocarse de sobremanera en este tipo de productos académicos desvalorizando otros como son las publicaciones con impacto local, la docencia y la extensión universitaria. Esto se ve reforzado por la tendencia de algunos sistemas, como el chileno, de incluir en el financiamiento de universidades la publicación de artículos “bien rankeados” (en revistas incluidas en los primeros cuartiles de WoS o Scopus), lo que se traduce muchas veces en el pago por publicación a las y los autores.

Si bien los índices regionales como SciELO o Latindex tienen cierto nivel de reconocimiento a nivel de políticas públicas y normativas universitarias, su valoración tiende a ser menor respecto a las revistas incluidas en índices internacionales o centrales (principalmente WoS y Scopus). Esta tendencia, reproduce en el propio continente la distinción de centros y periferias y da cuenta del carácter jerarquizado de los propios sistemas de indexación, donde si bien la calidad está asociada a la indexación de las revistas, la excelencia está señalada por la publicación en revistas bien rankeadas en estas bases de datos centrales o de corriente principal.

El financiamiento para el fortalecimiento de publicaciones científicas en Chile

A continuación, presentamos algunos elementos del caso chileno que permiten ilustrar la centralidad que han adquirido estas bases de datos e índices académicos en la organización de la empresa científica en un territorio comúnmente considerado como semi-periférico al mundo de la ciencia. Chile presenta varios elementos interesantes como caso de estudio para ilustrar estos efectos. Por una parte, la incorporación de estas bases de datos en la política de ciencia como indicador del impacto y calidad de las revistas nacionales tiene un relativamente largo tiempo de implementación desde 1988. Por otro lado, la alta relevancia que tienen las publicaciones en revistas incluidas en estos índices para la adjudicación de financiamiento para proyectos científicos, especialmente en programas de investigación básica y fondos asociativos. Estos elementos dan cuenta de la importancia que estos instrumentos han tenido y tienen actualmente en la organización de la empresa científica en el país.

Como señalábamos, la valoración de los índices académicos para el estado chileno no es novedad. En 1988, por primera vez se asocia a los índices internacionales con la categoría de corriente principal. Dicho año, se establece un nuevo fondo, el “Fondo de Publicación de Revistas Científicas”, el que tendrá por objetivo “ayudar al financiamiento de la edición de revistas chilenas que constituyen literatura de corriente principal por el hecho de encontrarse registradas en índices internacionales reconocidos como tales por la Comisión Nacional de Investigación Científica y Tecnológica, institución que velará por la incorporación de nuevas revistas calificadas en los índices antes aludidos” (al respecto ver <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=1132904>).

Este decreto haría entonces dos cuestiones que se mantendrían en los concursos siguientes. Primero, establecerá una asociación entre la inclusión en estos índices internacionales y la calificación como revista de corriente principal, y segundo, declarará explícitamente el objetivo de incorporar nuevas revistas nacionales a estos índices. Así, se establece una íntima asociación entre excelencia e indexación, lo que se traducirá en criterio de priorización de las revistas para la adjudicación de fondos (el que luego se transformará en criterio de selección) así como posteriormente en objetivo de los proyectos a ser financiados.

Durante las primeras décadas de funcionamiento de este fondo, la participación en bases de datos e índices internacionales no era un requisito para postular, sino que era definido como una condición deseable, particularmente la incorporación a ISI (actualmente WoS), agregándose posteriormente SciELO en el año 2007 y Scopus en el 2009. Esta condición cambiaría a partir de la segunda década del siglo XXI, donde desde el 2014 se exige a la revista el estar incluida en SciELO, WoS o Scopus para poder postular a estos fondos. Esta creciente valoración de las bases de datos internacionales se evidencia también en los criterios de ingreso a SciELO, donde hasta el 2014 el hecho de que una revista estuviera incluida en ISI significaba prioridad para ingresar a SciELO.

El año 2014, marca un cambio en la política del Fondo de Publicación de Revistas Científicas. Este año SciELO se asocia con WoS y se incorpora a esta plataforma, creando el SciELO Citation index. Esta situación posicionaría a SciELO a la par de estas bases internacionales para efectos del Fondo de Publicación de Revistas Científicas. En esta línea, es importante notar que los cambios de la política del concurso, se vinculan a la ampliación de la base de WoS para superar las críticas de sesgos hacia las publicaciones en inglés, de Estados Unidos y en ciencias naturales, así como competir con Scopus. En este marco, la asociación de SciELO con WoS puede ser leída tanto como un esfuerzo de internacionalización de la primera, como la consolidación del proceso de expansión de la segunda.

Junto a esta estabilización de la importancia de las bases de datos como criterio para postular a los fondos, otros elementos empiezan a cobrar importancia, como son el conteo del número de citas como criterio para ingresar y permanecer en SciELO Chile, la valoración de tasas de rechazo de las revistas, o del ranking de las mismas. Asimismo, estas bases de datos ganan relevancia para definir la categoría de “revistas emergentes”, que desde 2016 está definida en este concurso como aquellas incluidas en Emerging Sources Citation Index (ESCI) de Web of Science o aquellas que fallaron en la evaluación de contenido para ingresar a SciELO.

De este modo, la estabilización de estas bases de datos como garantes de la calidad de las revistas y el proceso de asociación que permite situar a SciELO a la par de los más importantes índices internacionales (WoS y Scopus) posibilita el que puedan incorporarse otros criterios sin la necesidad de resguardar la “calidad” de las revistas. Así, durante la segunda década del siglo XXI, se incorporan nuevos criterios para la adjudicación de fondos. Estos criterios se vinculan directamente con los nuevos lineamientos políticos del recientemente creado (2018) Ministerio de Ciencia, Tecnología, Conocimiento e Innovación. Estos refieren al fomento de la ciencia abierta, la equidad de género, privilegiar la interdisciplina y el vínculo territorial, ya sea en términos de equidad en los territorios, como a la “territorialidad” de las revistas en el 2024.

La evaluación de los currículums académicos para la postulación a fondos de investigación en Chile

El análisis presentado en este apartado examina cómo los criterios de evaluación curricular de las y los investigadores se vinculan con el uso de bases de datos e índices internacionales. Dentro de los parámetros de evaluación curricular, los rankings de revistas son empleados como indicadores claves en el proceso de la evaluación de los currículos, vinculando la excelencia académica con la productividad e impacto. Por otro lado, la presencia de publicaciones en revistas incluidas en bases de datos internacionales se utiliza como criterio de calidad para determinar si la trayectoria es académicamente válida. Esta doble dimensionalidad del uso de los índices tiene un impacto

profundo en los países ubicados en la periferia o semiperiferia del sistema científico global como es el caso de Chile. En muchos de estos contextos, las bases de datos e índices actúan no sólo como marcadores de “internacionalidad” de la producción científica, sino como criterio de aceptación o rechazo para el acceso a fondos de financiamientos públicos.

Para el análisis de estos indicadores, se empleó un enfoque basado en técnicas de minería de datos textuales con el fin de estudiar los criterios de evaluación curricular de los concursos regulares del Fondo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico (Fondecyt) entre 2008 y 2020. El proceso comenzó con la extracción de datos mediante web scraping, obteniendo corpus textuales directamente de las páginas oficiales de Conicyt. El corpus procesado permitió identificar las palabras más frecuentes y analizar su relación con distintos campos disciplinares. Este enfoque permitió vincular términos claves con bases de datos e índices académicos utilizados en la adjudicación de fondos, proporcionando una comprensión detallada de los requisitos curriculares dentro de las postulaciones a Fondecyt regular.

El siguiente gráfico presenta los principales hallazgos de este proceso, destacando la importancia de las bases de datos e índices en la evaluación curricular para acceder a fondos de investigación en Chile. Al respecto, es importante destacar que el uso de índices es considerado en todas las disciplinas, aunque con las variaciones a continuación descritas.

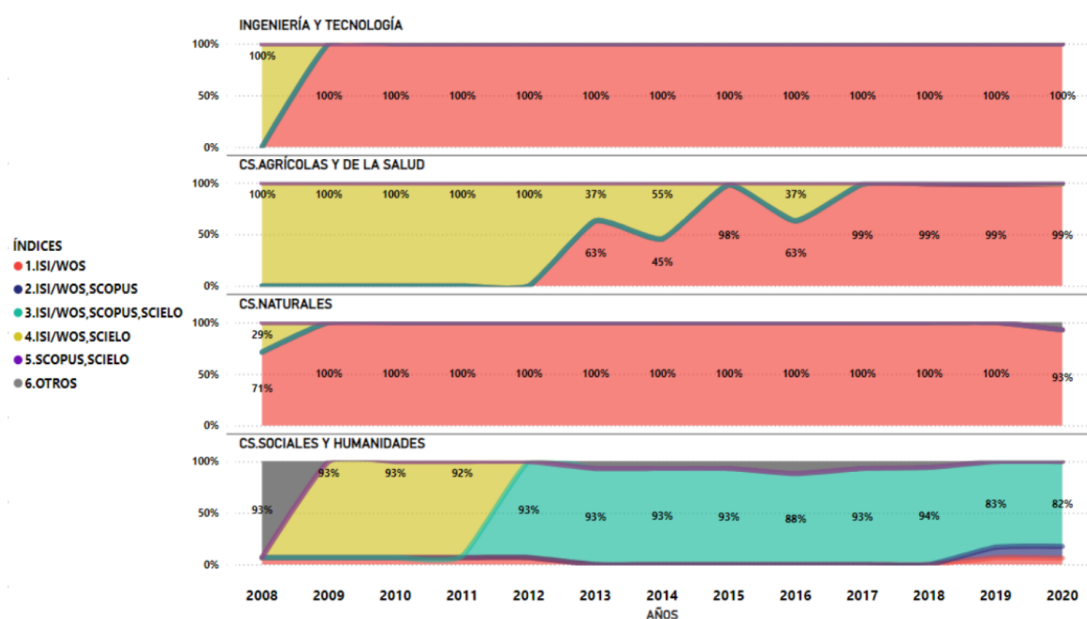


Figura 1: Porcentaje de disciplinas que incorporan distintos índices académicos para la evaluación curricular en el concurso Fondecyt regular según áreas disciplinares (2008-2020)

La Figura 1 analiza el comportamiento histórico de la presencia de índices académicos como criterios de evaluación curricular de Fondecyt regular (2008-2020) en cuatro áreas disciplinares: Ingeniería y Tecnología, Ciencias Agrícolas y de la Salud, Ciencias Naturales y Ciencias Sociales y Humanidades. En otras palabras, el gráfico muestra qué tipo de artículos son considerados en

la evaluación curricular de postulantes al principal instrumento individual para el financiamiento de la ciencia en Chile.

En relación a estas áreas disciplinares, dentro de Ingeniería y Tecnología, llama la atención el temprano abandono de las bases de datos regionales (SciELO), evidenciando un marcado dominio de ISI/WoS a lo largo de todo el período. Esto significa que desde 2009 solo los artículos publicados en revistas indexadas en ISI/WoS otorgan puntaje en estas disciplinas. La ausencia de diversidad en los índices utilizados no sólo refleja una homogeneidad respecto a los criterios de evaluación curricular, sino que evidencia una dependencia absoluta de las bases de datos internacionales como único marcador de excelencia.

Respecto al área de Ciencias Agrícolas y de la Salud, al principio del período, tanto ISI/WoS como SciELO son consideradas en todas las disciplinas incluidas en esta área, evidenciando un interés tanto en la producción con impacto regional como global. Sin embargo, a partir de 2013 se observa un relativamente rápido declive en la cantidad de disciplinas que consideran a las revistas incluidas en SciELO como un espacio relevante de publicación, llegando a prácticamente desaparecer desde el año 2017 en adelante, para dar paso al dominio absoluto de la publicación en revistas incluidas en ISI/WoS como único criterio de valoración curricular en este grupo de disciplinas.

En lo referente al área de Ciencias Naturales, la situación presenta un patrón similar que el de Ingeniería, con un predominio absoluto de ISI/WoS durante prácticamente todo el periodo estudiado, sólo con la excepción durante los dos primeros años bajo análisis donde se incluía a las revistas indexadas en SciELO en casi un tercio de las disciplinas. Esta tendencia sugiere una transición hacia la homogeneidad de los criterios denominados de excelencia y marcada por la base de datos de mayor prestigio internacional ISI/WoS. Este comportamiento, si bien refleja el criterio internacionalista de algunas disciplinas como las llamadas Ciencias Naturales, coincide con el carácter universalista de las mismas y es probablemente síntoma de los sesgos de cobertura de esta base de datos.

La mayor diversidad se observa en el área de Ciencias Sociales y Humanidades. El gráfico 1 muestra la tardía adopción en estas disciplinas de estos índices como criterio de evaluación curricular, siendo recién en el año 2009 que esta práctica se masifica. Igualmente, notable es la incorporación de las revistas indexadas en SciELO desde el 2010 en adelante en buena parte de las disciplinas (aunque algunas disciplinas lo abandonan a partir de 2019). Por su parte, si bien las publicaciones incluidas en ISI/WoS se consideran durante todo el periodo, llama la atención la temprana y omnipresente adopción de Scopus en el año 2012, probablemente motivado por su mejor cobertura para el área. Esta tendencia hacia el uso de bases de datos regionales junto a las internacionales refleja las particularidades y pretensiones de esta área disciplinar, valorando el impacto regional junto al global, aunque siempre con una menor valoración del impacto regional tal como se evidencia en el menor puntaje otorgado a las publicaciones incluidas en SciELO en desmedro de las incluidas en ISI/WoS y Scopus (al respecto ver <https://www.conicyt.cl/fondecyt/grupos-de-estudios/>)

Si bien los índices internacionales de ISI/WoS son omnipresentes en todo el período, su rol como estándar de calidad internacional es disputado en varias disciplinas por Scopus y en menor medida por SciELO, principalmente en disciplinas del área de Ciencias Sociales. Esta tendencia, sin embargo, no logra disminuir el alineamiento progresivo de la mayoría de las disciplinas a bases de datos e índices internacionales (principalmente ISI/WoS) como criterio de excelencia académica.

Finalmente, si bien resulta esperable la omnipresencia de ISI/WoS en disciplinas de las áreas de Ciencias Naturales e Ingeniería y Tecnología, es interesante destacar cómo en muchas de estas disciplinas el criterio de diferenciación se ha movido hacia la posición en el ranking de las revistas, valorando el cuartil de las mismas, así como el factor de impacto de la revista, o incluso el impacto de la publicación misma. Por su parte, si bien los índices regionales han adoptado los criterios de internacionalización, su consideración en la valoración del curriculum de investigadores e investigadoras varía según disciplina, evidenciando los diversos impactos esperados en las distintas áreas disciplinares.

Conclusión

Las bases de datos e índices son hoy omnipresentes en mundo de la ciencia, donde la bibliometría y la cienciometría han ganado relevancia tanto para los administradores de la ciencia como para los propios académicos y académicas. Su marca como sello de calidad académica de las revistas parece ser el producto maduro de esta forma de comprender la producción y circulación de comunicaciones científicas que revolucionó el campo de la ciencia durante la segunda mitad del siglo XX. En esta misma línea, parece ser que el espacio cuantificado de observación de la ciencia que estos índices establecen se ha convertido en el espacio propicio para definir la excelencia bajo parámetros transparentes. Esta conjunción entre calidad y excelencia sitúa a estas herramientas como mediadoras de procesos clave para la producción científica, como es el funcionamiento de las revistas y los criterios de selección para la adjudicación de fondos concursables.

De este modo, los índices y bases de datos académicas han ganado centralidad para la observación, medición y evaluación tanto de la calidad como excelencia académica. En tanto custodias de la calidad, estas bases de datos aseguran el cumplimiento de ciertos requisitos considerados como deseables, mientras que la excelencia estaría determinada por la posición en los rankings que estas bases permiten construir. En ese sentido, mientras la calidad no conoce límites a la expansión más allá de los criterios editoriales en tanto parámetros para inclusión/exclusión de estas bases de datos, la excelencia es, por definición limitada a algunas revistas que se posicionan en los primeros percentiles de estos índices.

Este uso de la indexación como criterio de calidad y excelencia funciona como un mecanismo de homogeneización de la producción científica, incluso entre las diversas áreas disciplinares. Tal como se mostraba en nuestro estudio de caso, la indexación en ISI/WoS es omnipresente para evaluar la calidad y excelencia de la publicación científica en Chile, así como en algunos otros países de América Latina. Pero esta homogeneización no opera solo a nivel de criterio de selección de revistas para comunicar los hallazgos, sino que refleja una homogeneización, por ejemplo, en la publicación en idioma inglés, o en los estilos de escritura, con el formato artículo tendiendo a desplazar otras formas de comunicar de la ciencia.

Asimismo, la incorporación de la racionalidad cuantificada que permiten estas bases de datos e índices influye en la toma de decisiones tanto de hacedores y administradores de las políticas científicas como de editores de revistas y el propio cuerpo académico que publica en ellas. En el caso de los editores de revistas científicas, esta influencia se expresa en la consideración de parámetros como tasas de rechazo, tiempos de respuesta, e incluso la especulación sobre el potencial impacto de los artículos. Asimismo, las y los científicos no solo se ven influenciados por la necesaria adaptación a los estilos escriturales y la periodicidad de las publicaciones, sino que también por las temáticas que son de interés a las revistas indexadas, las que generalmente apuntan a

un público internacional enfocándose en temáticas que no necesariamente son relevantes a nivel local. Más aún, la centralidad de las citaciones para la jerarquización de las publicaciones arriesga la creación de un nuevo sentido de la citación, donde la referencia a textos o revistas centrales (o de alta citación) se refuerce como estrategia retórica a la hora de elaborar manuscritos para ser presentados a evaluación. Esto agrega una nueva dimensión al conocido efecto Mateo, postulado por (Merton, 1973b), reforzando así la estructura centro-periferia del mundo de la ciencia.

En esta misma línea, si bien el reconocimiento de las bases de datos regionales por parte de los diversos instrumentos de evaluación de universidades e instituciones de financiamiento científico refleja el rol de estas bases de datos como criterio de calidad científica, la definición de excelencia muchas veces se asocia a la inclusión en WoS y específicamente a ocupar las más altas posiciones en este índice (especialmente en disciplinas de ciencias naturales y tecnología).

A diferencia de estas bases de datos de corriente principal, desde sus inicios, SciELO se ha definido como de acceso abierto, siendo consistente con una forma de publicación en América Latina, donde el financiamiento está dado principalmente por las instituciones patrocinantes de las revistas y no sus autorías o lectores y lectoras (Becerril García & Aguado-López, 2020). En este sentido, la incorporación de SciELO como criterio de calidad académica de las publicaciones abre interesantes puertas al potenciamiento de las redes regionales. No obstante, su incorporación (así como la de otras bases de datos regionales) como criterio de excelencia está muchas veces determinado por el carácter (semi-)periférico de la ciencia en la región, reproduciendo la estructura del mundo de la ciencia, ahora en base a criterios cuantificables.

Para los países de América Latina, y particularmente para el caso chileno, la publicación en revistas indexadas en bases de datos académicas como WoS o Scopus se ha consolidado como sinónimo de internacionalización de la producción científica, con internacional siendo sinónimo de centro. Este efecto constitutivo de las bases de datos e índices afecta con especial intensidad a los países en la periferia y semi-periferia del mundo de la ciencia. En estos espacios, la asimetría entre los circuitos de prestigio local e internacional son abismales con buena parte de los incentivos institucionales puestos en la producción internacional, lo que hace a estos territorios altamente dependientes de las políticas editoriales e intereses comerciales de estas bases de datos e índices (Beigel, 2013; Beigel & Bringel, 2022).

En suma, las bases de datos e índices académicos desempeñan hoy un papel importante en el funcionamiento de la ciencia latinoamericana y chilena. Mientras que en tanto criterio de calidad han permitido la identificación de fuentes de información confiable, por otro han tendido a reforzar la estructura centro-periferia del mundo de la ciencia, redefiniendo la centralidad como presencia y posición en estas bases de datos e índices. Las alternativas regionales como SciELO, Redalyc, Latindex o AmeliCA, si bien permiten la generación de espacios con mayor pertinencia territorial, no siempre logran ser utilizados como espacios de excelencia académica, especialmente para disciplinas de las ciencias naturales y tecnología. Al contrario, los índices de las bases de datos centrales se ubican, casi por definición en lo alto de la jerarquía, lo que no solo tiende a homogeneizar de los patrones de publicación, sino que refuerza la estructura centro-periferia del mundo de la ciencia.

Produção editorial em bibliotecas universitárias brasileiras: engajamentos criativos com publicações científicas abertas

As transformações tecnológicas e sociais ocorridas nas últimas décadas alteraram o *modus operandi* da comunicação e da produção científica, possibilitando a criação e a expansão de infraestruturas digitais que preconizam a transparência das práticas científicas e a democratização do acesso ao conhecimento. Nessa perspectiva, este capítulo examina a adesão das bibliotecas universitárias brasileiras ao planejamento e oferta de serviços editoriais próprios. Enquanto na América do Norte e na Europa o movimento da Library Publishing é uma realidade, na América Latina e, mais especificamente, no Brasil, a tendência ainda se encontra em estágio embrionário, caracterizado por práticas isoladas e ainda não integradas às discussões internacionais. Em termos de pesquisas, por outro lado, o cenário mostra-se também rarefeito e os poucos estudos publicados oferecem resultados panorâmicos. Adotando as técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, o presente estudo exhibe as iniciativas documentadas no Brasil, com a intenção de oferecer três tipos de resultados: a) Mapeamento de iniciativas de Library Publishing; b) Levantamento de treinamentos oferecidos; e c) Exemplos de boas práticas. O texto conclui com recomendações para o desenvolvimento de comunidades de práticas, para o compartilhamento de conhecimentos e experiências sobre edição científica como parte das atribuições profissionais das bibliotecas universitárias e para a oferta de treinamento em produção editorial pelos cursos de graduação em Biblioteconomia no país. Espera-se que o estudo contribua para inserir o Brasil no cenário internacional da Library Publishing, promovendo a ampla divulgação das ações empreendidas pelas bibliotecas nacionais em prol de um sistema de comunicação científica aberto, inclusivo e sustentável.

DOI: 10.62059/editorial.l001.c5

*Lucas dos Santos Souza da Silva*¹, *Fabio Castro Gouveia*², *Nanci Elizabeth Oddone*³, *Dayanne da Silva Prudencio*³

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, BR

² Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Brasília, DF, BR

³ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, BR

Introdução

O sistema de comunicação científica se constitui de um conjunto complexo de atividades, produções, formatos, plataformas e stakeholders integrados que incluem meios formais e informais (Bonn et al., 2023). Este sistema vem se desenvolvendo a séculos, porém no decorrer das últimas décadas com a ascensão da tecnologia digital, passa por consideráveis e aceleradas transformações, impactando os processos produtivos e comunicativos das publicações científicas (Meadows, 1999).

Uma dessas manifestações é a emergência do movimento em prol da Ciência Aberta que vem avançando com a proposta de desenvolver um ecossistema norteado pela disseminação livre do conhecimento científico através das redes globais de informação, se apropriando das tecnologias e convidando a participação de diversos atores através de colaborações e interatividade entre as partes envolvidas no ciclo de comunicação (Príncipe & Rode, 2022).

Nesta perspectiva, as bibliotecas universitárias e seus profissionais têm potencial de contribuir de maneira significativa, desenvolvendo produtos e serviços que contribuam com a produtividade, divulgação ampla, aberta e norteada pela receptividade tanto pela comunidade científica, quanto pela sociedade civil (Farias et al., 2018). A partir dessa compreensão, esta pesquisa assume a editoração como um campo de oportunidades para atuação dos bibliotecários podendo colaborar na produção e disseminação de recursos informacionais.

Na literatura internacional, essa atuação de bibliotecas e bibliotecários na aquisição, gestão e compartilhamento de infraestruturas editoriais é conhecida como Library Publishing. O movimento está em franca expansão no norte global, especialmente dentre as bibliotecas universitárias, evidenciadas pelas práticas documentadas na literatura científica. Em contrapartida, o Sul global carece de mais investigações sobre as práticas desenvolvidas para sua devida documentação e divulgação.

Nesta linha, questionamos: As bibliotecas universitárias brasileiras têm se engajado em atividades editoriais e no planejamento de projetos e serviços de criação, edição e publicação acadêmica-científica? É a partir desta questão, que nossa pesquisa se desenvolve, ampliando a pesquisa de Prudencio e Santos (Prudencio & Silva, 2023), que evidenciam que no Brasil, existem projetos sendo desenvolvidos, todavia são práticas isoladas e ainda não integradas às discussões internacionais. Portanto, a pesquisa justifica-se por alargar tal mapeamento em território nacional e ampliar para o contexto global das pesquisas em andamento, suscitando a união em uma comunidade de práticas destas iniciativas.

Metodologia

O estudo tem natureza básica, é descritivo e exploratório em seu fim e adota abordagem qualitativa para discutir seus resultados. A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida em fontes de informação como BRAPCI, Web of Science e Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações. Para tanto selecionamos artigos, capítulos de livros, comunicações em eventos, teses e dissertações que discutissem sobre editoração em bibliotecas universitárias, adotando expressões de busca, como “editoração AND biblioteca universitária”, “library publishing”, “publishing libraries”, “library publishing services”, “library publishing support services”, “academic library publishing”.

Como amostra, selecionamos as bibliotecas vinculadas às Universidades Federais brasileiras. O recorte justifica-se pela compreensão de indisponibilidade de tempo para cobrir todas as instituições de educação superior brasileiras. Desta maneira, após eleger a amostra, acessamos o site de cada instituição, entre fevereiro e março de 2024 e analisamos se havia a indicação de: 1) Serviços de editoração e publicação; 2) informações que vinculassem um portal de periódicos da universidade ou repositório institucional a Biblioteca ou Sistema de Bibliotecas Universitárias. Cumpre informar que consideramos serviços de editoração e/ou publicação em quaisquer mídias e formatos de publicação e que tais dados foram revisados em novembro de 2024.

Library Publishing: origens, institucionalização e internacionalização

Historicamente, as editoras universitárias desempenham um importante papel de difusão das pesquisas acadêmicas através de suas publicações, cujo sistema de negócios garantiam legitimidade e sustentabilidade da cadeia de publicações, assegurando a qualidade e o impacto das produções para a comunidade científica (Thompson, 2005). Porém, devido a críticas ao modelo político e econômico da cadeia de publicação tradicional (Sandy & Mattern, 2018), a transição da década de 1990 para os anos 2000, evidenciou uma ebulição de projetos, iniciativas e associações institucionais e governamentais em apoio ao movimento pelo Acesso Aberto.

O relatório intitulado “*University publishing in a digital age*” de 2007, uma das publicações mais importantes sobre o campo das publicações acadêmicas na era digital, salienta a oportunidade de parceria entre editores, bibliotecários e o corpo acadêmico na construção de sistemas de produção e publicação acessíveis e inclusivos, que considerem novas demandas por publicações, seja pelos formatos tradicionais revisados por pares ou até mesmo informais, através de servidores de *preprints*, blogs, diretórios e repositórios digitais, para compartilhamento de ideias, trabalhos e dados (Brown et al., 2007).

Logo, ressalta iniciativas de publicação em bibliotecas de suporte a produção acadêmica de sua comunidade, adotando tecnologias e infraestruturas de baixo custo para a edição de produções originais do corpo universitário para publicação em Acesso Aberto (Brown et al., 2007). Tal enquadramento conflui para um movimento conhecido como *Library Publishing* (Okerson & Holzman, 2015). “*Publishing libraries*”, “*library publishing services*”, “*library publishing support services*” são outros termos adotados para representar esta atuação (Bonn & Furlough, 2015), referindo-se ao engajamento de bibliotecas com processos de produção de conteúdo visando a publicação, apresentando trabalhos originais com aplicação de um nível de certificação (Hahn, 2008).

Ao analisar a discursividade acerca dessas iniciativas, é possível perceber diferentes interpretações sobre atividades, programas e projetos que as bibliotecas consideram como característicos do campo, podendo abarcar processos como: escrita, seleção, avaliação (revisão por pares), edição, *design*, composição, layout, formatação de produtos específicos, marketing, catalogação, distribuição e vendas, e assim os programas variam de acordo com suas prioridades, necessidades e capacidades (Bonn & Furlough, 2015; Sandy & Mattern, 2018).

Um das primeiras pesquisas sobre o tema foi empreendida pela *Association of Research Libraries* (ARL) e publicada em relatório em 2008, revelando que 44% das 80 bibliotecas membros da ARL que responderam ao estudo, estavam desenvolvendo serviços de publicação enquanto 21% estavam no processo de planejamento para desenvolver serviços de publicação. Também

revelou que a maioria dos serviços mapeados (88%) publicavam periódicos, enquanto outros 79% publicavam anais de conferências, e publicações monográficas. As publicações eletrônicas são as dominantes, ainda que as bibliotecas ofereçam em mídias impressas também (Hahn, 2008).

Os serviços mais comuns surgiram isolados e orientados ao suporte à publicação, tais como processos atrelados a digitalização de conteúdos, indexação e hospedagem de recursos em repositórios e bibliotecas, normalização técnica, auxiliados pelo desenvolvimento de softwares de código aberto, como *Open Journal Systems* (OJS), *Open Monograph Press* (OMP), *DSpace*, *DPubs* e outros. Posteriormente, face ao alargamento da experiência profissional, observa-se uma evolução para outros tipos de serviços de produção e editoração, curadoria de originais, na gestão da produção editorial, como no planejamento de fluxo das etapas, nas decisões acerca da preparação e design das publicações, de marcação e geração dos recursos eletrônicos, e sobre a impressão (Hahn, 2008; Hawkins, 2019).

Hahn (Hahn, 2008) também menciona o planejamento do fluxo de revisão por pares, exercida em colaboração com editores e revisores especialistas em determinado campo científico. Ainda assim, afirma que as bibliotecas têm poucas pretensões de produzir publicações bem elaboradas, evitando custos desnecessários, experimentando com novos formatos acessíveis, e modelos de negócio sustentáveis.

Em 2012, foi realizada uma nova pesquisa sob execução do Instituto *Educopia* para mapear as iniciativas no contexto norte-americano. Em decorrência do estudo, foi fundada em 2013 a *Library Publishing Coalition*, uma associação independente orientada a reunir as bibliotecas engajadas com publicações científicas em uma comunidade de práticas para compartilhamento de práticas estratégicas e defesa de um cenário mais transparente, inclusivo e sustentável (Schlosser, 2018).



Figura 1: Logo da Library Publishing Coalition. Fonte: Library Publishing Coalition (c2024).

Para a LPC, *Library Publishing* se trata do “conjunto de atividades liderados pela universidade e pelas bibliotecas universitárias em apoio à criação, disseminação, e curadoria de trabalhos científicos, criativos e educacionais” onde “geralmente, requer um processo de produção, apresenta trabalhos originais, seja por avaliação por pares ou por extensão da marca institucional”

(*Library Publishing Coalition*, c2024, *online*, tradução nossa). Se apresenta “baseada nos valores fundamentais das bibliotecas e construída sob as habilidades tradicionais de bibliotecários”, e que se diferencia de outros campos de publicação pela sua preferência pela disseminação em acesso aberto assim como a sua vontade de abarcar formatos informais e experimentais de comunicação científica e assim desafiar o status quo das publicações acadêmicas (*Coalition*, c2024c).

A LPC se compromete a mapear as iniciativas de *Library Publishing* desde sua fundação em 2013, publicando e atualizando anualmente o *Library Publishing Directory*, que sistematiza as bibliotecas publicadoras, seus modelos de negócio, as mídias e formatos de publicação, documenta suas práticas para fomentar alianças estratégicas visando avançar o desempenho dos programas (Lippincott, 2014).

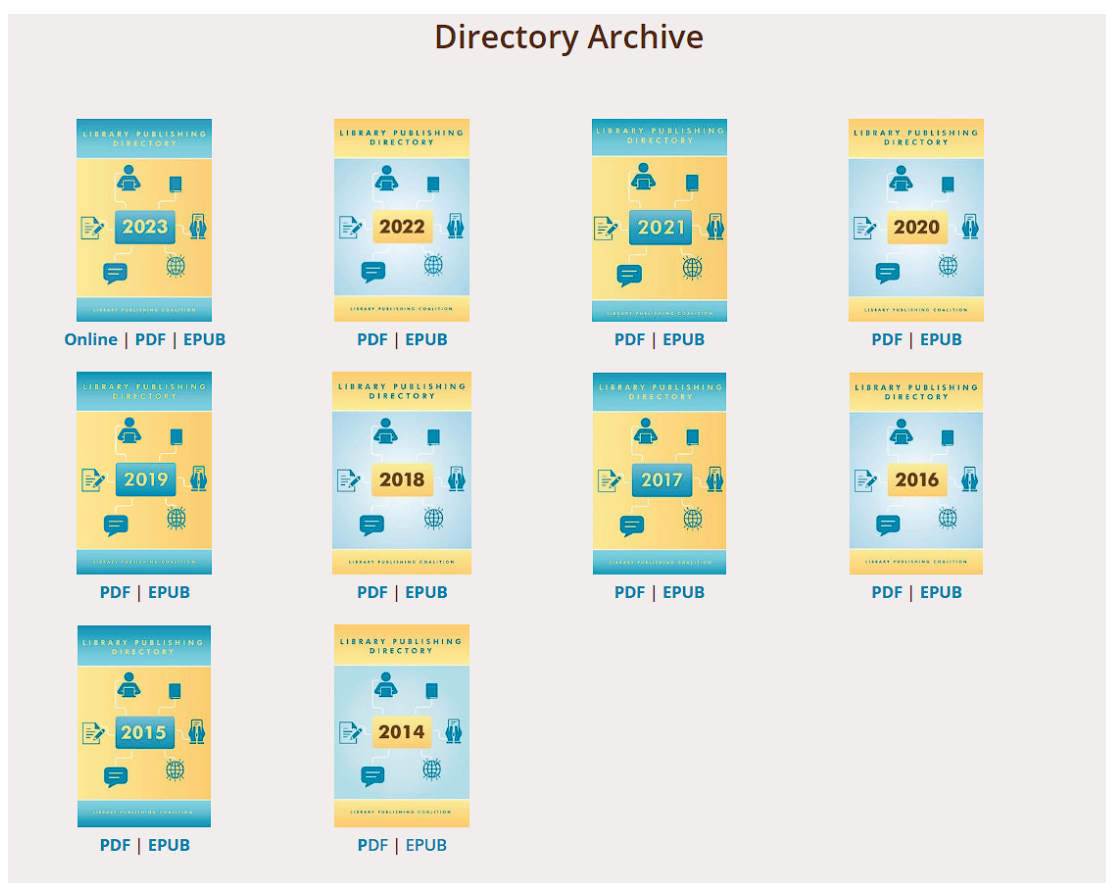


Figura 2: Edições do Library Publishing Directory (2014-2023). Fonte: Library Publishing Coalition (c2024).

A LPC se declara aberta a qualquer biblioteca universitária ou de pesquisa que deseje ou já esteja engajada com serviços de editoração e de publicação. No entanto, a associação como membro se dá através do pagamento de uma taxa, o que dificulta um dos objetivos de expansão em diversidade geográfica e de escopo dos projetos (Schlosser, 2018). Integrada em comunidade, a LPC compromete-se a desenvolver e promover projetos relevantes investindo no desenvolvimento profissional de todos seus associados, como: 1) o *Library Publishing Forum*, evento anual em

formato presencial e virtual que reúne a comunidade de profissionais investidos na publicação em bibliotecas para compartilhar seus conhecimentos através de painéis, apresentações e workshops (Coalition, c2024a); 2) e o primeiro curso em acesso aberto sobre o desenvolvimento de serviços editoriais em bibliotecas - o *Library Publishing Curriculum*, disponível em 3 formatos atualizados regularmente, sobre as boas práticas editoriais desenvolvidas nas bibliotecas (Skinner et al., 2021). Além deste, sistematizou e disponibilizou uma vasta bibliografia, contando atualmente mais de 360 materiais, produzida e atualizada regularmente sobre o campo no Zotero, e publicou outros guias e materiais de referência sobre o campo (Coalition, c2024b). Em 2018, foi criado o grupo especial de interesse de *Library Publishing* (IFLA LibPub SIG) Figura 3, pela *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA), durante o *IFLA World Library and Information Congress* em Kuala Lumpur com o propósito de promover este campo emergente. Com colaboração ativa da LPC, almeja atrair a comunidade internacional de bibliotecas a engajar-se no campo e colaborar no aprimoramento e mapeamento das iniciativas ao redor do mundo, sistematizadas no *IFLA Global Library Publishing Map* (Liu et al., 2024).



Figura 3: Logo do IFLA Library Publishing Special Interest Group. Fonte: O'Neill et al. (2022).

O mapeamento traz dados sobre vínculos institucionais dos projetos, ano de estabelecimento do serviço, modelos de negócios, políticas, formatos e mídias das publicações, equipes editoriais, áreas de especialidade, parcerias desenvolvidas, plataformas e softwares desenvolvidos e adotados Figura 4.

Global Library Publishing Map

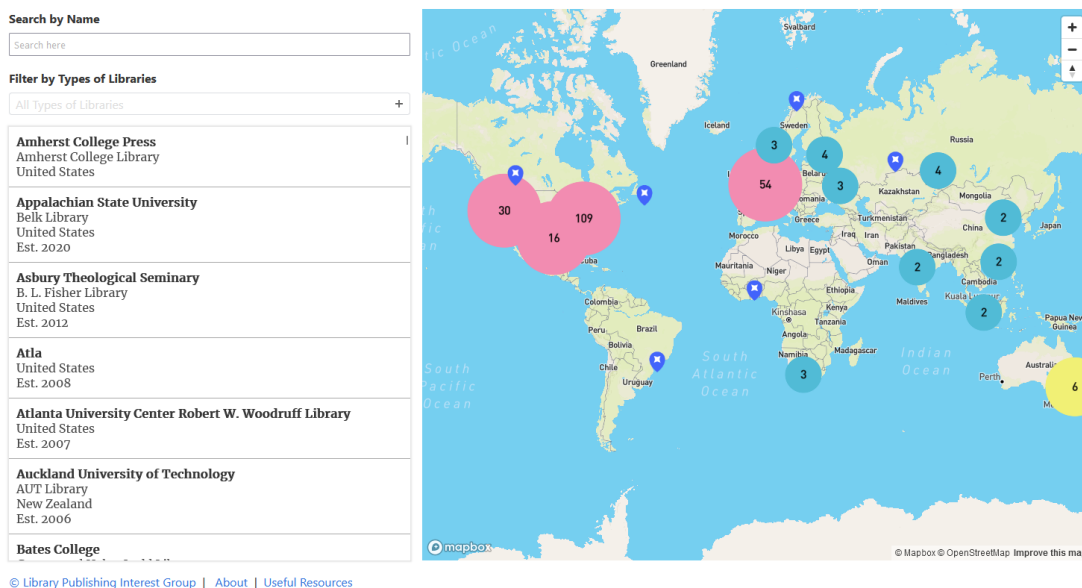


Figura 4: Plataforma IFLA Global Library Publishing Map. Fonte: IFLA LibPub SIG (c2025).

Na sua atualização de julho de 2023, 254 serviços foram incluídos. Especialmente sobre a participação de bibliotecas universitárias, foram contabilizados 225 projetos ao todo, uma vez que a base de membros da LPC é constituída por estas bibliotecas e aquelas de instituições de pesquisa, mantendo seu foco nas publicações acadêmicas (Liu et al., 2024). Com a colaboração do LPC, foi possível verificar a expansão e engajamento das bibliotecas no eixo internacional, ainda que se mantenha certa predominância de produções sobre o campo de *Library Publishing* no norte global, especialmente no continente norte-americano (Figura 5). Tal aspecto é justificável pelo fato de que a LPC é de matriz norte-americana, de onde vem sua base principal de membros. Todavia, torna-se necessário desenvolver agendas e discussões para além deste contexto, pensando em implementações de políticas nesta região (Berger, 2024).

Nos últimos anos está crescendo o número de discussões conduzidas pelo *IFLA Lib Pub SIG* para ampliar o alcance do mapa para cobrir outras regiões e países pelo mundo, sobretudo no sul global (Liu et al., 2024). Para isso, considera estabelecer um meio de atualização do mapa regularmente, e não somente pelos dados fornecidos pelo diretório da LPC, e preparar e adaptar o questionário para outras línguas na busca por atrair maior participação da comunidade internacional e ampliar a diversidade dos projetos registrados.

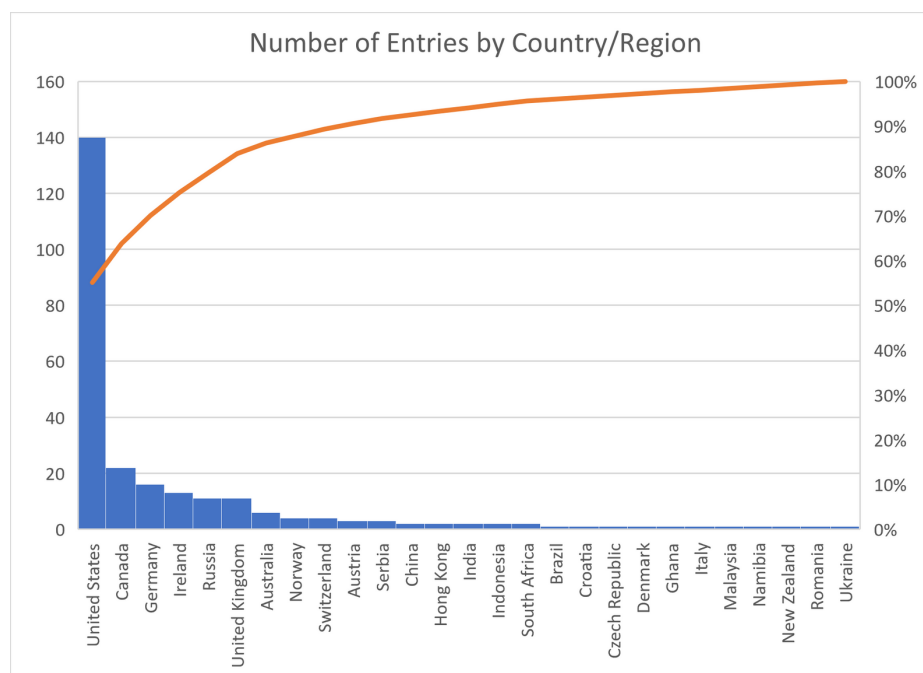


Figura 5: Países/regiões dos projetos mapeados pelo IFLA LibPub SIG. Fonte: Liu et al. (2024).

Library Publishing no Sul Global

Nossa pesquisa bibliográfica e documental identificou no hemisfério sul iniciativas na Austrália, África do Sul e Brasil. Algumas bibliotecas universitárias australianas e sul-africanas se destacam com suas experiências com editoração, onde há relatos que nas primeiras foram estabelecidas e administradas editoras por estas bibliotecas, com produções premiadas (Missingham e Kanellopoulos; 2014); já na África do Sul, a Biblioteca Universitária da Universidade de Cape Town (UCT), fundou em 2015 o serviço de editoração que se caracteriza pela ampla adoção, defesa e difusão do modelo de publicação diamante em acesso aberto, onde os custos de publicação são fomentados por políticas públicas governamentais e aportes institucionais, sendo desenvolvida a plataforma de acesso aberto continental *African Platform for Open Scholarship* para publicação de recursos provenientes de aproximadamente 15 instituições (Claassen, 2024).

Na América do Sul, algumas das pesquisas em destaque desenvolvidas sobre *Library Publishing* na região foram de Santillán-Aldana e Mueller (Santillán-Aldana & Mueller, 2016), Mangas-vega et al. (Mangas-vega et al., 2018), e Prudencio e Silva (Prudencio & Silva, 2023). O estudo de Mangas-vega et al. (Mangas-vega et al., 2018) revela relatos de experiências de autopublicação na literatura e confirma que os estudos sobre *Library Publishing* em outras regiões na América Latina são quase inexistentes.

Library Publishing no Brasil

Santillán-Aldana e Mueller (Santillán-Aldana & Mueller, 2016) traduzem a expressão do idioma inglês para Serviços de Editoração em Bibliotecas (SEBs) no contexto brasileiro. Em outra publicação, Santillán-Aldana (Santillán-Aldana, 2017) mostrou que discussões iniciais estavam sendo realizadas sobre o papel dos bibliotecários no processo de comunicação científica, e que estavam sendo implementados SEBs naquele momento, aplicando as características e princípios do movimento *Library Publishing* internacional, como a filosofia da Ciência Aberta e a liderança de bibliotecários nestes serviços, mas que não adotavam a identificação de SEBs. O autor ainda apontou que os serviços mais comuns eram de gestão de repositórios institucionais e portais de periódicos científicos, considerados o principal veículo de comunicação na região, com uma considerável produção sobre as experiências dos bibliotecários neste campo (Anna, 2019; Maimone & Tálamo, 2008; Martins et al., 2015; Mendes et al., 2020; Rodrigues et al., 2017; Santana & Francelin, 2016; Santana & Noronha, 2017; Silva et al., 2017) Farias et al. (Farias et al., 2018) apresentam o potencial dos bibliotecários em equipes editoriais, apontando as competências envolvidas ao longo de sua formação acadêmica-profissional que podem ser relevantes para sua atuação (Figura 6).

Mas ainda assim, os autores destacam que é imprescindível que os bibliotecários busquem formação continuada para desenvolver as competências editoriais que não possuem tanta atenção dos cursos de graduação tradicionais de Biblioteconomia. Listam em um organograma conhecimentos e habilidades necessárias (Figura 7).

A dissertação de Rosa (Rosa, 2018) é o primeiro trabalho que versa sobre serviços de publicação de livros em bibliotecas por meio de parcerias entre editores e bibliotecários, ao mesmo tempo que aprofunda sobre *Library Publishing* e traça algumas perspectivas para projeção do movimento no contexto brasileiro. Grants e Bem (Grants & Bem, 2019) também tratam sobre a edição e publicação de livros por biblioteca universitária, demonstrando a experiência do serviço editorial BU Publicações, da Biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

As publicações mais recentes de mapeamento panorâmico das experiências editoriais nas bibliotecas universitárias brasileiras foram de Santillán-Aldana e Mueller (Santillán-Aldana & Mueller, 2016) e Prudencio e Silva (Prudencio & Silva, 2023).

Enquanto o primeiro estudo evidencia um foco nos periódicos científicos, Prudencio e Silva (Prudencio & Silva, 2023) buscam outros formatos de publicações em bibliotecas universitárias, como livros, teses, dissertações, recursos educacionais abertos, relatórios técnicos. Neste desafio, a pesquisa obteve retorno de 5 serviços, sendo eles: a) um SEB coordenado pela biblioteca, e outros 4 em parcerias criativas com editoras universitárias. Acerca das motivações para ausência de serviços editoriais nas bibliotecas, os participantes do estudo destacaram a falta de recursos materiais e financeiros, a falta de profissionais para a demanda, a necessidade de capacitação profissional e do apoio institucional (Prudencio & Silva, 2023).

Ao aprofundar sobre a formação dos bibliotecários relacionada a serviços editoriais, verificou que a maioria dos participantes se declarou parcialmente aptos (55%), enquanto 24% declararam inaptos e 21% totalmente aptos. Os processos editoriais constituem um grande desafio para atuação dos bibliotecários. Muitos não têm a formação adequada para lidar com a complexidade relacionada a este trabalho, sendo necessário que o bibliotecário tenha um conhecimento básico sobre os processos, especialmente se sob sua supervisão (Prudencio & Silva, 2023).

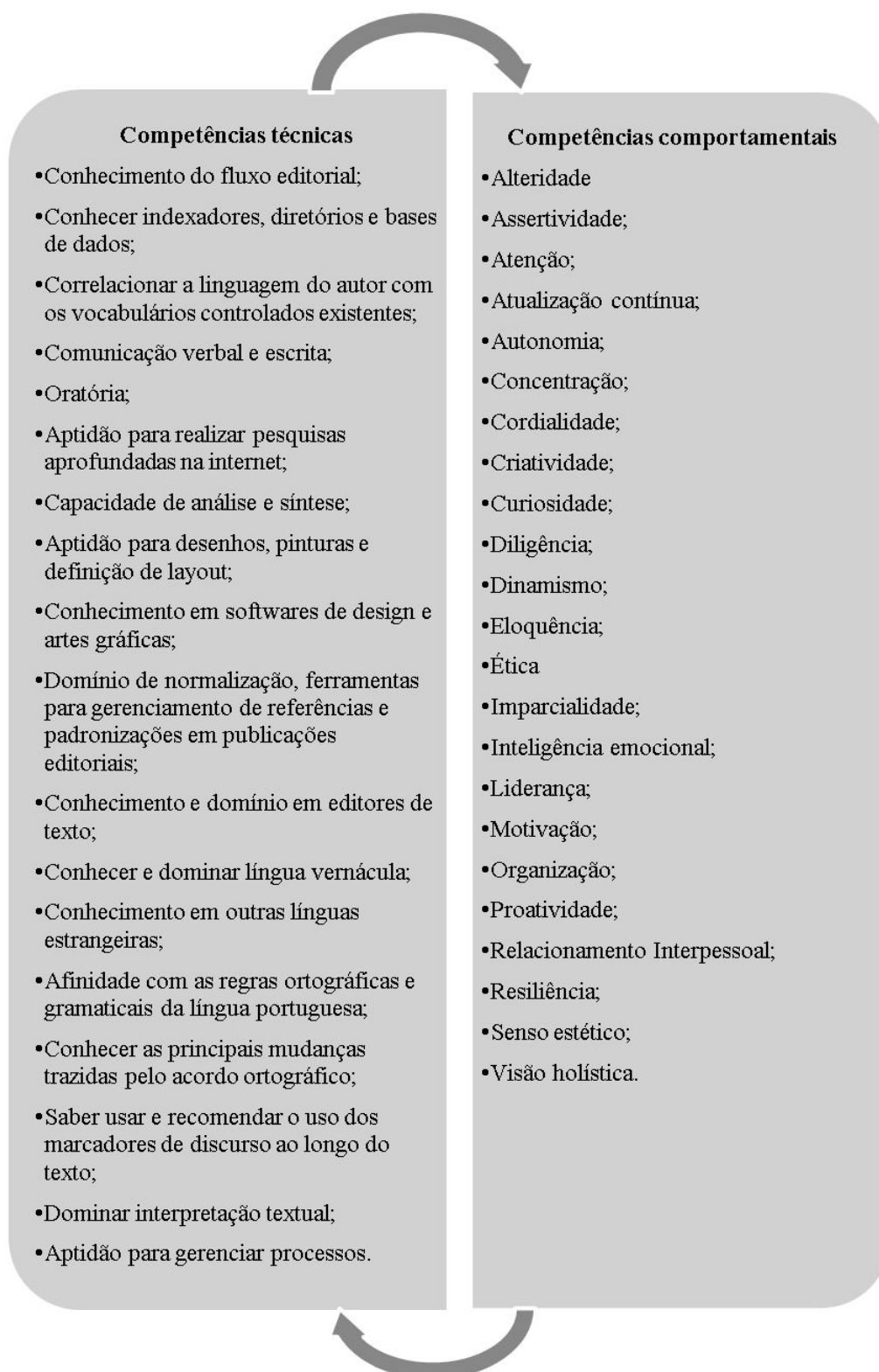


Figura 6: Competências do bibliotecário para atuar na editoração. Fonte: Farias et al. (2018).

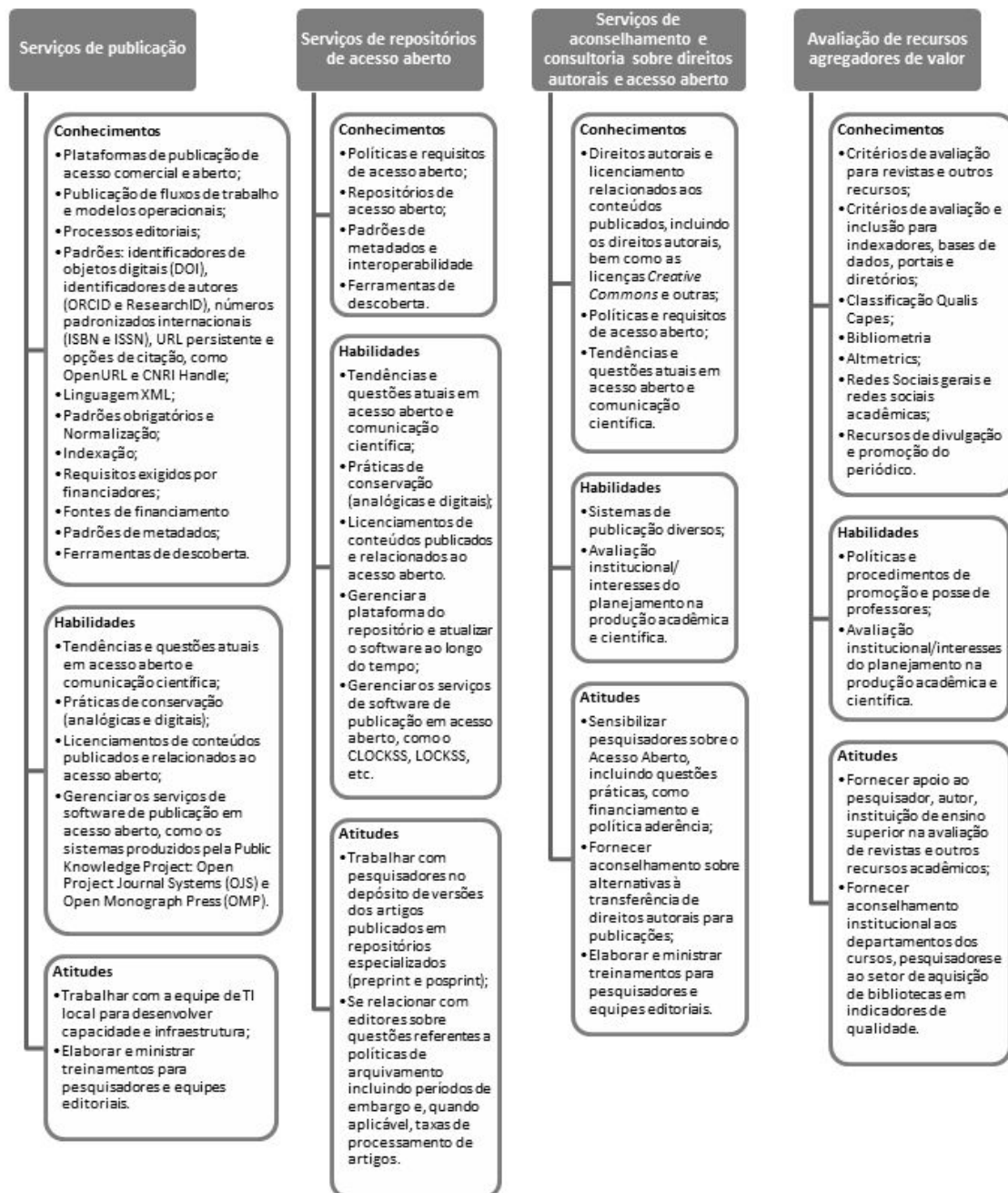


Figura 7: Conhecimentos, habilidades e atitudes para o bibliotecário atuar na editoração.

Fonte: Farias et al. (2018), adaptado de Calarco et al. (2016).

Pereira (M. A. de S. Pereira, 2019) investigou sobre o ensino de Editoração nos cursos de Biblioteconomia no Brasil, expondo a presença da disciplina na grade curricular de 23 cursos de 45 mapeados nas universidades brasileiras (Tabla 2), entre conceitos obrigatório, optativo ou eletivo, em suas modalidades presencial e/ou ensino a distância (EaD), tendo um expressivo número como disciplina obrigatória na grade curricular.

No entanto, é importante frisar que a aprendizagem de bibliotecários sobre os processos editoriais não deve se limitar a atividades educacionais formais, como curso de graduação e especializações com certificação. Há oportunidades em atividades educacionais informais, como autoinstrução, pesquisas, Curso Online Aberto e Massivo e, recursos educacionais abertos e, sobretudo, pela socialização de saberes entre bibliotecários (Prudencio & Silva, 2023). Adicionalmente, o estudo em tela aponta para a necessidade dos profissionais socializarem suas práticas e saberes em comunidades de práticas, relatos de experiência e publicações científicas. Sob esse panorama, a seguir listamos iniciativas *Library Publishing* que vem se desenvolvendo no Brasil, especialmente dentre as bibliotecas universitárias, para que haja futuramente uma integração em comunidade destes serviços para que possamos construir políticas e sistemas de informação sobre o campo no Brasil.

Análises e Resultados

A partir de pesquisa exploratória documental nos sites das bibliotecas universitárias federais brasileiras, sistematizamos no Tabla 1 abaixo algumas das Bibliotecas onde encontramos engajamento com produção editorial.

Tabla 1: Iniciativas Library Publishing em Bibliotecas Universitárias Federais Brasileiras

Universidade Federal	Biblioteca/ SIBI	Formatos das publicações	Mídias de publicações	Website das Iniciativas Library Publishing *
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)	Biblioteca Lourenço José Tavares Vieira da Silva	Livros, Livros Didáticos	Eletrônico, Impresso, com acesso restrito	https://portaleditora.ufra.edu.br/index.php?lang=pt
Universidade Federal do Tocantins	Sistema de Bibliotecas UFT	Anais de Conferências, Dissertações, Livros, Monografias, Relatórios e Boletins, Teses	Eletrônico, com licenças permissivas	
Universidade Federal de Santa Catarina	Biblioteca Universitária UFSC	Anais de Conferências, Livros	Eletrônico, com licenças permissivas	http://portal.bu.ufsc.br/servicos/bu-publicacoes/
Universidade Federal de Goiás (UFG)	Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Goiás (Sibi-UFG)	Livros, Relatórios e Boletins	Eletrônico, com licenças permissivas	https://bc.ufg.br/p/46992-boletim-informativo-sibi-ufg
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Sistema de Bibliotecas da UFMG	Periódicos, Relatórios e Boletins	Eletrônico, com licenças permissivas	https://www.bu.ufmg.br/bu_atual/comunicacao/publicacoes/
Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)	Sistema de Bibliotecas da UFSCAR	Guias e Manuais, Relatórios e Boletins	Eletrônico, com licenças permissivas	https://www.sibi.ufscar.br/publicacoes
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Sistema de Bibliotecas UFU	Guias e Manuais, Relatórios e Boletins	Eletrônico, com licenças permissivas	https://bibliotecas.ufu.br/sisbi/informativo-sisbi
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Sistema de Bibliotecas UFAM	Guias e Manuais	Eletrônico, com licenças permissivas	https://biblioteca.ufam.edu.br/publicacoes-sistebib.html
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Sistema de Bibliotecas UFRJ	Anais de Conferências, Guias e Manuais	Eletrônico, com licenças permissivas	http://www.sibi.ufrj.br/index.php/produtos-e-servicos/manuais-e-publicacoes

Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)	Sistema de Bibliotecas UNIPAMPA	Wiki	Eletrônico, com licenças permissivas	https://sites.unipampa.edu.br/sisbi/wikipampa/
--	---------------------------------	------	--------------------------------------	---

* Links de Acesso de dezembro de 2024.
Fonte: Os autores (2025).

Verificou-se que há uma certa preferência por publicações eletrônicas em acesso aberto sob licenciamento permissivo nos projetos mapeados. Dentre os formatos de publicações listados, em sua maioria foram de formatos tradicionais, como livros, periódicos, trabalhos monográficos, e publicações técnicas como guias, manuais e relatórios. Ainda assim foram encontrados projetos com publicações experimentais como boletins e wikis para informar a comunidade sobre atividades e eventos das bibliotecas, novas aquisições, serviços prestados, etc.

Foram identificados um serviço em parceria entre a editora universitária e a biblioteca universitária da UFRA, cujos produtos permanecem sob acesso restrito para compra, e outro em que a biblioteca possui um selo editorial para publicações – o BU Publicações da Biblioteca Universitária da UFSC. Os demais estavam sob a categoria “Publicações” na arquitetura do website da Biblioteca/SIBI.

Complementando a Tabla 1 de Santillán-Aldana e Mueller (Santillán-Aldana & Mueller, 2016), o Tabla 2 apresenta alguns portais de periódicos vinculados as bibliotecas universitárias brasileiras da amostra mapeados, seja administrados por estas ou que estas participam do Comitê Gestor.

Tabla 2: Portais de Periódicos vinculados a Bibliotecas Universitárias Federais Brasileiras

Universidade	Biblioteca / SIBI	Portal da Biblioteca *	Portal de Periódicos	Website do Portal *
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	Coordenadoria de Bibliotecas UFGD	https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/index	Portal de periódicos da UFGD	https://ojs.ufgd.edu.br/
Universidade Federal do ABC (UFABC)	Sistema de Bibliotecas UFABC	https://portal.biblioteca.ufabc.edu.br/	Portal de periódicos da UFABC	https://periodicos.ufabc.edu.br/
Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)	Sistema de Bibliotecas UNIPAMPA	https://sites.unipampa.edu.br/sisbi/	PUBLICA-SE - Portal de Periódicos da UNIPAMPA	https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/index
Universidade de Brasília (UnB)	Biblioteca Central da UnB	https://bce.unb.br/	Portal de Periódicos UnB	https://periodicos.unb.br/
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Sistema Universitário de Bibliotecas da UFBA	http://www.sibi.ufba.br/	Portal de Periódicos da UFBA	https://periodicos.ufba.br/
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)	Bibliotecas da UFFS	http://www.uffs.edu.br/institucional/pro-reitorias/graduacao/bibliotecas	Portal de Periódicos da UFFS	http://www.uffs.edu.br/institucional/pro-reitorias/graduacao/bibliotecas/portal-de-periodicos-da-uffs
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)	Bibliotecas UNILA	https://portal.unila.edu.br/biblioteca	Periódicos Digitais BI-UNILA	https://portal.unila.edu.br/biblioteca/biblioteca-digital/periodicos
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	Sistema de Bibliotecas UFAL	http://sibi.ufal.br/portal/	Portal de Periódicos da UFAL	https://sibi.ufal.br/portal/?page_id=1718
Universidade Federal de Alenas (UNIFAL-MG)	Sistema de Bibliotecas UNIFAL	https://www.unifal-mg.edu.br/bibliotecas/	Universidade Federal de Alenas - UNIFAL-MG - Revistas	http://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/

Produção editorial em bibliotecas universitárias brasileiras: engajamentos criativos com publicações científicas abertas

Universidade	Biblioteca / SIBI	Portal da Biblioteca *	Portal de Periódicos	Website do Portal *
Universidade Federal de Catalão (UFCAT)	Biblioteca Universitária UFCAT	https://bib.catalao.ufg.br/	Portal de Periódicos da Universidade Federal de Catalão (PP/UFCAT)	https://bib.catalao.ufg.br/p/periodicos-ufcat
Universidade Federal de Goiás (UFG)	Biblioteca Central (UFG)	https://www.bc.ufg.br/	Portal de Periódicos UFG	https://revistas.ufg.br/
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	Bibliotecas UFJF	https://www2.ufjf.br/biblioteca/	Portal de Periódicos Científicos da UFJF	https://periodicos.ufjf.br/
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)	Sistema de Bibliotecas UFMS	http://biblioteca.sites.ufms.br/	Portal de Periódicos da UFMS	https://portaldeperiodicos.ufms.br/
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Sistema de Bibliotecas da UFMG	https://www.bu.ufmg.br/bu_atual/	Periódicos UFMG	https://www.bu.ufmg.br/bu_atual/comunicacao/publicacoes/periodicos-ufmg/
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	Sistema de Bibliotecas e Informação UFOP	http://www.sisbin.ufop.br/	Portal de Periódicos Eletrônicos da UFOP	https://periodicos.ufop.br/
Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)	Sistema de Bibliotecas UFPEL	https://wp.ufpel.edu.br/sisbi/	Portal de Periódicos da UFPEL	https://periodicos.ufpel.edu.br/
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Sistema Integrado de Bibliotecas da UFPE	https://www.ufpe.br/sib	Portal de Periódicos da UFPE	https://www.ufpe.br/sib/periodicos
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Biblioteca Universitária UFSC	http://portal.bu.ufsc.br/	Portal de Periódicos UFSC	https://periodicos.bu.ufsc.br/
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	Biblioteca Central UFSM	https://www.ufsm.br/orgaos-suplementares/biblioteca/	Portal de Periódicos UFSM	https://periodicos.ufsm.br/
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)	Coordenadoria da Rede de Bibliotecas UNIFESP	https://bibliotecas.unifesp.br/	Portal de Periódicos da UNIFESP	https://bibliotecas.unifesp.br/#periodicos
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Sistema de Bibliotecas da UFU	https://www.bibliotecas.ufu.br/	Portal de Periódicos da UFU	http://www.seer.ufu.br/
Universidade Federal de Viçosa (UFV)	Biblioteca Central Professor Antônio Secundino de São José (UFV)	http://www.bbt.ufv.br/	UFV Journals	https://periodicos.ufv.br/
Universidade Federal do Ceará (UFC)	Sistema de Bibliotecas da UFC	http://www.ufc.br/biblioteca	Portal de Periódicos UFC	http://www.periodicos.ufc.br/
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	Sistema de Bibliotecas UFES	https://biblioteca.ufes.br/	Portal de Periódicos UFES	https://portalperiodicos.ufes.br/
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	Biblioteca Central UNIRIO	http://www.unirio.br/bibliotecacentral	Portal de Periódicos da UNIRIO	https://www.unirio.br/bibliotecacentral/periodicos/
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	Divisão de Bibliotecas UFMA	https://portais.ufma.br/PortalUnidade/dib/	Periódicos UFMA	http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Sistema de Bibliotecas da UFPR	https://portal.ufpr.br/	Biblioteca Digital de Periódicos da Universidade Federal do Paraná (BDP/UFPR)	https://revistas.ufpr.br/
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Sistema de Biblioteca e Informação UFRJ	http://www.sibi.ufrj.br/	Portal de Periódicos Eletrônicos da UFRJ	https://revistas.ufrj.br/
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Biblioteca Central Zila Mamede (UFRN)	http://sisbi.ufrn.br/bczm/	Portal de Periódicos Eletrônicos da UFRN	https://periodicos.ufrn.br/index/
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)	Sistema de Bibliotecas UFRPE	http://www.sib.ufrpe.br/	Portal de Periódicos Eletrônicos da UFRPE	http://www.journals.ufrpe.br/
Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)	Sistema de Bibliotecas UFERSA	https://bibliotecas.ufersa.edu.br/	Portal de Periódicos da UFERSA	https://bibliotecas.ufersa.edu.br/portal-de-periodicos-da-ufersa/

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	Sistema de Bibliotecas da UTFPR	http://portal.utfpr.edu.br/ /biblioteca	Portal de Periódicos Científicos da UTFPR	http://periodicos.utfpr.edu.br/
--	------------------------------------	---	--	---

* *Links de Acesso de dezembro de 2024.*
 Fonte: Os autores (2025).

Foram mapeados 33 portais de periódicos vinculados as Bibliotecas Universitárias Federais, em sua maioria administrados por elas, e outros sob participação no Comitê Gestor em colaboração com Editoras Universitárias, Pró-Reitorias, pesquisadores e docentes dos campi, etc.

Santana & Francelin (Santana & Francelin, 2016) listam atividades que podem ser desempenhadas por bibliotecários ao longo da sua atuação em equipes editoriais de periódicos científicos: Apoio técnico e administrativo, Assessoria técnica, Assessoria aos autores e pareceristas, Desenvolvimento de projetos, Editoria executiva, Elaboração de relatórios, Gerenciamento do fluxo editorial, Prestação de contas, Assistência editorial, Diagramação, Edição de texto, Produção editorial, Secretaria de edições, Gerenciamento de redes sociais, Manutenção do site do periódico, Marcação XML, Organização e gerenciamento de bases de dados virtuais, Divulgação ao público, Elaboração de análises métricas, Elaboração de Ficha catalográfica, Indexação, Normalização técnica, Organização e gerenciamento de bases de dados virtuais, e Revisão textual, e explica que muitas dessas atividades estão interrelacionadas a outras áreas profissionais como Administração, Editoração e Tecnologia da Informação, e que por isso a necessidade de constante atualização do bibliotecário para compreender novas tendências, conceitos e práticas.

Os repositórios institucionais vieram se tornando uma importante e inovadora ferramenta para disseminar as produções das universidades em acesso aberto no contexto digital. Algumas competências dos bibliotecários os fazem profissionais aptos para desenvolver-se na gestão de repositórios digitais, como: conhecimento sobre licenças e direitos autorais, preceitos éticos do movimento acesso aberto, experiência em suporte técnico, de atribuições de metadados, identificadores digitais, e indexação, compreensão de mídias e sistemas de integração de conteúdos, da divulgação de conteúdos, da curadoria e preservação digital (Shintaku & Vidotti, 2016).

O Tabla 3 lista alguns repositórios e bibliotecas digitais vinculadas as bibliotecas desta amostra, demonstrando que há suporte e colaboração dos bibliotecários na gestão de publicações científicas institucionais.

Produção editorial em bibliotecas universitárias brasileiras: engajamentos criativos com publicações científicas abertas

Tabla 3: Repositórios e Bibliotecas Digitais vinculados a Bibliotecas Universitárias Federais Brasileiras

Universidade	Biblioteca / SIBI	Portal da Biblioteca *	Biblioteca Digital / Repositório	Website *
Fundação Universidade Federal Da Grande Dourados (UFGD)	Coordenadoria de Bibliotecas UFGD	https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/index	Repositório Institucional UFGD	https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio
Fundação Universidade Federal De Ciências Da Saúde De Porto Alegre (UFCSPA)	Biblioteca Paulo Lacerda de Azevedo (UFCSPA)	https://ufcspa.edu.br/vida-academica/biblioteca	Repositório Institucional da UFCSPA (RI-UFCSPA)	https://repositorio.ufcspa.edu.br/
Fundação Universidade Federal De Rondônia (UNIR)	Sistema de Bibliotecas (SIBI)	http://www.bibliotecacentral.unir.br/	Repositório Institucional UNIR	http://www.ri.unir.br/jspui/
Fundação Universidade Federal Do Pampa - Unipampa (UNIPAMPA)	Sistema de Bibliotecas da UNIPAMPA	https://sites.unipampa.edu.br/sisbi/	Repositório Institucional da UNIPAMPA	https://repositorio.unipampa.edu.br/
Fundação Universidade Federal Do Tocantins (UFT)	Sistema de Bibliotecas UFT	https://ww2.uft.edu.br/sisbib	Repositório Institucional da UFT	http://repositorio.uft.edu.br/
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)	Sistema de Bibliotecas da Unilab (Sibiuni)	http://unilab.edu.br/biblioteca-universitaria-unilab/	Repositório Institucional UNILAB	http://repositorio.unilab.edu.br/
Universidade de Brasília (UNB)	Sistema de Bibliotecas da Universidade de Brasília (SiB-UnB)	https://bce.unb.br/	Repositório Institucional RIUnB	https://bce.unb.br/bibliotecas-digitais/repositorio/
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Sistema Universitário de Bibliotecas UFBA	http://www.sibi.ufba.br/	Repositório Institucional UFBA	https://sibi.ufba.br/repositorio-institucional-ufba
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)	Divisão de Bibliotecas UFFS	http://www.uffs.edu.br/institucional/pro-reitorias/graduacao/bibliotecas	Repositório Institucional UFFS	https://rd.uffs.edu.br/
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)	Biblioteca Latino-Americana (BIUNILA)	https://portal.unila.edu.br/biblioteca	Repositório Institucional da UNILA (RI-UNILA)	https://portal.unila.edu.br/biblioteca/repositorio-institucional
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	Sistema de Bibliotecas da UFAL	http://sibi.ufal.br/portal/	Repositório Institucional da Ufal (RI/UFAL)	https://sibi.ufal.br/portal/?page_id=1334
Universidade Federal de Catalão (UFCAT)	Biblioteca Universitária - UFCAT	https://bib.catalao.ufg.br/	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFCAT)	https://bib.catalao.ufg.br/p/btdt
Universidade Federal de Goiás (UFG)	Sistema de Bibliotecas (UFG)	https://www.bc.ufg.br/	Repositório Institucional UFG	http://repositorio.bc.ufg.br/tede/
Universidade Federal de Jataí (UFJ)	Sistema de Bibliotecas UFJ	https://bibliotecas.jatai.ufg.br/	Repositório Institucional UFJ	https://sophia.ufj.edu.br/TerminalWebRI
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	Centro de Difusão do Conhecimento (CDC-UFJF)	https://www2.ufjf.br/biblioteca/	Repositório Institucional Digital da Produção Científica e Intelectual da UFJF (RI-UFJF)	https://www2.ufjf.br/biblioteca/pesquisa/repositorioinstitucional/
Universidade Federal de Lavras (UFLA)	Biblioteca Universitária UFLA	http://biblioteca.ufla.br/site/	Repositório Institucional RI-UFLA	http://repositorio.ufla.br/
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	Biblioteca Central UFMT	https://www.ufmt.br/unidade/biblioteca	Repositório Institucional UFMT	https://ri.ufmt.br/
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)	Biblioteca Digital de Monografias	https://bdm.ufmt.br/		
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)	Sistema de Bibliotecas UFMS	http://biblioteca.sites.ufms.br/	Repositório Institucional UFMS	https://repositorio.ufms.br/
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Sistema de Bibliotecas da UFMG (BU-SB/UFMG)	https://www.bu.ufmg.br/bu_atual/	Repositório Institucional (RI-UFMG)	https://repositorio.ufmg.br/
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	Sistema de Bibliotecas e Informação UFOP	http://www.sisbin.ufop.br/	Repositório Institucional UFOP	https://www.repositorio.ufop.br/

Universidade	Biblioteca / SIBI	Portal da Biblioteca *	Biblioteca Digital / Repositório	Website *
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Sistema Integrado de Bibliotecas (UFPE)	https://www.ufpe.br/sib	ATTENA - Repositório Digital da UFPE	https://repositorio.ufpe.br/
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Biblioteca Universitária UFSC	http://portal.bu.ufsc.br/	Repositório Institucional UFSC	http://www.repositorio.ufsc.br/
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	Sistema de Bibliotecas da UFSM	https://www.ufsm.br/orgaos-suplementares/biblioteca/	Manancial - Repositório Digital UFSM	https://repositorio.ufsm.br/
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	Sistema Integrado de Bibliotecas UFSCar	https://www.sibi.ufscar.br/	Repositório Institucional UFSCar	https://repositorio.ufscar.br/
Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ)	UFSJ Bibliotecas	http://dibib.ufsj.edu.br/	Repositório Institucional da UFSJ (RI-UFSJ)	http://dibib.ufsj.edu.br/wordpress/?page_id=80
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)	Coordenadoria da Rede de Bibliotecas UNIFESP	https://bibliotecas.unifesp.br/	Repositório Institucional UNIFESP	https://repositorio.unifesp.br/
Universidade Federal de Sergipe (UFS)	Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Sergipe - SIBIUFS	http://bibliotecas.ufs.br/pagina/152-bibliotecas-da-ufs	Repositório Institucional (RIUFS)	https://ri.ufs.br/
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Sistema de Bibliotecas (UFU)	https://www.bibliotecas.ufu.br/	Repositório Institucional UFU	http://repositorio.ufu.br/
Universidade Federal de Viçosa (UFV)	Biblioteca Central Professor Antônio Secundino de São José	http://www.bbt.ufv.br/	LOCUS - Repositório institucional da Universidade Federal de Viçosa	https://www.bbt.ufv.br/repositorio/
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE)	Sistema Integrado de Bibliotecas UFAPE	http://ufape.edu.br/br/biblioteca-ariano-suassuna	Repositório Institucional da UFRPE (RI UFRPE)	https://repository.ufpe.br/
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)	Biblioteca Central UNIFAP	https://www2.unifap.br/biblioteca/	Repositório Institucional UNIFAP	http://repositorio.unifap.br/
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Sistema de Bibliotecas da UFAM	https://biblioteca.ufam.edu.br/	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFAM	https://tede.ufam.edu.br/
Universidade Federal do Ceará (UFC)	Sistema de Bibliotecas (UFC)	http://www.ufc.br/biblioteca	Repositório Institucional (UFC)	https://biblioteca.ufc.br/pt/servicos-e-produtos/repositorio-institucional/
Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAR)	Biblioteca Central UFDPAR	https://ufdpar.edu.br/ufdpar/biblioteca	Repositório Institucional UFDPAR	https://repositorioinstitucional.ufdpar.edu.br/
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	Sistema Integrado de Bibliotecas UFES	https://biblioteca.ufes.br/	Repositório Institucional UFES	https://repositorio.ufes.br/home
Universidade Federal do Estado do Rio De Janeiro (UNIRIO)	Sistema de Bibliotecas da UNIRIO (UNIBIBLI)	http://www.unirio.br/bibliotecacentral	Hórus - Repositório Institucional da UNIRIO	https://www.unirio.br/bibliotecacentral/horus
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	Núcleo Integrado de Bibliotecas (NIB-UFAM)	https://portais.ufma.br/PortalUnidade/dib/	Repositório Institucional UFMA	https://repositorio.ufma.br/jsui/
Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)	Sistema de Bibliotecas da UFNT	https://ufnt.edu.br/sistema-de-bibliotecas-sibi-da-ufnt/	Repositório Institucional UFNT	https://repositorio.uft.edu.br/?locale=pt_BR
Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)	Sistema Integrado de Bibliotecas UFOPA	http://ufopa.edu.br/sibi/	Poraquê - Repositório Institucional UFOPA	https://repositorio.ufopa.edu.br/jsui/
Universidade Federal do Pará (UFPA)	Sistema de Bibliotecas UFPA	http://bc.ufpa.br/	Repositorio Institucional da UFPA. Biblioteca Digital de Monografias da UFPA	https://repositorio.ufpa.br/
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Sistema de Bibliotecas da UFPR	https://portal.ufpr.br/	Repositório Digital Institucional da UFPR (RDI/UFPR)	https://bibliotecas.ufpr.br/repositorio/

Produção editorial em bibliotecas universitárias brasileiras: engajamentos criativos com publicações científicas abertas

Universidade	Biblioteca / SIBI	Portal da Biblioteca *	Biblioteca Digital / Repositório	Website *
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)	Sistema de Bibliotecas UFRB	https://www.ufrb.edu.br/biblioteca/	Cabloco - Repositório Institucional UFRB	https://ri.ufrb.edu.br/
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Sistema de Bibliotecas e Informação UFRJ	http://www.sibi.ufrj.br/	Pantheon - Repositório Institucional da UFRJ	http://www.sibi.ufrj.br/index.php/inicio/524-pantheon-repositorio-institucional-da-ufrj
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Biblioteca Central Zila Mamede (UFRN)	http://sisbi.ufrn.br/bczm/	Repositório Institucional UFRN	https://repositorio.ufrn.br/
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)	Sistema de Bibliotecas da UNIFESSPA	https://sibi.unifesspa.edu.br/	Repositório Institucional (RI) da UNIFESSPA	https://repositorio.unifesspa.edu.br/
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	Sistema de Bibliotecas da UFVJM	http://ufvjm.edu.br/biblioteca/	Repositório Institucional da UFVJM	http://ufvjm.edu.br/biblioteca/repositorioinstitucional.html
Universidade Federal Fluminense (UFF)	Superintendência de Documentação UFF	http://www.uff.br/?q=grupo/sistema-de-bibliotecas-e-arquivos-uff	Repositório Institucional UFF	http://www.repositorio.uff.br/jspui/
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)	Sistema Integrado de Bibliotecas UFRPE	http://www.sib.ufrpe.br/	Repositório Institucional da UFRPE	https://repository.ufrpe.br/
Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)	Sistema de Bibliotecas UFERSA	https://bibliotecas.ufersa.edu.br/	Repositório Digital da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (RDU)	https://repositorio.ufersa.edu.br/home

* Links de Acesso de dezembro de 2024.
Fonte: Os autores (2025).

Os repositórios mapeados são majoritariamente administrados por setores ou departamentos de Tecnologia Digital ou Informação e Tecnologia de Bibliotecas Centrais ou Sistemas de Bibliotecas vinculadas as Universidades Federais. Outros casos envolvem a participação da Biblioteca no Comitê Gestor, em colaboração com outros agentes como editoras universitárias, Pró-Reitorias, departamentos de tecnologia e sistemas de informação da universidade, pesquisadores e docentes.

Às bibliotecas cabem a curadoria dos materiais a serem publicados, como trabalhos acadêmicos incluindo em sua maioria dissertações, teses e anais de eventos, e a supervisão do fluxo editorial para atender as normas e políticas editoriais do repositório desenvolvidas por elas. Também desenvolvem para a comunidade de usuários guias e manuais de orientação sobre autoarquivamento de materiais, sobre navegabilidade e buscas no repositório.

Com o desenvolvimento de infraestruturas acessíveis para publicações, como o OJS, OMP, *DSpace* e outros recursos tecnológicos, as bibliotecas universitárias lideraram a introdução dos repositórios digitais e portais de periódicos eletrônicos no Brasil, expandindo a abrangência de suas atividades para aliar-se a publicação científica aberta de modelo econômico mais sustentável e democrático, impulsionando a criação de sistemas de informação científica de primeira fonte (Shintaku & Vidotti, 2016).

Considerações Finais

O surgimento do movimento reconhecido como *Library Publishing* representa um campo de possibilidades, com as bibliotecas se engajando com serviços criativos e inovadores colaborando com projetos de produção e edição de publicações originais, se apropriando das tecnologias digitais e de infraestruturas acessíveis para promoção de um sistema de comunicação ético, inclusivo, acessível e transparente.

Ao se envolverem ativamente no processo editorial, as bibliotecas podem inovar com projetos originais e relevantes de baixo custo, contribuir para a disseminação eficiente do conhecimento acadêmico e científico em resposta às demandas sociais, apoiando a publicação de produtos acadêmico-científicos que promovam o acesso aberto, e fomentem a literacia digital.

Este capítulo expôs um panorama de atuações das bibliotecas brasileiras em perspectiva ao cenário global da *Library Publishing*, compartilhando as ações já desenvolvidas, que se destacam para além de projetos com publicações de formatos tradicionais e experimentais, com a gestão de repositórios institucionais, portais de periódicos eletrônicos e sistemas de informação.

Espera-se que as bibliotecas com atividades editoriais possam se unir em comunidade de práticas para planejar um movimento de suporte as iniciativas *Library Publishing* em território nacional, fomentar políticas que regulem as iniciativas, a começar pela capacitação dos profissionais com as boas práticas em produção editorial, pela busca de parcerias para desenvolvimento de projetos diversos e inclusivos, e a divulgação das atividades e produtos criativos para atrair uma comunidade interessada nas atividades das bibliotecas.

Outrossim, espera-se que com estas iniciativas mapeadas, possamos divulgar as ações dos bibliotecários na esfera da produção e comunicação, compartilhando estes dados coletados, com os pares, grupos de pesquisa e associações profissionais nacionais e internacionais, e integrando-os a plataforma *Global Library Publishing Map* do grupo *IFLA Lib Pub SIG*.

Referencias

- ACRL. (2016). *Principles and Strategies for the Reform of Scholarly Communication 1*. Association of College; Research Libraries.
- Ahmad, R., & Rafiq, M. (2023). Global perspective on digital preservation policy: A systematic review. *Journal of Librarianship and Information Science*, 55(3), 859-867. <https://doi.org/10.1177/09610006221111572>
- Aksnes, D. W., Langfeldt, L., & Wouters, P. (2019). Citations, Citation Indicators, and Research Quality: An Overview of Basic Concepts and Theories. *SAGE Open*, 9(1), 2158244019829575. <https://doi.org/10.1177/2158244019829575>
- Alonso-Gamboa, J. O., & Russell, J. M. (2012). Base de datos bibliográficas de América Latina: Una perspectiva histórica. *Revista Española de Documentación Científica*, 35(4), 505-528. <https://doi.org/10.3989/redc.2012.4.904>
- Alperin, J. P., Babini, D., & Fischman, G. (2015). Contributions of Latin American Scholarship to Global Understanding: Discoverability, Funding, and Collaboration. *Educación Superior y Sociedad*, 20, 1-30.
- Anna, J. S. (2019). O bibliotecário na editoração de periódicos científicos eletrônicos: Possibilidades empreendedoras. *Informatio*, 24(1), 25-41. <https://doi.org/10.35643/info.24.1.3>
- Aparicio, A., Banzato, G., & Liberatore, G. (2016). *Manual de gestión editorial de revistas científicas de ciencias sociales y humanas: Buenas prácticas y criterios de calidad*. CLACSO.
- Appel, A. L., & Albagli, S. (2019). The adoption of Article Processing Charges as a business model by Brazilian Open Access journals. *Transinformação*, 31, e180045. <https://doi.org/10.1590/2318-0889201931e180045>
- Araujo, P. M. B., & Souza, R. F. D. (2016). Aspectos técnicos da preservação digital de periódicos brasileiros em ciência da informação. *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 14(3), 561. <https://doi.org/10.20396/rdbci.v14i3.8646337>
- Araújo, C. A., Silva, P., & Santos, M. (2021). Academic Publishing and Information Overload: Challenges for Quality Assessment. *Information Processing & Management*, 58(4), 102567. <https://doi.org/10.1016/j.ipm.2021.102567>
- Archambault, É., Vignola-Gagné, É., Côté, G., Larivière, V., & Gingras, Y. (2006). Benchmarking Scientific Output in the Social Sciences and Humanities: The Limits of Existing Databases. *Scientometrics*, 68(3), 329-342. <https://doi.org/10.1007/s11192-006-0115-z>
- Arezki, R., Candelon, B., & Sy, A. N. R. (2018). Global Financial Crisis and Economic

- Development: Heterogeneous Effects across Regions. *Journal of Development Economics*, 134, 1-15. <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2018.05.001>
- Ascorra, P., Costa-Roldán, I., Cyrano, M., Muñoz-Cornejo, A., Muñoz-Riveros, G., Palma, S., Parodi, G., & Parra-Araya, A. (2018). *Manual de buenas prácticas editoriales*. Pontificia Universidad Católica de Valparaíso.
- Baiget, T. (2020). *Manual SCImago de revistas científicas: Creación, gestión y publicación*. Ediciones Profesionales de la Información SL.
- Baldwin, M. (2015). Peer Review and Scientific Quality: Standards and Practices in Academic Publishing. *Journal of Scholarly Publishing*, 46(3), 234-251. <https://doi.org/10.3138/jsp.46.3.234>
- Balogun, T., & Kalusopa, T. (2021). A framework for digital preservation of Indigenous knowledge system (IKS) in repositories in South Africa. *Records Management Journal*, 31(2), 176-196. <https://doi.org/10.1108/RMJ-12-2020-0042>
- Bazerman, C. (1988). *Shaping Written Knowledge: The Genre and Activity of the Experimental Article in Science*. University of Wisconsin Press.
- Becerril García, A., & Aguado-López, E. (2020). Ecosistema del acceso abierto en América Latina: Una evaluación de la región. *Palabra Clave*, 9(2), e095. <https://doi.org/10.24215/18539912e095>
- Beigel, F. (2013). David y Goliat: Publicación científica y bibliometría. *Revista CTS*, 8(23), 15-32.
- Beigel, F. (2016). Peripheral Scientists, between Ariel and Caliban: Institutional Knowledge and Circuits of Recognition in Argentina. *Dados*, 59(1), 215-252. <https://doi.org/10.1590/00115258201681>
- Beigel, F., & Bringel, B. (2020). Academic Dependency and Professionalization in the South: Perspectives from the Periphery. *Current Sociology*, 68(2), 127-150. <https://doi.org/10.1177/0011392119897761>
- Beigel, F., & Bringel, B. (2022). Academic Publishing in Latin America: Dependency and Regional Initiatives. *Current Sociology*, 70(3), 412-435. <https://doi.org/10.1177/0011392121995815>
- Berger, M. (2024). Library Publishing in the Global South: Research in Progress. 027.7, 11(1). <https://doi.org/10.21428/1bfadeb6.6574c15f>
- Bezjak, S., Clyburne-Sherin, A., Conzett, P., Fernandes, P., Görögh, E., Helbig, K., Kramer, B., Labastida, I., Niemeyer, K., Psomopoulos, F., Ross-Hellauer, T., Schneider, R., Tennant, J., Verbakel, E., Brinken, H., & Heller, L. (2018). *Open Science Training Handbook*. <https://doi.org/10.5281/ZENODO.1212496>
- Biblat. (2024). *MetaMetrics: Indicadores para revistas de Ciencias Sociales y Humanidades*. <https://biblat.unam.mx/es/sobre-metametrics>
- Biblat. (2025). *Núcleo básico de revistas mexicanas en Ciencias Sociales y Humanidades [consulta en línea]*. <https://biblat.unam.mx/es/nucleorevistas>
- Boderó Poveda, E. M., & De Giusti, M. R. (2024). *Modelo de madurez para preservación digital*. Editorial Esprint. <https://doi.org/10.61347/ei-lib.2>
- Bonn, M., Bolick, J., & Cross, W. (2023). *Scholarly Communication Librarianship and Open Knowledge*. Association of College; Research Libraries. <https://bit.ly/SCLAOK>

- Bonn, M., & Furlough, M. (2015). *Getting the word out: Academic libraries as scholarly publishers*. Association of College; Research Libraries. http://www.ala.org/acrl/sites/ala.org.acrl/files/content/publications/booksanddigitalresources/digital/9780838986981_getting_OA.pdf
- Brasil, S. (2024). *Criterios, política y procedimientos para la admisión y permanencia de revistas científicas en la Colección SciELO Brasil*. <https://www.scielo.br/media/files/20240900-Criterios-SciELO-Brasil-es.pdf>
- Brown, L., Griffiths, R., & Rascoff, M. (2007). University Publishing in a Digital Age. *The Journal of Electronic Publishing*, 10(3). <https://doi.org/10.3998/3336451.0010.301>
- Budapest Open Access Initiative. (2012). *Ten years on from the Budapest Open Access Initiative: Setting the default to open*. <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai10/>
- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2018). *Tutorial para uso do software [de análise textual] Iramuteq*. UFSC.
- Cetto, A. M., Alonso-Gamboa, J. O., & Packer, A. L. (2015). *La Ciencia en América Latina: Visibilidad e Invisibilidad*. FECYT.
- Choi, S. (2012). Center and Periphery in Global Science: The Case of South Korea. *Science, Technology & Society*, 17(2), 185-207. <https://doi.org/10.1177/0971721812442964>
- Choy, S., Crofts, N., Fisher, R., Choh, N. L., Nickel, S., Oury, C., & Slaska, K. (2016). *The UNESCO/PERSIST guidelines for the selection of digital heritage for long-term preservation*. UNESCO.
- Claassen, J. (2024). Library publishing as an alternative model for the advancement of African scholarship. *027.7*, 11(1). <https://doi.org/10.21428/1bfadeb6.1c2d2fb5>
- Coalition, L. P. (c2024a). *2025 Library Publishing Forum*. <https://librarypublishing.org/forum/>.
- Coalition, L. P. (c2024b). *Library Publishing Bibliography*. <https://librarypublishing.org/resources/>.
- Coalition, L. P. (c2024c). *Library Publishing Coalition | Academic & Research Libraries Engaged in Scholarly Publishing*. <https://librarypublishing.org/>.
- Comité Asesor en Ciencia Abierta y Ciudadana. (2022). *Diagnóstico y lineamientos para una política de ciencia abierta en Argentina*. Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación. http://eprints.rclis.org/44289/1/documento_final_comite_cayc_dic_22.pdf
- Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología (CONACyT). (2017). *Lineamientos generales de ciencia abierta*. Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología. https://www.repositorionacionalcti.mx/docs/normatividad/lineamientos_Generales_de_Ciencia_Abierta.pdf
- Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología (CONACYT). (2018). *Libro blanco de ciencia abierta*. Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología. https://secihti.mx/wp-content/uploads/transparencia/planes_programas_informes/libros_blanco/Ciencia_Abierta.pdf
- Corde, M. C., Viñas, M., & Vallefin, C. (2020). Preservar la producción académica digital para el futuro: políticas diseñadas en los repositorios de Argentina. *Informatio*, 25(2).

- <https://doi.org/10.35643/Info.25.2.2>
- Corrado, E. M. (2022). Digital Preservation Is Not Just a Technology Problem. *Technical Services Quarterly*, 39(2), 143-151. <https://doi.org/10.1080/07317131.2022.2045432>
- Cronin, B. (2013). Citation Analysis and the Politics of Knowledge. *Journal of Documentation*, 69(3), 348-366. <https://doi.org/10.1108/JD-12-2012-0158>
- Dahler-Larsen, P. (2014). *The Evaluation Society: Critique, Contestability and Skepticism*. Springton.
- Day, M. (2009). Preserving the outputs of scholarly communication for the long-term: a review of recent developments in digital preservation for electronic journal content. En W. Jones (Ed.), *E-journals access and management*. Routledge. <https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9780203887370-11/preserving-outputs-scholarly-communication-long-term-review-recent-developments-digital-preservation-electronic-journal-content>
- Directory of Open Access Journals (DOAJ). (2025). *Listado de revistas científicas mexicanas indizadas en DOAJ [Consulta personalizada]*. <https://www.doaj.org>
- DOAJ. (2023). *Celebrating 20,000 journals in DOAJ: The value and cost of maintaining trust in scholarly publishing*. <https://blog.doaj.org/2023/10/17/celebrating-20000-journals-in-doaj-the-value-and-cost-of-maintaining-trust-in-scholarly-publishing/>
- DOAJ. (2024). *Guide to applying for DOAJ*. <https://doaj.org/apply/guide/>
- European Commission, D.-G. for R., Innovation, Cabello Valdés, C., Rentier, B., Kaunismaa, E., Metcalfe, J., Esposito, F., McAllister, D., Maas, K., Vandevelde, K., & O'Carroll, C. (2017). *Evaluation of research careers fully acknowledging Open Science practices: Rewards, incentives and/or recognition for researchers practicing Open Science*. Publications Office of the European Union. <https://doi.org/10.2777/75255>
- Farias, M. G. G., Lima, J. S., & Santos, F. E. P. (2018). Bibliotecário e editoração: Mercado e competências necessárias. *Informação & Sociedade: Estudos*, 28(2), 63-81. <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/38682>
- Ferraz de Campos, F. P. (2018). Continuous publication: Changing the publishing model. *Autopsy and Case Reports*, 8(1), e2018017. <https://doi.org/10.4322/acr.2018.017>
- Ferreira, M. (2006). *Introdução à preservação digital: conceitos, estratégias e atuais consensos*. Universidade do Minho. Escola de Engenharia (EEng). <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/5820>
- Fialho, L. M. F. (2023). *Ciência Aberta, uma compreensão inicial*. Comissão de ética e pesquisa da ANPEd.
- Fialho, L. M. F., Nascimento, K. A. S., & Costa, M. A. A. (2024). Rede Ibero-Americana de Editores Científicos de Educação (RIECE): internacionalização, indexação e aderência à ciência aberta. *15ª Conferência Lusófona de Ciência Aberta (ConfOA)*, 53.
- Flórez, C. E. (2017). *Buenas prácticas editoriales de revistas de Ciencias Sociales de acceso abierto en América Latina* [Tesis doctoral]. Universidad de Antioquia.
- Fontes, I. (2021). *Competências do editor-chefe de periódico científico: gaps e tendências* [Mathesis]. Fundação Getúlio Vargas.
- Formenton, D., & Gracioso, L. D. S. (2020). Preservação digital. *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 18, e020012. <https://doi.org/10.20396/>

- rdbci.v18i0.8659259
- Gallison, P., & Hevly, B. (1992). *Big Science: The Growth of Large-Scale Research*. Stanford University Press.
- Garfield, E. (1963). Science Citation Index: A New Dimension in Documentation. *Science*, 144(3619), 649-654. <https://doi.org/10.1126/science.144.3619.649>
- Garfield, E. (1972). The Social Science Citation Index: A New Tool for Sociological Research. *American Sociological Review*, 37(5), 612-618. <https://doi.org/10.2307/2093533>
- Garfield, E. (1977). The Arts & Humanities Citation Index: A New Tool for Research. *Current Contents*, 35, 5-9.
- Garfield, E. (1998). Citation Indexing for Studying Science. *Nature*, 393(6683), 411-414. <https://doi.org/10.1038/30873>
- Gaudin, T. (2008). Science Policy and Linear Models: A Critical Assessment. *Research Policy*, 37(8), 1400-1412. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2008.05.001>
- Gavroglu, K., Patiniotis, M., Papanelopoulou, F., Simões, A., Carneiro, A., Diogo, M. P., Felismino, J. R., Kremer, R. L., & Rajković, Ž. (2008). Science and Technology in the European Periphery: Some Historiographical Reflections. *History of Science*, 46(2), 153-175. <https://doi.org/10.1177/007327530804600201>
- Gingras, Y. (2015). *Bibliometrics and Research Evaluation: Uses and Abuses*. MIT Press.
- Gomes, V. P. (2010). O editor de revista científica: desafios da prática e da formação. *Informação & Informação*, 15(1), 147-172.
- Grants, A. F. L., & Bem, R. M. (2019). Impressões reveladas: O trabalho de editoração do serviço BU Publicações. *Anais do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação—FEBAB*, 28.
- Grupo de trabajo Latindex. (2024). *Proceso de postulación y criterios editoriales para el Catálogo 2.0*. Latindex. <https://www.latindex.org/latindex/postulacion/postulacionCatalogo>
- Hahn, K. L. (2008). *Research Library Publishing Services: New options for university publishing* (p. 40). Association of Research Libraries.
- Hawkins, K. S. (2019). Creating a Library Publishing Program for Scholarly Books: Your Options Are Limited. *Journal of Librarianship and Scholarly Communication*, 7(1). <https://doi.org/10.7710/2162-3309.2262>
- Hill, K. D. (2016). The Crisis in Scientific Publishing and its Effect on the Admissibility of Technical and Scientific Evidence. *UIC John Marshall Law Review*, 49(3), 727-748.
- IBICT. (2025). *Cariniana: Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital*. <https://cariniana.ibict.br/>
- Kaya, O., & Welfens, P. J. J. (2020). Global Pandemic, Local Responses: COVID-19 and the Heterogeneity of Economic Impact. *International Economics and Economic Policy*, 17(4), 691-718. <https://doi.org/10.1007/s10368-020-00479-4>
- Khanna, S., Ball, J., Alperin, J. P., & Willinsky, J. (2022). Recalibrating the scope of scholarly publishing: A modest step in a vast decolonization process. *Quantitative Science Studies*, 3(4), 912-930. https://doi.org/10.1162/qss_a_00228
- Klebel, T., Traag, V. A., Grypari, I., Stoy, L., & Ross-Hellauer, T. (2025). The academic

- impact of Open Science: A scoping review. *Royal Society Open Science*, 12, 241248. <https://doi.org/10.1098/rsos.241248>
- Koch, T., Peña, P., & Puppato, L. (2021). Indexation and Scientific Communication: Benefits and Challenges for Research Evaluation. *Scientometrics*, 126(8), 6789-6810. <https://doi.org/10.1007/s11192-021-04025-3>
- Koch, T., & Vanderstraeten, R. (2019). Academic Rankings and the Transformation of Higher Education: The Case of Latin America. *Higher Education*, 78(6), 1011-1030. <https://doi.org/10.1007/s10734-019-00384-2>
- Koch, T., & Vanderstraeten, R. (2021). Editorial Decisions and Impact Anticipation: How Journal Rankings Affect Publication Strategies. *Publishing Research Quarterly*, 37(2), 189-203. <https://doi.org/10.1007/s12109-021-09801-5>
- Kreimer, P. (2011). The Dependence of Scientific Development: Peripheral Science in Latin America. *Science, Technology & Society*, 16(3), 265-285. <https://doi.org/10.1177/097172181101600302>
- Kreimer, P. (2019). *Ciencia y periferia: Nacimiento, muerte y resurrección de la Biología Molecular en la Argentina*. Eudeba.
- Kreimer, P., & Meyer, J.-B. (2008). The Emergence of Molecular Biology in Argentina: Local Appropriation of a Global Discipline. *Science, Technology & Society*, 13(1), 47-71. <https://doi.org/10.1177/097172180701300103>
- Kunsch, W. L. (2004). O editor científico. *Revista Acadêmica do Grupo Comunicacional de São Bernardo*, 1(1).
- Kussmann, C. (2023). *Catching up with past NDSA Excellence Awards Winners: Asociación Iberoamericana de Preservación Digital (APREDIG)*. <https://www.diglib.org/catching-up-with-past-nds-a-excellence-awards-winners-asociacion-iberoamericana-de-preservacion-digital-apredig/>
- Latindex. (2025). *Catálogo 2.0: Revistas científicas mexicanas [consulta en línea]*. <https://www.latindex.org/latindex/bAvanzada/resultado?idMod=1&send=Buscar&pais=29&natPub=1>
- Leija Roman, D. A., & Márdero-Arellano, M. Á. (2019). Competencias y perspectiva de acciones de preservación digital en Latinoamérica. *Inclusão Social*, 13(1). <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/5054>
- Li, C. (2024). Debunking the Myth of Obsolescence: Strategies for Digital Heritage Conservation. *Advances in Social Behavior Research*, 8(1), 4-9. <https://doi.org/10.54254/2753-7102/8/2024060>
- Lippincott, S. K. (2014). *Library Publishing Directory 2014*. Library Publishing Coalition.
- Lira, J., & Siebra, S. de A. (2021). Preservação digital: revisitando o essencial. En *Preservação digital e suas facetas* (pp. 31-84). <https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/preservacao-digital-e-suas-facetat/>
- Liu, G., Okerson, A., Zou, Q., & Liu, G. (2024). Mapping the World of Library Publishing: Unveiling the Global Landscape and Collaboration behind the Scenes. *027.7*, 11(1). <https://doi.org/10.21428/1bfadeb6.53bb799e>
- Lüdke, M., & André, M. E. D. A. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*.

EPU.

- Luhmann, N. (1996). *Social Systems*. Stanford University Press.
- Luhmann, N. (1998). *Die Gesellschaft der Gesellschaft*. Suhrkamp.
- M'kulama, A., Akakandela, A., Bwalya, T., Wamundila, S., & Hamooya, C. (2023). Digital records curation education in Zambia. *ESARBICA Journal: Journal of the Eastern and Southern Africa Regional Branch of the International Council on Archives*, 42, 1-17. <https://www.ajol.info/index.php/esarjo/article/view/270466>
- Maimone, G., & Tálamo, M. de F. (2008). A atuação do bibliotecário no processo de editoração de periódicos científicos. *Revista ACB*, 13(2), 301-321. <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/viewFile/522/659>
- Mangas-vega, A., Sánchez-jara, J. M., & Alonso, A. R. (2018). La autopublicación en las bibliotecas: Revisión sistemática de la literatura. *Libros electrónicos y lectura digital*, 7(2), 0-13. <https://doi.org/10.24215/18539912e047>
- Márdero Arellano, F. C. L., M. Á. M. & Leite. (2009). Acesso aberto à informação científica e o problema da preservação digital. *Biblios*, 35, 1-11. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16118953001>
- Márdero Arellano, M. Á. (2008). *Critérios para a preservação digital da informação científica* [Tesis doctoral, Universidade de Brasília]. <http://repositorio.unb.br/handle/10482/1518>
- Márdero Arellano, M. Á., Rungo, A. A., Soares, M. L. A., & Tavares, M. de F. D. (2024). Preservação da memória e do patrimônio digital. En *Temas de pesquisa em preservação digital* (pp. 13-42). Editora Ibict. <https://doi.org/10.22477/9786589167792>
- Martins, R. D., Anjos, C. R. dos, & Melo, E. de S. (2015). A atuação do bibliotecário no uso e reuso da informação: E-science, repositórios institucionais e editoração de periódicos. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, 8(1), Artigo 1. <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/371>
- Matharan, G. (2017). Ciencia periférica y desarrollo económico: el caso latinoamericano. *Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad*, 12(34), 47-68.
- Meadows, A. J. (1999). *A Comunicacao Cientifica*. Briquet de Lemos/Livros.
- Mendes, S. O., Silveira, L. R., & Freire, T. C. S. (2020). Atuação do bibliotecário no campo da editoração eletrônica de periódicos científicos: Um estudo do portal de periódicos da UFMA. *Ciência da Informação em Revista*, 7(3), 100-110. <https://doi.org/10.28998/cirev.2020v7n3f>
- Merton, R. K. (1973a). *The sociology of science: Theoretical and empirical investigations*. University of Chicago Press.
- Merton, R. K. (1973b). *The Sociology of Science: Theoretical and Empirical Investigations*. University of Chicago Press.
- México, S. (2023). *Indicadores bibliométricos de la colección SciELO México [consulta en línea]*. <https://www.scielo.org.mx/documentos/?pag=metrics>
- Mignolo, W. D. (2012). *Local Histories/Global Designs: Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking* (2nd ed.). Princeton University Press.
- Minayo, M. C. S. (2008). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Hucitec.

- Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades. (2023). *I Plan Estatal de Ciencia Abierta (2023–2027)*. Gobierno de España. <https://www.ciencia.gob.es/InfoGeneralPortal/documento/c30b29d7-abac-4b31-9156-809927b5ee49>
- Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación (MinCiencias). (2022). *Política nacional de ciencia abierta*. Gobierno de Colombia. https://minciencias.gov.co/sites/default/files/politica_nacional_de_ciencia_abierta_-2022_-_version_aprobada.pdf
- Morais, A., Rode, S. M., & Galleti, S. (2022). *Desafios e perspectivas da editoria científica: memórias críticas do ABEC Meeting Live 2021*. ABEC Brasil.
- Murillo, A. P., & Yoon, A. (2021). A study of emerging trends in digital preservation literature: An analysis of journal articles presented in course syllabi. *Journal of Librarianship and Information Science*, 53(4), 615-629. <https://doi.org/10.1177/0961000620967714>
- Nascimento, K. A. S., & Fialho, L. M. F. (2023). A importância e os desafios da avaliação aberta à luz da experiência da Revista Práticas Educativas, Memórias e Oralidades. *Abec Meeting*.
- National Information Standards Organization (NISO). (2022). *Contributor Roles Taxonomy (CRediT): ANSI/NISO Z39.104-2022*. <https://www.niso.org/publications/z39104-2022-credit>
- Neves, J. P., Grácio, J. C., & Valentim, M. L. (2024). The Contribution of Digital Preservation as a Digital Transformation Mechanism within the Scope of the Sustainable Development Objectives of the 2030 Agenda. *The Canadian Journal of Information and Library Science*, 47(2), 189-196. <https://doi.org/10.5206/cjils-rcsib.v47i2.17626>
- O'Neill, M., Liu, G., & Shibaeva, E. (2022). *IFLA Library Publishing Special Interest Group: The International Growth of Library Publishing*. <https://2022.ifla.org/>
- Ochoa-Gutiérrez, J., Sáenz Giraldo, R. A., & Tirado Tamayo, T. (2021). Experiencias de gestión de los procesos de preservación digital a partir del modelo OAIS en repositorios institucionales. *Anales de Documentación*, 24(1). <https://doi.org/10.6018/analesdoc.428141>
- Okerson, A., & Holzman, A. (2015). *The once and future publishing library*. Council on Library; Information Resources.
- Oliveira, M. M. (2020). *Como fazer pesquisa qualitativa*. Vozes.
- Open Access Scholarly Publishing Association (OASPA). (2012). *Why CC BY?* <https://www.oaspa.org/news/why-cc-by/>
- Paz Enrique, L. E. (2018). *Actividad editorial y socialización de la ciencia*. Editorial Feijóo.
- Pereira, M. A. de S. (2019). *O ensino de Editoração nos cursos de Biblioteconomia do nordeste brasileiro* (p. 89) [Tesis doctoral, Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. <http://monografias.ufrn.br/handle/123456789/9766>
- Pereira, V., & Furnival, A. C. (2020). Revistas científicas em acesso aberto brasileiras no DOAJ: modelos de negócio e sua sustentabilidade financeira. *Brazilian Journal of Information Science: Research Trends*, 14(1), 88-111. <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2020.v14n1.05.p88>
- Pimentel, A. (2001). O método da análise documental: seu uso numa pesquisa histórica.

- Cadernos de Pesquisa*, 114, 179-195.
- Príncipe, E., & Rode, S. de M. (Eds.). (2022). *Comunicação científica aberta*. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.
- Prudencio, D. D. S., & Silva, L. D. S. S. D. (2023). Produção editorial em bibliotecas universitárias: Um olhar sobre as experiências no âmbito internacional e brasileiro. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, 28, 1-29. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2023.e91636>
- Redalyc. (2025). *Revistas científicas mexicanas indizadas en Redalyc [consulta en línea]*. <https://www.redalyc.org/pais.oa?id=73&tipo=coleccion>
- Rodrigues, M. F., Lazzarin, F. A., Felix, V. L., & Silva, H. S. da. (2017). CHECKLIST PARA BIBLIOTECÁRIOS-EDITORES: um instrumento para identificação da função editor-gerente do processo editorial em periódicos científicos que utilizam a plataforma Open Journal System. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 13, 2473-2495.
- Rodríguez Reséndiz, P. O. (2020). Red Iberoamericana de Preservación Digital de Archivos Sonoros y Audiovisuales: una alternativa de colaboración científica. *Investigación Bibliotecológica: archivonomía, bibliotecología e información*, 34(84), 135. <https://doi.org/10.22201/iibi.24488321xe.2020.84.58168>
- Rosa, C. R. D. O. (2018). *Serviço de publicação por biblioteca universitária: Edição de livros digitais em acesso aberto* [Mestrado em Organização, Mediação e Circulação da Informação, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/D.27.2018.tde-30112018-182342>
- Sadler, J. (2024). *Analyzing Artificial Intelligence Methods in Digital Preservation Workflow*. <https://www.archivists.ca/Blog/13358000>
- Sáenz Giraldo, A. (2019). La preservación digital en Colombia: un análisis desde la perspectiva normativa. *Revista Interamericana de Bibliotecología*, 42(1), 87-97. <https://doi.org/10.17533/udea.rib.v42n1a09>
- Samiei, M. (2020). Digital preservation: Concepts and strategies. *Journal of Advanced Pharmacy Education and Research*, 10(4-2020), 127-135. <https://japer.in/article/digital-preservation-concepts-and-strategies>
- Sandoval, M. C. (2020). Scientific Networks and Hierarchies in Latin America: A Historical Perspective. *History of Science*, 58(2), 145-168. <https://doi.org/10.1177/0073275320912456>
- Sandy, H. M., & Mattern, J. B. (2018). Academic Library-Based Publishing: A State of the Evolving Art. *Library Trends*, 67(2), 337-357. <https://doi.org/10.1353/lib.2018.0040>
- Santana, S. A., & Francelin, M. M. (2016). O bibliotecário e a editoração de periódicos científicos. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 12(1), 2-26. <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/543/483>
- Santana, S. A., & Noronha, D. P. (2017). Editoração de periódicos científicos: A experiência da Biblioteca da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo. *Anais do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação - FEBAB*, 27. <https://anaiscbbd.emnuvens.com.br/anais/article/>

- view/1944
- Santillán-Aldana, J. (2017). Approaches to Library Publishing Services in Latin America. *Journal of Electronic Publishing*, 20(2). <https://doi.org/10.3998/3336451.0020.202>
- Santillán-Aldana, J., & Mueller, S. P. M. (2016). Serviços de editoração desenvolvidos por bibliotecas universitárias. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 21(2), 84-99. <https://doi.org/10.1590/1981-5344/2644>
- Santos, G. C., Abadan, D., Paiva, J. A. E., Santillan-Aldana, J., Polônia, P. V., & Silva, V. F. da. (2024). Cenários da preservação digital de periódicos. En M. Á. Márdero Arellano, F. D. M. S. Estela, & A. D. S. D. Santos (Eds.), *Temas de pesquisa em preservação digital* (pp. 112-138). Editora Ibict. <https://doi.org/10.22477/9786589167792>
- Santos, G. C., Formenton, D., & Terrada, G. A. F. (2022). Modelo de arquivamento de páginas web para Portais de Periódicos: um relato de pesquisa no Portal de Periódicos da UNICAMP. *Revista Brasileira de Preservação Digital*, 3, e022001. <https://doi.org/10.20396/rebpred.v3i00.16017>
- Sá-Silva, J. R., Almeida, C. D., & Guindani, J. F. (2009). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 1(1).
- Schlosser, M. (2018). Building Capacity for Academy-Owned Publishing through the Library Publishing Coalition. *Library Trends*, 67(2), 359-375. <https://doi.org/10.1353/lib.2018.0041>
- SciELO. (2023). *Líneas prioritarias de acción para la profesionalización, internacionalización y sostenibilidad 2024-2028*. Programa SciELO. https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/Lineas_prioritarias.pdf
- Shintaku, M. et al. (2014). *Cartilha para adequação de publicações SEER/OJS ao Latindex*. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.
- Shintaku, M., & Vidotti, S. A. B. G. (2016). Bibliotecas e repositórios no processo de publicação digital. *BIBLOS*, 30(1), 61-80. <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/5762>
- Siebra, S. de A., & Borba, V. da R. (2021). Estratégias de preservação digital: um retrato sob a ótica da produção científica. En *Preservação digital e suas facetas* (pp. 85-110). <https://pedrojoaoeditores.com.br/produto/preservacao-digital-e-suas-facetas/>
- Silva, H. S. da, Nunes, T. R. D. G., Sousa, D. C. de, Bernardino, M. C. R., & Lazzarin, F. A. (2017). Bibliotecário-Editor em Foco: Um estudo de caso no processo editorial do Jornal Páginas PET. *Folha de Rostto*, 3(esp.), 75-84. <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderostto/article/view/248>
- Singh, K. (2024). Ensuring the Future: A Comprehensive Review of Digital Preservation Strategies. *Journal of Advanced Research in Library and Information Science*, 11(1), 7-11. <http://www.thejournalshouse.com/index.php/Journal-Library-InformationScien/article/view/1279>
- Skinner, K., Schlosser, M., Berkery, P., Baab, M., Mulliken, J., Sundaram, F., Lloyd, D., Muccie, M. R., McLaughlin, B., Warren, J., Taylor, L., Keith, B., Benson, S., Green, H., Hensley, M., Swatcheno, J., Maron, N., & Lippincott, S. (2021). Library Publishing Curriculum. *Library Publishing Curriculum*, 1(1), preprint 30. <https://digitalcommons.wayne.edu/libpubcurriculum/vol1/iss1/30>

- Srirahayu, D., Harisanty, D., & Irfana, M. (2020). Readiness For Digital Preservation In Indonesia. *Library Philosophy and Practice (e-journal)*. <https://digitalcommons.unl.edu/libphilprac/4625>
- STM. (2021). *STM Global Brief 2021: Economics & Market Size*. STM: International Association of Scientific, Technical & Medical Publishers.
- Tavares, A. L. de L. (2023). *A frente de pesquisa sobre preservação digital no Brasil: produção e colaboração científica em rede* [Tesis doctoral, Universidade Federal da Paraíba]. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/29342>
- Thomas, K., Silva, M. J., & González, R. (2020). Peripheral Science and International Recognition: The Role of Academic Prestige in Scientific Communities. *Science and Public Policy*, 47(5), 684-696. <https://doi.org/10.1093/scipol/scaa045>
- Thompson, J. B. (2005). *Books in the digital age: The transformation of academic and higher education publishing in Britain and the United States* (Reprinted). Polity Press.
- Torres, M. E., & Ahumada, C. (2022). Peripheral Science and Global Networks: The Case of Latin American Research. *Research Policy*, 51(3), 104456. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2021.104456>
- Tripp, D. (2005). Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educação e Pesquisa*, 31(3), 443-466. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000300009>
- Tzovarás, T. (2025). «Vorausseilender Gehorsam» and making open science «unpolitical». <https://tzovar.as/vorausseilender-gehorsam/>
- Unesco (Ed.). (2003). *Guidelines for the preservation of digital heritage*. National Library of Australia. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000130071>
- Unesco. (2017). *Recomendación sobre la Ciencia y los Investigadores Científicos*. Unesco.
- Unesco. (2021). *Recomendação da Unesco sobre Ciência Aberta*. Unesco.
- UNESCO. (2021). *Recomendación de la UNESCO sobre la Ciencia Abierta*. Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura. <https://doi.org/10.54677/YDOG4702>
- Université de Liège. (s. f.). *Compass to Publish*. <https://services.lib.uliege.be/compass-to-publish/>
- Velásquez Puerta, A. C., & Garzón Bolaños, K. J. (2024). *Preservación digital en la legislación archivística de Colombia, México y Brasil* [Mathesis, Universidad de la Salle]. <https://hdl.handle.net/20.500.14625/36989>
- Vélez Cuartas, G., Lucio-Arias, D., & Leydesdorff, L. (2019). Latin American Science in International Citation Indexes: Biases and Challenges. *Scientometrics*, 121(2), 857-894. <https://doi.org/10.1007/s11192-019-03202-3>
- Wallerstein, I. (1974). *The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. Academic Press.
- Wang, J., Veugelers, R., & Stephan, P. (2017). Bias against Novelty in Science: A Cautionary Tale for Users of Bibliometric Indicators. *Research Policy*, 46(8), 1416-1436. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2017.06.006>
- Werlang, E., Carlim, P. E., & Rode, S. M. (2021). *Desafios e perspectivas da editoria científica: memórias críticas do ABEC Meeting Live 2020*. ABEC Brasil.
- Yin, R. K. (2005). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Bookman.

- Zelnio, R. K. (2012). From Periphery to Center: Scientific Networks and Knowledge Production. *Scientometrics*, 90(2), 667-684. <https://doi.org/10.1007/s11192-011-0543-2>
- Zetter Patiño, J., Díaz Mauricio, J. C., Garrido Villegas, P., Gallegos Ramírez, M. R., & Rivera Pulido, F. J. (2024). *Projeto SciELO Observatório México: Definição e medição da aplicação das práticas propostas pela Ciência Aberta*. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.8844>